

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**GIAN CARLO CAMILO TELLES**

**HISTÓRIA SERÁFICA DOS MENORES PORTUGUESES:  
FRANCISCANOS E A FORMAÇÃO DE PORTUGAL COMO REINO  
INDEPENDENTE NO DECORRER DO SÉCULO XIII**

**ALFENAS**

**2025**

**GIAN CARLO CAMILO TELLES**

**HISTÓRIA SERÁFICA DOS MENORES PORTUGUESES:  
FRANCISCANOS E A FORMAÇÃO DE PORTUGAL COMO REINO  
INDEPENDENTE NO DECORRER DO SÉCULO XIII**

Objeto de aprendizagem apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica (Mestrado profissional) da Universidade Federal de Alfenas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica.

Orientadora: Profa Dra. Denise da Silva Menezes do Nascimento.

**ALFENAS**

**2025**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Central

Camilo Telles, Gian Carlo.

História Seráfica dos menores portugueses : franciscanos e a formação de Portugal como reino independente no decorrer do século XIII / Gian Carlo Camilo Telles. - Alfenas, MG, 2025.  
150 f. : il. -

Orientador(a): Denise da Silva Menezes do Nascimento.  
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2025.  
Bibliografia.

1. Franciscanos. 2. Portugal. 3. Manoel da Esperança. 4. Objeto de aprendizagem. I. da Silva Menezes do Nascimento, Denise, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

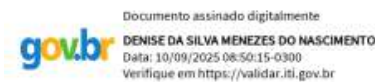
**GIAN CARLO CAMILO TELLES**

**HISTÓRIA SERÁFICA DOS MENORES PORTUGUESES:  
FRANCISCANOS E A FORMAÇÃO DE PORTUGAL COMO REINO  
INDEPENDENTE NO DECORRER DO SÉCULO XIII**

A Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e pesquisa em História Ibérica.

Aprovado em: 13 de agosto de 2025.

Assinatura:



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Denise da Silva Menezes do Nascimento

Presidente da Banca Examinadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Renata Cristina de Souza Nascimento

Universidade Católica de Goiás/ Universidade Estadual de Goiás/ Universidade Federal de

Jataí

Prof. Dr. Adailson José Rui

Universidade Federal de Alfenas

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a mulher mais forte e batalhadora que eu conheço, minha mãe, Marquía, que, mesmo em um momento de angústia e tristeza em sua vida, conseguiu, sozinha, em São Paulo, arranjar forças para construir um futuro brilhante para cada um dos 4 filhos. Grato pelo constante apoio que você me dá independente de qualquer coisa.

Sou extremamente grato também ao grande amor da minha vida e eterno companheiro, Matheus Nadur, que demonstrou como o amor, além de mudar a perspectiva da vida, também te transforma, tornando-te uma pessoa mais corajosa e determinada, pois, apesar de qualquer dificuldade e tristeza, você sabe que sempre terá o abraço de alguém, seja para chorar ou para comemorar. Obrigado pelos concelhos, alegrias e conforto em todos esses anos, principalmente em 2023, que na minha pior fase, o estar com você era um dos únicos momentos de tranquilidade e aconchego, fazendo-me continuar a viver em Alfenas e a não desistir do mestrado.

Aos meus amigos e família de Mococa, que acompanharam todo meu processo e não mediram esforços para me apoiar em qualquer decisão que eu tomasse. Vocês foram fundamentais.

Agradeço também aos meus orientadores Adáison e Denise. Foi numa conversa pequena em algum dia de 2024 que Adáison me fez recordar o quanto eu amava minha pesquisa, animando-me novamente a estudar e continuar o mestrado. Pesquisa essa que foi significativamente fortalecida e melhorada com a orientação da professora Denise, que me forneceu as ferramentas necessárias para que esse trabalho se realizasse.

E, por fim, agradeço grandemente a minha família de Alfenas, que tive a honra de ter em todos esses anos de faculdade. As dificuldades e medos que me acompanharam no início de 2019 em uma cidade nova logo foram substituídas por alegria e aconchego de pessoas que passavam o mesmo que eu estava passando, tornando as nossas amizades em laços fortes que vão durar pela eternidade, mesmo que longe uns dos outros.

Por isso, como forma de agradecimento, afirmo que nem eu e nem esse presente trabalho seríamos os mesmos sem: a relação de irmandade que tive com Júlia; Os momentos de diversão e a parceria na vivência docente no estágio que tive com Marcella; A calma que os desabafos que eu tinha domingo a noite na casa da Miriam me proporcionava; O companheirismo e os conselhos do ofício de professor que Izadora me dava; As conversas constantes que Gustavo me fornecia em meio ao momento caótico da pandemia e da escrita da minha IC; O afeto e o convívio de família que Ana Paula e Gabriel me deram; A companhia e

apoio que Vanderleia me deu, fazendo do meu último ano em Alfenas o mais proveitoso que eu tive; e a amizade de Bianca que me mostrou que nem toda trajetória acadêmica é solitária. Nossas vivências farão e estão fazendo de nós profissionais incríveis, grato por isso!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

É preciso sim dialogar com essas mulheres, é preciso sim dialogar com esses homens e lembrar a eles que o princípio do evangelho é o amor, a caridade, é amar o próximo, é não fazer acepção de pessoas como está na bíblia [...], e não permitir ser levado pela ignorância daqueles que dizem falar em nome de Deus, mas falam em nome de si próprio.

(Erika Hilton, 2023)

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o estabelecimento dos franciscanos em Portugal no século XIII, assim como identificar as relações desses para com o poder régio, enquanto narrativas para compreender o cenário português recém-independente e refletir a entrada do campo religioso no âmbito político. Além disso, este estudo almeja desenvolver uma proposta de Objeto de Aprendizagem que discuta os temas tratados de forma mais didática e dinâmica. Para tanto, contaremos como fonte o primeiro volume da obra História Seráfica da ordem dos frades menores de S. Francisco na província de Portugal, escrita por Manoel da Esperança em 1656. Destaca-se que os franciscanos, após chegarem em Portugal por volta de 1216, fundaram diversos conventos com auxílio de variados monarcas e figuras influentes, convocando-os para ocuparem cargos de confiança, como o de confesores régios. Logo, Manoel da Esperança, com objetivo de legitimar a Ordem em Portugal no século XVII, descreve toda essa trajetória franciscana, sempre fazendo referência às articulações políticas, sociais e culturais do reino lusitano recém independente, contribuindo assim para um entendimento melhor acerca do contexto geral em que esses religiosos foram inseridos. Portanto, tendo como objetivo analisar essa produção cronística e a essa narrativa franciscana, esta dissertação se apresenta como uma contribuição aos estudos não somente do aspecto religioso medieval pós século XI, mas também da Península Ibérica e Portugal em formação.

**Palavras-chave:** Franciscanos; Portugal; Manoel da Esperança; Objeto de Aprendizagem

## RESUMEN

Este trabajo pretende analizar el establecimiento de los franciscanos en Portugal en el siglo XIII, así como identificar sus relaciones con el poder real, como narrativas para comprender el recién independizado escenario portugués y reflejar la entrada del campo religioso en la esfera política. Además, este estudio pretende desarrollar una propuesta de Objeto de Aprendizaje que aborde los temas tratados de una forma más didáctica y dinámica. Para ello, utilizaremos como fuente el primer volumen de la obra *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, escrita por Manoel da Esperança en 1656. Cabe destacar que los franciscanos, tras llegar a Portugal hacia 1216, fundaron varios conventos con la ayuda de diversos monarcas y personajes influyentes, llamándolos para ocupar cargos de confianza, como el de confesores reales. Así, Manoel da Esperança, con el objetivo de legitimar la Orden en Portugal en el siglo XVII, describe toda esta trayectoria franciscana, haciendo siempre referencia a las articulaciones políticas, sociales y culturales del recién independizado reino lusitano, contribuyendo así a una mejor comprensión del contexto general en el que se insertaron estas figuras religiosas. Por lo tanto, con el objetivo de analizar esta producción cronística y esta narrativa franciscana, esta disertación se presenta como una contribución a los estudios no solo del aspecto religioso medieval posterior al siglo XI, sino también de la Península Ibérica y de Portugal en formación.

**Palabras clave:** Franciscanos; Portugal; Manuel de la Esperanza; Objeto de aprendizaje.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa dos livros.....	17
Figura 2 - Site dos livros.....	18
Figura 3 - Primeira página do 1º livro.....	19
Figura 4 - Páginas de explicação do “Jogo da memória dinâmica” no livro 1.....	21
Figura 5 - Primeira página do 2º livro.....	21
Figura 6 - Página de explicação do jogo “A expansão” no livro 2.....	21
Figura 7 - Primeira página do 3º livro.....	22
Figura 8 - Tabuleiro do jogo “Poder e religião”.....	23
Figura 9 - Primeira página do 4º livro.....	23
Figura 10 - Página de explicação da atividade do livro 4.....	24
Figura 11 - Primeira página do 5º livro.....	25
Figura 12 - Página de explicação da atividade do livro 5.....	26

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM: LIVROS “PODER E RELIGIÃO” E A HISTÓRIA IBÉRICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA</b> .....	16
2.1	APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM.	16
<b>3</b>	<b>HISTÓRIA SERÁFICA DOS FRADES MENORES PORTUGUESES: UM ESTUDO DO SÉCULO XVII ATRAVÉS DA CRÔNICA DE MANOEL DA ESPERANÇA</b> .....	34
<b>4</b>	<b>FÉ E PODER: O CRISTIANISMO MEDIEVAL E PORTUGAL DO SÉCULO XIII</b> .....	41
4.1	A POBREZA EVANGÉLICA E A AUTORIDADE CLERICAL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DINÂMICAS SOCIAIS, POLÍTICAS E RELIGIOSAS DO SÉCULO XIII.....	41
4.2	UM REINO EM FORMAÇÃO: PORTUGAL E A PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO XIII.....	46
<b>5</b>	<b>COMPREENDER O REINO RECÉM-INDEPENDENTE ATRAVÉS DOS MENORES: O ESTABELECIMENTO FRANCISCANO EM PORTUGAL NO SÉCULO XIII</b> .....	56
5.1	FRANCISCO DE ASSIS EM PORTUGAL.....	56
5.2	FRANCISCANOS EM PORTUGAL E SEU ESTABELECIMENTO.....	59
5.2.1	<b>Admiração e provisão: Infanta D. Sancha e o estabelecimento franciscano em Alenquer</b> .....	63
5.2.2	<b>Barreiras eclesásticas: Impedimentos na atuação franciscana em Guimarães</b> ....	66
5.2.3	<b>A Ordem que florescerá: Afonso Henriques e a presença franciscana em Lisboa</b> .....	69
5.2.4	<b>Coimbra e as adversidades na construção do convento franciscano</b> .....	71
5.2.4.1	<b>Morrer a serviço dele: o caso dos 5 mártires Franciscanos de Marrocos e Antônio de Lisboa</b> .....	72

<b>6</b>	<b>POBREZA APOSTÓLICA E AUTORIDADE RELIGIOSA: OS IMPACTOS DO RELIGIOSO NO CAMPO POLÍTICO A PARTIR DO CASO FRANCISCANO.....</b>	<b>76</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>84</b>
	<b>FONTES HISTÓRICAS.....</b>	<b>86</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>86</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>93</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme Le Goff e Jean-Claude Schmitt (2017), as ordens religiosas mendicantes, em específico os franciscanos, tiveram participação significativa no processo de retirada do privilégio de uma quase exclusividade da elite religiosa, ensinando os leigos a orarem e a recitarem o Pai-Nosso, fornecendo, assim, a possibilidade de ação pela busca da própria salvação. Desta forma, inseridos no contexto português do século XIII, de grande disputa entre poder temporal e poder espiritual, os franciscanos, esforçados no desprezo pelos bens mundanos, apresentam-se enquanto grandes figuras para articulação de uma nova forma de espiritualidade, mais receptível aos reis. E é nesse sentido que Manoel da Esperança, fazendo ressurgir a espiritualidade da Ordem, sempre destaca na obra "História Seráfica" as inúmeras relações dos menores para com os monarcas portugueses, contribuindo assim no entendimento do cenário sócio-político e religioso de Portugal durante os séculos XII e XIII.

Manoel da Esperança (aproximadamente 1586-1670, Porto - Portugal), foi reconhecido por lecionar na Universidade de Coimbra, por ter ocupando o cargo de Ministro Provincial da ordem dos franciscanos três vezes e por ter escrito os primeiros volumes de *Historia Seraphica* (1656 e 1666, ambas publicadas pela Officina Craesbeeckiana, em Lisboa). Ademais, viveu em um contexto em que a produção historiográfica de matriz religiosa e o interesse pela escrita da história, através de crônicas ou outras produções realizadas por instituições religiosas (dominicanos, agostinhos, franciscanos e entre outros), já eram vistas desde os finais do século XVI e, principalmente, no decorrer do século XVII, mais especificamente em solo português (Fardilha, 2002, p. 105).

Esta iniciativa, como nos apresenta Saul António Gomes (2009, p. 253), foi cada vez mais constante e fortalecida pelo contexto por ela introduzida, em que o interesse humanista pelo tratamento erudito da fonte e pelo diálogo com o passado, pela fragmentação política da Europa e pelas tensões que as reformas religiosas trouxeram para o campo religioso, cultural e político, potencializaram uma grande produção desempenhadas pelas Ordens religiosas.

Assim, com a intenção de buscar suas identidades, legitimando sua instituição no âmbito terreno e espiritual, assim como praticando a exemplaridade para com todos os frades contemporâneos, através de documentos e vivos testemunhos sensoriais, os religiosos produziam para a "[...] reconstrução e fixação da "memória" [...]" (Santos, 2009, p. 253). Além disso, assim como o texto de Edgar Santos (2019) nos ajuda a refletir, nesse período tratado os jesuítas estavam ganhando cada vez mais força no âmbito religioso e político, no

qual gerou um certo desconforto nos outros grupos religiosos, impactando, desta forma, na demonstração de grandiosidade e exaltação de suas histórias através da escrita de crônicas ou de outros gêneros textuais feitas por membros da Ordem para assim afirmarem-se também como importantes e influentes.

Desta forma, inserido neste cenário e dedicando-se como Cronista desde 1642, Fr. Manoel da Esperança escreve, em 1656, o seu primeiro volume de cinco da obra intitulada "Historia Seraphica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal", na qual apresenta a instalação dos quatro frades franciscanos no reino, entre 1216 e 1217, enviados por S. Francisco de Assis, sendo eles frei Zacarias, frei Gualter e mais dois que não se sabe os nomes.

Logo, consciente desse sucesso franciscano no reino, a produção também é marcada por uma constante tentativa de aproximar a trajetória franciscana com o processo de fortalecimento e independência de Portugal, demonstrando sempre as inúmeras relações que os menores tinham com os reis e a coroa portuguesa, desde seu estabelecimento no início do século XIII, até a doação e auxílio na construção de diversos conventos, como o ato de D. Sancho II (1209-1248) professar a regra dos Terceiros seculares da Ordem franciscana, mesmo tendo inúmeros conflitos com o clero regular<sup>1</sup>. Assim, este caso, retratado em *História Seráfica*, dentre vários outros que envolveram franciscanos e os monarcas do reino no século XIII, contribuem para o entendimento do cenário lusitano, como, por exemplo, o processo de centralidade de poder temporal frente ao espiritual, presente no relato do autor sobre a intervenção de D. Afonso II (1185-1223), D. Sancho II e D. Afonso III (1210-1279) no estabelecimento da Ordem no reino.

Outrossim, narrativas de aproximação dos acontecimentos específicos da história do reino português, com o aspecto religioso, apresentavam-se de forma marcante já em séculos anteriores, tendo principalmente como um grande esforço dos autores o desenvolvimento da identidade portuguesa. Entre elas, cita-se o confronto entre D. Afonso Henriques e os muçulmanos comandados por cinco reis, ocorrida em 25 de julho de 1139, provavelmente no local intitulado de Ourique, no Alentejo. Este conflito é chamado posteriormente de batalha de Ourique, no qual D. Afonso, ao vencer se autoproclama Rei de Portugal, foi alvo da criação de uma das maiores lendas lusitanas, principalmente a partir da *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita por Duarte Galvão, e a obra *Crónica de 1419* (Costa, 2014, p. 4).

---

<sup>1</sup> "Ao assumir a coroa, D. Sancho II retomou a política de centralização implementada por seu pai. A tentativa do rei de consolidar essa política entrou em choque com os interesses da alta nobreza e também do clero. As inquirições e confirmações de D. Afonso II aliadas aos conflitos jurisdicionais que surgem durante o reinado de seu filho, o colocaram na mira da Santa Sé." (BRANDÃO, 2013, p. 82)

Acredita-se, assim como nos apresenta Carmelo (1999), na aparição de Jesus Cristo ao primeiro monarca, firmando não somente seu sucesso na batalha, mas a segurança do reino que nasceria.

Assim, bebendo diretamente desta cultura, Manoel da Esperança, em todo seu trabalho, realiza essa aproximação, mas, agora substituído apenas aos franciscanos. Assim, para além de elevar a história de seu reino, Manoel destaca e valoriza a experiência franciscana em Portugal desde o século XIII. Desta maneira, destaca-se como grande fonte para identificarmos essa relação entre menores e a história de Portugal e os primeiros momentos dos franciscanos no reino, durante o reinado de D. Afonso II. De tal modo, em um esforço de expandir os trabalhos caritativos e espirituais da ordem, os franciscanos se estabeleceram inicialmente, com a permissão da coroa, em quatro cidades e vilas (Alenquer, Guimarães, Lisboa e Coimbra, na sequência)<sup>2</sup>, localidades essas, conforme narrativa de Manoel, que foram afetadas de formas diversas por articulações e conflitos do cenário português da época, como conflito entre o poder espiritual e o poder temporal, explorando por sua vez elementos e confrontos deste Portugal recém independente.

Desta forma, fundamentado nessa breve exposição e nas leituras selecionadas acerca do tema, destacando a grande relação da Ordem franciscana com o poder régio português, sendo relatadas pelo cronista em sua obra, no qual se apresenta enquanto fonte para o entendimento da trajetória franciscana lusitana e para o destaque do cenário português no século XII e XIII, foi levantado o seguinte problema para a pesquisa: como, através do primeiro volume da crônica de Manoel da Esperança, o estabelecimento da Ordem dos frades menores, em espaço lusitano no século XIII e suas relações com o poder régio, ajuda a entender Portugal como reino independente no século XIII?

Além disso, analisando também a relação entre os menores e o poder régio lusitano – assim como a entrada minuciosa dos franciscanos no campo político, recebendo apoio da monarquia Portuguesa e participando de variados cargos de influência no reino no decorrer dos séculos – o estudo da crônica também apresenta outra seguinte questão: Como a narrativa de estabelecimento franciscano em Portugal em História Seráfica ajuda na compreensão dessa articulação ocorrida dos menores com o poder político português no século XIII? Utilizando, desta maneira, esse debate para refletirmos as relações constantes exercidas entre o campo religioso e político em variadas temporalidades, não sendo algo restrito ao período medieval delimitado.

---

<sup>2</sup> ESPERANÇA, Manoel. **História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal**. Lisboa: 1656-1721, liv. 1, cap. IX, v. 1, p. 66.

Por fim, almejando atravessar os muros da Universidade e expandir a discussão acadêmica apresentada, a pesquisa também desenvolverá um Objeto de Aprendizagem para professores de ensino fundamental e médio da educação básica, auxiliando-os nos conteúdos relativos à Idade Média, Península Ibérica e a questão religiosa, junto ao político em sala de aula, tendo como exemplo os franciscanos em Portugal no século XIII. Desta maneira, os 5 livros paradidáticos que serão apresentados tratarão, inicialmente, de um contexto geral medieval do século XII e XIII, passando logo em seguida pelo cenário português recém independente e o estabelecimento franciscano nesse cenário, demonstrando, por último, a influência construída dos frades como narrativa para refletirmos a relação entre o político e religioso.

Seguindo essa trajetória, os livros também abrem margem para o professor, e conseqüentemente, para os alunos. Ao estudarem o conteúdo medieval ibérico do estabelecimento franciscanos em Portugal no século XIII, será possível entender processualmente a história do reino lusitano em seus primeiros momentos de independência e outros aspectos discutidos do tema estudado. Desta maneira, reflexões significativas sobre ensino e aprendizagem que atravessam o presente Objeto serão debatidas e apresentadas ao longo do presente trabalho, como os usos de paradidáticos em sala de aula, contribuições da tecnologia para o desenvolvimento de OA e a presença, ou a ausência, da Península Ibérica medieval nos currículos escolares.

## **2 DESCRIÇÃO E DISCUSSÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM: LIVROS “PODER E RELIGIÃO” E A HISTÓRIA IBÉRICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **2.1 APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE APRENDIZAGEM**

O objeto de aprendizagem apresentado a seguir foi desenvolvido com a proposta direcionada a professores de ensino médio e fundamental (anos finais), que desejam discutir e tratar a Idade Média de maneira diferente em sala de aula. Para isso, usou-se de exemplos territoriais e de sujeitos que ilustram o dinamismo medieval e que estão presentes no tema da presente dissertação, como as particularidades do espaço ibérico, especialmente português. Assim, mostrando a não unidade do território português e os franciscanos que, inseridos em um contexto de grande poder da instituição católica, mobilizaram uma forma espiritual específica e bem recebida aos anseios da época, como veremos nos próximos capítulos.

O objeto de aprendizagem é representado por 5 livros paradidáticos chamados “Poder e religião”, tratando, a princípio, sobre o estabelecimento franciscano em Portugal no século XIII. São compostos por conteúdos dinâmicos acerca do tema e apresentam atividades, assim como também dicas para o professor trabalhar em sala de aula, sendo um guia ao docente. Porém, nada impede também que alunos ou pessoas fora do ambiente escolar leiam e reflitam sobre o tema.

De tal modo, Manoel da Esperança em *História Seráfica* (1656), fonte principal da pesquisa, relata a história da instalação franciscana no reino. O cronista faz referência a diversos aspectos de Portugal que recém se tornava independente. Da mesma maneira, seguindo a mesma trajetória de escrita do autor, os 5 volumes fazem o professor e, conseqüentemente o aluno que participará da sequência de aulas baseada nesses pequenos livros, entender de forma gradual não somente o contexto medieval do século XIII e a península ibérica, ao ler acerca do estabelecimento franciscano em Portugal, mas também compreender e refletir os dois objetivos da presente dissertação. Desta maneira, através e durante o estudo dessa narrativa, será possível perceber o contexto português recém independente e a relação do aspecto religioso no campo político, usando, assim, o período e os franciscanos como exemplo.

A coleção, além dos 5 volumes, também terá um manual do professor, explicando o que é esse objeto de aprendizagem e direcionando-o para um melhor aproveitamento dos conteúdos e das atividades. Ademais, as capas de cada livro foram desenvolvidas e construídas a partir do design aberto a uso de Malena Indart, chamado “Brown Vintage

Medieval Birthday Poster”. Por fim, as imagens utilizadas ao longo dos livros foram retiradas da própria plataforma *Canva* ou da rede social de artes e imagens *Pinterest*, sendo devidamente referenciadas no final da dissertação.

Figura 1 - Capa dos livros



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O design e a construção do conteúdo foi inteiramente realizado pela plataforma *Canva*, uma ferramenta que contribuiu para o desenvolvimento de conteúdos ou atividades mais chamativas e dinâmicas. Conforme Marilane Campista Gonçalves (2022, p. 15), “O Canva, que é uma ferramenta online gratuita de design gráfico, dada a sua simplicidade de manuseamento, foi projetada para ser acessível a todos os públicos, mesmo para aqueles que têm menos aptidões tecnológicas.”. Desta forma, a plataforma se apresenta como uma grande aliada aos professores que almejam desenvolver um ensino mais dinâmico, produzindo as mais diversas atividades que estimulam o interesse do aluno, sem ter conhecimentos muito avançados de tecnologia e sem pagar para usar.

Porém, almejando desenvolver um dos elementos principais que compõem o objeto de aprendizagem, sendo ele a acessibilidade, os volumes de “Poder e religião” serão disponibilizados de forma online<sup>3</sup> para o professor ou aluno acessar, ler e baixar as páginas e para, no caso do docente, imprimir as atividades ou fontes históricas imagéticas indicadas, desenvolvidas através do software eXeLearning. Essa ferramenta, como apresenta Núbia dos Santos Rosa Santana dos Santos (2014, p. 78) “[...] permite a criação de cursos e a integração de diversos recursos [...]”, havendo a possibilidade de inserir áudio ou vídeo.

Com isso, pensando em deixar os livros paradidáticos mais acessíveis a todos os públicos e variedades de professores e possíveis alunos que querem explorar, englobando aqueles com dificuldades de ensino e aprendizagem os sujeitos que sejam deficientes, tanto auditivo, quanto visual, o site dos livros terá audiodescrição de todo o conteúdo, assim como também explicações extras sobre os exercícios, como o GIF, ilustrando como funciona o jogo do livro 3 desenvolvido pela ferramenta GIMP.

Figura 2 - Site dos livros



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

À vista disso, o professor que deseja utilizar os livros não precisará ter grande experiência tecnológica, precisando apenas entrar no link e explorar os conteúdos. Junto a isso destaca-se que além de contemplar inicialmente a disciplina e os professores de História, o presente OA também pode ser usado de maneira bem proveitosa nas matérias de sociologia e ensino religioso, uma vez que a discussão dos franciscanos em Portugal, no decorrer do século XIII, abre margem para analisarmos esse constante contato entre religião e política, como já citado. Desta maneira, professores que queiram desenvolver um debate acerca desse tema poderão usar a narrativa dos menores como exemplo, complemento ou exercício de análise.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://poderereligiao.netlify.app/>

Desta maneira, analisaremos especificamente de cada livro paradidático. O primeiro, chamado “Religiosidade medieval – Séculos XII e XIII”, trata do contexto medieval, demonstrando a perseguição aos hereges, a postura da Igreja – que acumulava poder e riqueza – e o desenvolvimento das cidades. Esses elementos impactam diretamente na atuação franciscana, que opta por um estreito contato com os mais desfavorecidos e escolhe viver da pobreza e dos trabalhos espirituais voltados ao amor de Deus.

Junto a isso, o livro também demonstra como a Idade Média é dinâmica, ao contrário de um senso comum que a compreende estática, e, para ilustrar esse dinamismo, apresentamos a religiosidade franciscana. Tal elemento é fundamental pois introduz de forma natural e com sentido um personagem histórico não presente na Base Nacional Comum Curricular e nas aulas de história normalmente.

Figura 3 - Primeira página do 1º livro



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Como atividade final, o livro apresenta o “Jogo da memória dinâmica”, que fará os alunos discutirem acerca de diversos aspectos do tema tratado de forma não tradicional. O jogo, adicionando um elemento autônomo, mobiliza os alunos a relatarem o que sabem acerca do tema da carta que eles combinarem, podendo haver discordâncias, complemento e concordância entre os jogadores. Além disso, destacando a importância de desenvolver o aspecto criativo e artístico dos alunos, no final do jogo, os discentes terão que construir algum texto em relação a uma das cartas que foram combinadas, seja poema, música, teatro ou desenho.

Figura 4 - Páginas da explicação do “Jogo da memória dinâmica” no livro 1



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O segundo livro, intitulado “Península Ibérica medieval”, vai ao encontro do volume anterior, no intuito de apresentar o cenário medieval do século XII e XIII. Logo, com esse objetivo e com a intenção de já apresentar o cenário em que os franciscanos vão atuar e se estabelecer, esse livro apresenta a Península Ibérica, em específico Portugal, como exemplo do dinamismo medieval em termos territoriais, mostrando como a experiência da Itália ou França foi diferente de outros locais em questões diversas, como, por exemplo, a presença muçulmana e seu impacto nos reinos cristãos mais próximos.

Desta maneira, introduz-se Portugal, mostrando sua história e seus personagens, destacando principalmente os conflitos que impactam indiretamente a presença franciscana do reino, por configurar o governo dos reis e suas posturas com o clero e a nobreza. Articulado a isso, o livro também discute as ações régias para tratar da centralidade de poder e os julgamentos historiográficos criados acerca da Idade Média, voltado, agora, para o estilo de governo do período medieval.

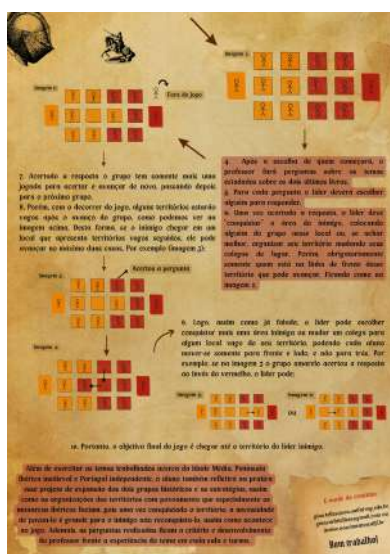
Figura 5 - Primeira página do 2º livro



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Para exercitar os conteúdos estudados durante o livro, a atividade final será realizada por um exercício dinâmico, que fará os alunos refletirem sobre o aspecto expansionista e guerreiro entre os muçulmanos e os reinos cristãos, englobando elementos de povoamento, através do jogo “A expansão”. Os alunos, divididos em dois grandes grupos, responderão perguntas acerca do contexto medieval do livro 1 e sobre a Península Ibérica, conquistando o território inimigo a cada questão acertada, fazendo o líder de cada grupo mobilizar uma organização efetiva de povoamento dos locais e desenvolver uma expansão estratégica.

Figura 6 - Página da explicação do jogo “A expansão” no livro 2



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O livro de número 3 representa um dos objetivos principais da presente dissertação: demonstrar como o estabelecimento franciscano em Portugal, com recorte do reinado do primeiro rei Afonso II, ajuda na compreensão do reino lusitano recém independente do século XIII. Logo, em cada fragmento de narrativa dos menores no reino vem ilustrado com questões, conflitos e articulações do período entre reis e clero, ou reis e seus irmãos e/ou filhos, ou até do próprio contexto de “reconquista” cristã. Assim, alinhando esses sujeitos a toda uma rede dinâmica medieval que é tratada em sala de aula, vai ser possível perceber como eles pertencerem a um contexto que não somente o atravessam, mas também são impactados por eles, pois todo indivíduo em uma temporalidade influência, questiona e reflete as questões do seu presente.

Figura 7 - Primeira página do 3º livro



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Desta maneira, para continuar o exercício dos conteúdos da forma mais didática possível, o livro 3 será composto pelo jogo de tabuleiro “Poder e religião”, que trata desse estabelecimento franciscano em Portugal, em específico do reinado de D. Afonso II. Nele, o aluno ao avançar pelas casas e, além de trabalhar novamente os conteúdos dos dois livros anteriores, vai pensar sobre essa articulação entre a narrativa franciscana e a história de Portugal. O discente também fará o trabalho de análise de fonte, através da carta “fonte histórica”, desenvolvida com fragmentos retirados da obra principal analisada, a “História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na província de Portugal” (1656), de Manoel da Esperança.

Figura 8 - Tabuleiro do jogo “Poder e religião”



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Os dois últimos livros contemplam o segundo objetivo da pesquisa: analisar a articulação do religioso e do político, independente do período. Desta forma, o quarto livro continuará mostrando a presença franciscana em Portugal, porém, já demonstrando os sucessos da ordem no reino. Tal sucesso é acompanhado pela inserção dos menores em diversos cargos de confiança e influência do reino, como confessores e conselheiros régios, professores da universidade de Lisboa e entre outros, que mostram essa entrada gradual do religioso no político.

Figura 9 - Primeira página do 4º livro



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Para a atividade final, desenvolve-se um exercício de análise de fontes em sala de aula, que faz o aluno refletir o impacto do religioso nas mais diversas áreas do nosso social, seja na Idade Média, seja nos dias atuais. Para tal, são analisados, de um lado, a lei que

instituiu o Estado laico em 1889, associada a uma notícia acerca da bancada evangélica no congresso brasileiro, e, por outro lado, trechos da fonte “História Seráfica” que demonstram essa relação dos franciscanos no poder, a Idade Média. Trata-se de um fragmento do início da ordem franciscana, que defende o desprezo por qual bem mundano. Por fim, a bula emitida pelo Papa Alexandre III, em 23 de Maio de 1179, que declara o Condado Portucalense independente do Reino de Leão. Nesta bula, as obrigações do rei em relação a Deus e a igreja são bem reforçadas, abrindo margem para identificarmos os entrelaçamentos entre poderes temporais e espirituais.

Figura 10 - Página da explicação da atividade do livro 4

**Atividade - Análise de fontes e de recursos didáticos**

O objetivo dessa atividade é gerar nos alunos o reflexo acerca dos impactos do religioso nos diversos campos do político, social e cultural. Para isso, a seguir serão apresentados fontes históricas e recursos didáticos de duas temporalidades que juntos mobilizam essa reflexão de forma significativa. Assim, enquanto o século XVIII apresenta elementos relativos a sociedade franciscana e a influência religiosa no mundo do rei, o século XXI engloba o discurso de presença do religioso no nosso político, demonstrando como essa relação não é um elemento estritamente medieval, mas sim de variados tempos.

**Atividade XVIII**

**Atividade didática** - Trecho de Le Goff, retirado do livro A civilização do Ocidente medieval, discorrendo acerca da postura franciscana de obediência do dinheiro e poder, visando mostrar um perfil do autor em relação a Deus.

“...mas, o filho de um rico comerciante de Anã, Francisco, parece ter-se o mesmo costume. Um grupo em torno dele, no início deveu “limbo”, “fundo memórias”, “sem como única preocupação, pela prática da humildade e do governo absoluto a qual pensa e medita, ser um fermento de pureza num mundo corrompido.” (LE GOFF, 2011, p. 48-49)

**Fonte histórica** - Trecho retirado da crônica História Seráfica do Ordem dos Frades seculares na província de Portugal (séc. XVI), escrito por Manoel de Espinosa e Fernando de Salazar, tratando dos franciscanos que ocuparam cargos em Portugal.

“...João Montez, Corregedor do Balthazar do Rei de Portugal [...] História Seráfica, liv. 2, cap. II, v. 1, p. 180”

“...Santo Inácio (1549-1622) [...] veja seus Confiteiros, Fr. João de Alencar, Fr. José Paes, & Fr. Sabado, que foi Bispo de Ilhéus [...] História Seráfica, liv. 2, Proêmio XI, v. 2, p. 18, sendo dos franciscanos.

**Fonte histórica** - Manifesto Proibitivo Não emitido pelo Papa Alexandre III, a 23 de Maio de 1179, que declara o Condado Portucalense independente do Reino de Leão e do Reino de Castela. O seguinte trecho trata sobre a legitimidade do rei que a lei tem que ter e os deveres de governação sempre atribuídos ao projeto do grupo monárquico.

“Alexandre, Bispo, Servo dos Servos de Deus, no Caríssimo Filho em Cristo, Afonso, Batedor do Rei dos Portucalenses, e a sua herdeira, a perpetua.”

“Está claramente demonstrado que, como bom filho e príncipe católico, prestou homenagem e serviços a tua mãe, o santo Igreja, conciliando integralmente em portos, tributos e prazos militares ou litúrgicos do nome cristão e propugnando diligentemente a fé cristã, assim

Adiante nos vindouros nome digno de memória e exemplo merecedor de laudação. Deve a ti Apóstolico amar com sincero afecto e procurar atender eficientemente, em suas justas súplicas, as que a Providência divina concede para governo e conforto do povo. Por isso, Nós, movidos da qualidade de prudência, justiça e liberalidade de governo que ligamos a tua pessoa, tomamos a lei e proteção de São Pedro e nosso, e concedemos e confirmamos por autoridade apostólica no teu exército domo o reino de Portugal com inteira honra de reino e dignidade que em nós pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste conquistados dos infidéis dos Sarracenos e nos quais não podem restituir direitos ou vitórias principais cristãs.

**Século XXI**  
**Brasil**

**Fonte histórica** - DECRETO Nº 918-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1994. Lei do desvinculação que o Brasil era laico, ou seja, que não tem uma religião oficial.

Art. 1º É proibida a autoridade federal, assim como a dos Estados, federação, respectiva, regulamentar, ou atuar administrativamente, estabelecendo alguma religião, ou celebrando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crença, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

**Fonte histórica** - reportagem do jornal “Veja”, escrito por Rodolfo Caplar e publicado em 20/07/2011, com o nome “A bancada evangélica e seu projeto de poder”. Essa reportagem que mostra a participação das Igrejas Evangélicas no cenário político nacional abre margem para discutir os interesses e articulações da lei do estado laico brasileiro.

Os evangélicos começaram a se envolver na política brasileira no decurso de 1980, por meio da denominação O Brasil para Cristo, que a época, elegia um deputado federal em seu e um senador em São Paulo. Entretanto, as Igrejas evangélicas só passaram a ter presença crítica em nosso sistema político no decurso de 1980, com uma maior inclusão de parlamentares cristãos em São Paulo, com o fim do Regime Militar e início da Constituição.

Quando período, a Igreja Assembleia de Deus foi a força propulsora de organização política dos evangélicos, se organizando desde a criação para limpar um deputado em cada unidade do federato. Impulsionado o projeto “Brasil volta com Jesus”, as Igrejas evangélicas têm sua maioria pentecostista, católicas de “corpo e alma” no jogo político. A formação de uma bancada evangélica só veio e ter representação no cenário político nacional no início da década de 2000, quando a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) formalizou um grupo político estruturado formando uma interface entre a Igreja e o político por meio da aquisição (1998) do Rede Record de Televisão e Rádio e de sua utilização como ponto de comunicação com os eleitores. Por meio dos programas de TV Record os pastores evangélicos representantes da IURD e de outros grupos pentecostais e neopentecostais, começaram a abordar temas fortemente político.

A partir de 2002 esse processo se intensificou com a fundação da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional - FPE (oficialmente conhecida como Bancada Evangélica), que segundo levantamento da Câmara dos Deputados, em 2011 possuía 8 egressos número de seu parlamentares (Deputados e senadores).

**Atividade XXI**

**Atividade didática** - Análise do projeto de poder político idealizado pelo Papa Leão XIII, que em seu livro O plano de poder: Deus, os cristãos e a política discorre sobre a importância de haver evangélicos no político e os condições a se estabelecerem no vácuo político como políticos de base. A Frente Parlamentar Evangélica emerge defendendo suas próprias interesses e manutenção de suas prerrogativas - função legislativa e concessão de leis e raios e o avanço de postas conservadoras, como a proibição do aborto (mesmo para os casos legalmente previstos pela Constituição), a proibição de discussões sobre gênero, promoção de benefícios aos escolas e o retrocesso de direitos de grupos vulneráveis, como os transexuais e transgêneros.

A influência da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional é uma que merece um olhar atento de toda a sociedade portuguesa, e seu processo político e social que apresenta, em sua essência, a aprovação de uma extrema direita reacionária com um projeto de poder que se descola por uma postura significativa das Igrejas Evangélicas, cujo número de deputados em Parlamento do Congresso tem crescido e ainda não legítimos.

Para a reportagem completa em português, acessar: <https://veja.abril.com.br/coluna/estados-laicos-a-bancada-evangelica-e-seu-projeto-de-poder/>

**Caso final:**

A análise de fonte pode ser realizada tanto entregando aos grupos todos os textos e recursos para o exercício, quanto separando os temporais, ou seja, que foram escritos com os materiais do século XVIII enquanto outros foram com o do século XXI. Todavia, independentemente de como será realizado o exercício, é significativo no final da atividade os alunos fazerem uma discussão e partir de que foi realizada. Para o media o professor pode levantar algumas questões para mobilizar o diálogo, sempre, é claro, referenciando também os outros reflexos e diálogos apresentados por eles.

**Questões de pesquisa:**

- Qual relação você percebe entre as fontes e recursos do século XVIII e XXI?
- Você acredita que o aspecto religioso tem que estar relacionado a questão política? Por quê? Que religião engloba todas as religiões ou correntes e ritos?
- Como visões no país de Deus e rei era concebido por Deus e com isso deveria governar até os presentes religiosos. Você percebe alguma relação disso com os tempos atuais? Ou cristãos preferem condições políticas similares a suas crenças e ritos?
- Você acha que o Brasil segue filosoficamente a narrativa de estado laico?
- Na diversidade religiosa e de agentes (homossexuais, negros, mulheres e entre outros no Brasil atual) de um, devemos no ato de criação de leis e direitos pensarmos nessa diversidade e agir frente as questões individuais, mas também gerais. Essas direções seguem ou desviam alguma conexão em favor de um grupo através de seus próprios projetos?
- A atuação dos franciscanos nos cargos gera um impacto religioso, político, social e cultural em longo prazo (localmente)?
- Quando no caso brasileiro, o religioso pode influenciar e influenciar, o caráter de nossa sociedade e causar ter voz significativa no poder político? De que forma?

*Leitura de contexto*  
Bom trabalho!

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Desta maneira, o último livro se preocupa em desenvolver uma discussão que faça o aluno pensar o seu cotidiano e o seu meio social. Assim, através do conteúdo e do roteiro presente na atividade final, em que os alunos vão pesquisar em suas cidades instituições, personagens, nomes de ruas e estabelecimentos – dentre outros elementos que fazem referência a questão religiosa – o discente concluirá como a fé e a crença não representam apenas um aspecto espiritual. Elas influenciam e representam um poder significativo na construção da moral, das visões de mundo e de ações do nosso cotidiano, fruto de um longo processo histórico.

Figura 11 - Primeira página do 5º livro



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Figura 12 - Página da explicação da atividade do livro 5



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A investigação e a análise do aluno desenvolvida nesses últimos dois livros são significativas pois, pensando um ensino construtivista, o ato de tornar o discente mais ativo em seu processo de aprendizagem vai gerar um aprendizado mais eficaz. Logo, “o professor tem, neste caso, o desafio de propiciar condições que permitam ao estudante buscar por si mesmo os conhecimentos e experiências necessários para a aprendizagem, a partir das suas necessidades e interesses” (Bulegon e Mussoi, 2014, p. 60).

Portanto, os livros, mesmo representando um tema que não está nos currículos escolares, apresentam-se como uma forma eficaz de ampliar ainda mais a experiência de ensino acerca da Idade Média, demonstrando sujeitos e territórios dinâmicos e diferentes entre

si. Tendo em vista os últimos livros, a pesquisa também se apresenta como uma ferramenta para refletir o período medieval além dos elementos de guerra, inquisição e peste bubônica, demonstrando suas articulações que perpassam as temporalidades e ainda se encontram nos dias atuais.

Ademais, como será discutido no próximo capítulo, pensar um Objeto de Aprendizagem também é pensar o quanto a tecnologia pode contribuir para ampliar, facilitar e deixar mais dinâmico os diversos temas estudados no meio acadêmico e escolar. Dito isso, os 5 volumes de “Poder e religião”, além de almejar todos os elementos já apresentados, tem o objetivo de divulgar temas pouco discutidos, de forma didática, em sala de aula, como a história de Portugal e o aspecto religioso medieval que vai além das cruzadas e a figura do Papa.

## 2.2 PERSPECTIVAS, CAMINHOS PEDAGÓGICOS E DISCUSSÕES

### TEÓRICO-METODOLÓGICAS: REFLEXÕES SOBRE OS LIVROS “PODER E RELIGIÃO”

Flávia Caimi, em seu texto intitulado “Porque para ensinar História a João é preciso entender de ensinar, de História e de João?” (2015), esforça-se em discutir e levantar o questionamento de quais conhecimentos e capacidades um professor de História precisa ter e aperfeiçoar para conseguir suprir as exigências e necessidades que diversos contextos escolares geram. Desta forma, refletindo acerca de tais conhecimentos e capacidades, Caimi (2015) discorre como a ação de ensinar História não se sustenta em apenas saber o conteúdo ou somente ter um grande repertório acerca da didática e questões pedagógicas.

Logo, o processo de ensino e aprendizagem da referida disciplina deveriam ser envolvidos em três saberes, sendo eles: os saberes a ensinar, os saberes para ensinar e os saberes do aprender. Isso se dá, principalmente, por conta da visão muito construída e repassada que coloca o saber do conhecimento teórico acima da didática ou, ao contrário, sendo que o essencial deveria ser a junção dos dois com a preocupação de conhecer, também, os próprios alunos, suas realidades e seus processos de aprendizagem (Caimi, 2015, p. 112).

À vista disso, o professor preocupado em desenvolver um ensino reflexivo e com significado, mobiliza toda uma estratégia pedagógica, que engloba um conhecimento rico, sendo apresentado através de uma didática realmente efetiva e que faça o aluno se sentir pertencente no processo de construção do conteúdo, havendo uma conversa constante entre docente e discente. Desta maneira, o uso das tecnologias pode se apresentar como grande aliado no cotidiano do ofício do professor que queira seguir esse objetivo, não apenas

usufruindo da ferramenta para transmitir algum audiovisual ou desenvolver o conteúdo através de slides, mas para construir ou utilizar atividades que reforcem, auxiliem e abranjam o processo educacional. Tal auxílio tecnológico pode ser identificado no desenvolvimento dos próprios livros paradidáticos construídos nesta pesquisa, utilizando assim do *Canva*, *exe.learning* e outras ferramentas e plataformas para tornar o OA mais dinâmico e acessível.

Tomando esse último ponto como referência, os Objetos de Aprendizagem “[...] podem funcionar como facilitadores da aprendizagem, além de tornarem as aulas mais estimulantes, uma vez que possibilitam uma adaptação às necessidades individuais dos alunos.” (Aguiar e Flôres, 2014, p. 12), “[...] a qual pode ser utilizada para o ensino de diversos conteúdos e revisão de conceitos” (Aguiar e Flôres, 2014, p. 12). Porém, Aguiar e Flôres expõem a dificuldade de definir um conceito consensual de Objeto de Aprendizagem. Compreendendo a abrangência desse elemento, podendo ser construído e usado de diversas formas, assim como representar inúmeros materiais (imagem, vídeo, livro e entre outros), tal dificuldade está muito alinhada em como as definições são invocadas e alteradas frente a importância específica dada ao Objeto pelo professor e pelas abordagens variadas que ele usará em relação a seu uso educacional.

Segundo o pesquisador e educador David Willey, o Objeto de Aprendizagem é “qualquer recurso digital que possa ser reutilizado para apoiar a aprendizagem.” (Willey, 2000, *apud* Braga *et al.*, 2014, p. 22). Logo, mesmo não sendo consensual, a definição apresentada pelo escritor nos mostra como o elemento da reusabilidade – sendo descrito por Aguiar e Flôres (2014, p. 15) como a capacidade do objeto ser utilizado em diversos contextos e conteúdos – e como a intencionalidade do professor em construir e utilizar determinados elemento de aprendizagem são importantes para se diferenciar de outras ferramentas e produtos que, mesmo estando disponibilizado digitalmente, não representam as preocupações e o esforço de um objeto de aprendizagem.

Desta maneira, longe de ser apenas uma decoração com design bonito ou somente ser usado para demonstrar os pontos positivos da ferramenta digital, o objeto de aprendizagem é constituído de elementos que, juntos, objetivam o mesmo fim. Ou seja, ele tem como propósito o ensino e aprendizagem construído com o aluno, almejando seu desenvolvimento e servindo também como auxiliar para o professor utilizar de forma duradoura, eficaz e facilitada em diversos contextos e conteúdos.

Assim, apresentam-se enquanto elementos constituidores desse OA a reusabilidade, adaptabilidade, acessibilidade, durabilidade e granularidade, que demonstra como o objeto vai conseguir ser utilizado de diversas formas e em vários contextos. Além disso, considera-se

que ele pode ser utilizado em somente uma parte para determinado tema, enquanto a outra parte em outro conteúdo, não implicando em algo único de um aprendizado só. Ilustrando melhor esse elemento, Juliana Braga (2014, p. 47-48) apresenta que:

a granularidade é a extensão à qual um OA é composto por partes pequenas e reutilizáveis. Dessa maneira, um OA com baixa granularidade pode dificultar sua reusabilidade, por conter uma baixa quantidade de conteúdos que são adequados a um número restrito de contextos. A granularidade de um OA deve ser definida de maneira a aumentar a sua reusabilidade. Quanto maior a granularidade, maior é a sua reusabilidade. No entanto, há que se garantir que o tamanho dos grãos seja suficiente para não ocorrer perda de informações necessárias para o entendimento do tema do OA. Por exemplo, um vídeo no youtube pode ser considerado um OA desde que seja reutilizado para o aprendizado. Mas qual seria a granularidade desse vídeo? Se for um vídeo de 10 minutos, a granularidade é baixa. Pode-se aumentar a granularidade desse OA, editando esse vídeo e o dividindo em 5 vídeos de 2 minutos. Assim, cada vídeo poderia ser apresentado em uma aula diferente e até mesmo em disciplinas diferentes. A divisão do vídeo maior, ou o aumento de sua granularidade, aumenta a sua capacidade de reuso.

O citado elemento é significativo pois abrange e amplifica os impactos do OA, não ficando restrito apenas a uma disciplina ou discussão. Assim, nos 5 livros paradigmáticos de “Poder e religião”, apoiados nessa granularidade, divide o conteúdo maior (franciscanos em Portugal no século XIII) para discorrer sobre o contexto medieval central. Faz isso de modo geral, Portugal e a península ibérica medieval, e até o trabalho de história local, voltado à questão religiosa, presente no volume 5, implicando na utilização individual de cada livro pelo professor em relação à disciplina e aos conteúdos diversos que queiram tratar. Além desses elementos elencados, outros aspectos significativos devem ser levados em conta pelo professor ao construir um OA, sendo eles: objetivo; público alvo; ferramentas que serão utilizadas para a construção; e entre outros. Assim,

devido ao seu potencial de reusabilidade, durabilidade e adaptabilidade, os OAs são materiais educacionais com os quais o aluno pode interagir, sendo coautor de sua aprendizagem. Os OAs podem ser associados à aprendizagem significativa quando novas ideias são “ancoradas”, por um processo de interação, a um conceito, uma ideia já existente na estrutura cognitiva do aluno (Aguiar e Flôres, 2014, p. 25).

Desta forma, assim como apresenta Bulegon e Mussoi (2014), o avanço tecnológico nos últimos anos mudou completamente o mundo e suas articulações, impactando também, claramente, o ambiente escolar e a área da educação, apresentando tanto dificuldades, quanto pontos positivos. Sabendo desse grande atravessamento tecnológico em grande parte do nosso cotidiano, definindo o que as nossas interações do meio social atualmente, “[...] a escola necessita proporcionar atividades que favoreçam o desenvolvimento do pensamento crítico, beneficiando-se das tecnologias no contexto educacional” (Bulegon e Mussoi, 2014, p. 55).

Assim, a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), das mídias em sala de aula e no desenvolvimento do ensino processual, presentes nos objetos de

aprendizagem, apresenta uma resposta da educação frente a essa mudança fortemente presente. Ademais, como já reforçado, além de representar uma resposta a esse avanço tecnológico, o OA construídos em bases tecnológicas e digitais fornece aos professores um mundo de possibilidades e estratégias, conseguindo desenvolver o conteúdo de forma mais didática e de modo que faça sentido ao aluno, englobando assim os elementos essenciais pensados na produção dos livros paradidáticos de “Poder e religião”. Todavia, é fundamental refletirmos o elemento principal que caracteriza esse OA, sendo ele o aspecto “paradidático” tão citado. Logo, através dos 5 volumes aqui tratados, o que vem a ser e qual é a definição de um livro paradidático?

Conforme Kazumi Munakata (1997, p. 103), os livros paradidáticos podem ser materiais que “[...] sem apresentar características próprias dos didáticos [...] são adotados no processo de ensino e aprendizagem nas escolas, seja como material de consulta do professor, seja como material de pesquisa e de apoio às atividades do educando, por causa da carência existente em relação a esses materiais.”. Atuando, então, como material de complemento para o professor, substituindo ou não o didático. A definição de Munakata, como podemos identificar, aborda o uso desses materiais frente às críticas aos livros didáticos que, como apresenta Bittencourt (2008), apontavam para as limitações e erros conceituais dos conteúdos, para o aspecto de mercado que carregavam (mesmo que os paradidáticos também se relacionam com esses aspectos) e a própria produção do material, que estava sempre alinhada ao currículo proposto pelo Estado, estando ele controlando diretamente ou indiretamente os temas e abordagens presentes.

Ana Beatriz Thomson (2015) também considera os paradidáticos como materiais de suporte no processo de ensino e aprendizagem, apresentando uma linguagem mais acessível aos alunos, sendo amplamente utilizados por professores que desejavam inovar suas práticas em sala. Desta forma, ainda baseado nos estudos de Thomson (2015), mas agora tratando de sua pesquisa de mestrado, que se apoiava no estudo dos paradidáticos no ensino de História. Através de conversas com professores de escolas públicas e privadas da cidade de Londrina-PR, foi possível identificar o não consenso na definição do termo. Porém, mesmo não consensual, até mesmo no ambiente acadêmico, especialmente quando o paradidático é tratado como substituto do livro didático, a doutora em Educação destacou alguns elementos em comum presentes em algumas respostas, sendo eles: paradidático como material complementar; como ampliador do conhecimento; como aprofundador, refletindo temas presentes no conteúdo de maneiras diversas ou por uma outra abordagem; como um material que aflora a ludicidade em sala e dá acesso a diversos contextos.

Desta maneira, refletindo todos os elementos presentes durante a construção de “Poder e religião”, consideramos como livro paradidático um material complementar que permitirá o professor tratar o tema “Idade Média” por um outro viés, abordando a experiência de outros sujeitos (Franciscanos) e refletindo aspectos de outras localidades do ocidente medieval (Espaço Ibérico e português). Além disso, abordando o aspecto mais livre de acessar diversos contextos, o paradidático aqui desenvolvido se esforça também em relacionar o tema tratado com o cenário de vida dos alunos, refletindo aspectos religiosos e políticos contemporâneos. Logo, cabe ao professor decidir utilizar o paradidático como material principal das aulas ou como um contribuidor extra do já discutido por outras abordagens ou elementos, como o livro didático.

Ademais, como vimos, o paradidático também nos permite tratar o conteúdo de forma mais criativa, lúdica e dinâmica, mesmo que seja voltado aos professores, como é o caso aqui tratado. Desta forma, além dos 5 volumes de “Poder e religião” apresentarem imagens e figuras diversas ao longo dos livros, três dos cinco propõem jogos para trabalhar os temas de forma mais dinâmica e criativa. Em relação ao uso de jogos no ensino de História, Carla Beatriz Meinerz (2013, p. 106) comenta que

Escolher, criar, pensar, fazer amigos e inimigos, cooperar, desenvolver habilidades, construir conceitos e conhecimentos, interagir socialmente e discursivamente, trocar saberes, respeitar ou questionar regramentos, manter tradições, são alguns motivos que nos fazem defender a criação de situações didáticas em que o jogo seja central no Ensino da História. Ele, porém, não se encerra em si mesmo. Faz parte de um processo de planejamento que pode prever desde exposições argumentativas do professor sobre o conteúdo do jogo, até pesquisas dos estudantes, sempre com o pressuposto de que a intervenção do professor como mediador é fundamental. Essencial também é que o jogo comporte o elemento da liberdade e da diversão, uma vez que jogar é coisa que não se repete de forma produtiva, porque tem o componente do acaso, da escolha, indissociável do sujeito que joga.

Posto isso, o jogo, mesmo representando um momento de diversão para os alunos, gera não apenas o desenvolvimento de aspectos gerais de interação e compreensão da atividade dinâmica, fugindo da aula tradicional expositiva costumeiramente ocorrida, mas, sobretudo, desenvolve também uma maior aproximação com o conteúdo e o contexto, retratado durante as aulas, refletindo de forma mais ampliada e fixando aspectos até então distantes.

Assim, mesmo o paradidático desenvolvido ser um material complementar frente ao livro didático, por exemplo, ele de forma indireta ou direta também segue as diretrizes, habilidades e competências a serem desenvolvidas nos alunos, conforme a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017)<sup>4</sup>. Em relação a isso, pode-se citar o próprio uso do jogo em

---

<sup>4</sup> <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso: 24 abril. 2024.

sala de aula, presente no tópico “Ciências Humanas” da BNCC, solicitando que “ao longo de toda a Educação Básica, o ensino das Ciências Humanas deve promover explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas capazes de potencializar sentidos e experiências com saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza.” (2018, p. 354).

Ainda acerca do uso da BNCC, e retornando a discussão de reusabilidade (reutilidade) do OA, apresentadas no capítulo anterior, alguns volumes de “Poder e religião” são possíveis de uso na matéria de ensino religioso (fundamental 2), através da seguinte competência da BNCC: “Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.” (2018, p. 437). Também podem ser trabalhados no ensino médio, através do bloco de Ciências Humanas e sociais aplicadas, mais especificamente nas matérias de sociologia e História, presentes ao longo dos três anos na seguinte competência:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica (2018, p. 571).

A partir dessas duas competências, podem-se desenvolver, através dos livros, discussões sobre a importância e a influência do campo religioso nos mais diversos campos e dos variados contextos históricos, tendo como exemplo os franciscanos em Portugal. Ademais, junto a essa discussão, através do livro 5, poderá ser realizada essa reflexão acerca do nosso tempo atual, pensando o nosso cenário e os atravessamentos da instituição religiosa em nossa vida

Tratando agora da disciplina de História do fundamental 2, o tema e a discussão desenvolvidos nos livros podem ser contemplados diretamente no currículo escolar da BNCC do sexto ano (2018, p. 420-421). No quarto bimestre, o professor poderá tratar da influência cristã medieval no campo cultural e político, através do exemplo franciscano português do século XIII, fazendo o aluno expandir o conhecimento e refletir outros sujeitos e espaços medievais. O tema está presente na unidade temática “Trabalho e formas de organização social e cultural”, dentro do objeto de conhecimento “O papel da religião cristã, dos mosteiros e da cultura na Idade Média”. É possível, ainda, desenvolver a habilidade (EF06HI18) “Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social no período medieval.”.

Porém, assim como podemos identificar na BNCC, o período medieval fica restrito a um pequeno espaço de tempo do ano letivo, resumindo o máximo possível as discussões

sobre o tema. Junto a isso, assim como discute Marcelo Pereira Lima (2012, p. 189), além de estereótipos medievais reforçados pela mídia em geral, mesmo que já tenham sido questionados pela História dos séculos XX e XXI, o espaço ibérico “[...] além de incluir esses estereótipos genéricos sobre o medieval, ainda contam igualmente com uma espécie de política de esquecimento”. Assim, frente a história medieval francesa, inglesa e alemã, a narrativa de Portugal e Espanha é constantemente deixada de lado, aparecendo somente como exemplos, como um simples prelúdio da época moderna de grandes navegações e colonização.

Logo, “até mesmo a vinculação da Península Ibérica com o mundo muçulmano segue explícita ou implicitamente essa pauta, uma vez que o estudo dessa região só se justificaria porque tornar-se-ia um veículo transmissor de saberes e técnicas “árabes” para a modernidade.” (Lima, 2012, p. 189). Desta maneira, os livros de “Poder e religião”, além de driblar esse esquecimento, também apresentam a península Ibérica como um espaço com características próprias, diferente da experiência dos reinos acima citados. Assim, ilustra a formação do reino que colonizou o Brasil e impactou diversos elementos conhecidos e vividos pelos brasileiros, como arquitetura, língua e entre outros que bebem diretamente da influência árabe e de outros povos presentes no território durante séculos. Além também da própria Ordem franciscana que uma vez missionando no território no início da colonização impactou significativamente diversos aspectos do nosso social e religioso, concretizando uma importância muito forte até os dias atuais através de instituições sob seus domínios e apoios mais diversos recebidos.

Portanto, assim como Thomson (2018, p. 72) discute, o paradidático, frente às críticas do livro didático, não é a solução dos problemas do ensino atualmente, porém, pode sim aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem através das possibilidades que desenvolve. Logo, através de um ensino mais dinâmico, faz o conteúdo e o tema se ampliarem, com a participação ativa dos alunos, de forma mais reflexiva, pensando o tema em conjunto com elementos atuais e mais lúdicos. Além disso, possibilita que o tema “Franciscanos e a formação de Portugal como reino independente no decorrer do século XIII” converse diretamente com os aspectos presentes nos currículos escolares sem os alunos se confundirem.

Todavia, identificando as inúmeras dificuldades do acesso a esses materiais paradidáticos pelos professores, tanto por questões financeiras, quanto por falta de divulgação das próprias escolas e do Estado sobre os usos desses materiais em sala, os 5 volumes de “Poder e religião” serão disponibilizados gratuitamente em um site para leitura e downloads. Para isso, as ferramentas tecnológicas, como plataformas e programas (*Canva, exe.learning*,

etc...), apresentaram-se como grandes aliadas, como já citado, abrindo a possibilidade de desenvolver um material mais dinâmico visualmente e possibilitando oferecer diversos instrumentos para tornar o uso mais acessível, como, por exemplo, inserir a transcrição de áudio dos escritos do livro.

### 3 HISTÓRIA SERÁFICA DOS FRADES MENORES PORTUGUESES: UM ESTUDO DO SÉCULO XVII ATRAVÉS DA CRÔNICA DE MANOEL DA ESPERANÇA

A produção historiográfica de matriz religiosa e o interesse pela escrita da história, através de crônicas ou outras produções realizadas por instituições religiosas (dominicanos, agostinhos, franciscanos e entre outros), podem ser observadas já nos finais do século XVI e, principalmente, no decorrer do século XVII, mais especificamente em solo português (Fardilha, 2002, p. 105). Esta iniciativa, como nos fala Saul António Gomes (2009, p. 253), foi cada vez mais constante e fortalecida pelo contexto por ela introduzida, em que o interesse humanista pelo tratamento erudito da fonte, o diálogo com o passado, a fragmentação política da Europa e as tensões que as reformas religiosas trouxeram e potencializaram uma grande produção articulada pelas Ordens religiosas. Assim, com a intenção de buscar suas identidades, legitimar suas instituições no âmbito “territorial” e espiritual e praticar a exemplaridade para com todos os frades contemporâneos, essas Ordens, através de documentos e vivos testemunhos sensoriais, atuaram na “[...] reconstrução e fixação da “memória” [...]” (Santos, 2009, p. 253).

Essa historiografia, além de registrar a história para a legitimação, está envolta também na atuação para a criação de um padrão de comportamento modelar<sup>5</sup> e de uma “personalidade” espiritual, a partir de exemplos e milagres de santos anteriores, que, por sua vez, são representados pela verdadeira virtude e fé franciscana cristã observante<sup>6</sup> (Santos, 2009, p. 253-254). Tal atuação foi ainda muito intensificada pela presença da imprensa, que facilitava a circulação e o manuseio, bem como barateamento dos custos da produção, dos livros, graças à leveza do principal material utilizado, o papel, tornando-o mais acessível, garantindo, assim, melhores condições para a produção de textos. (Michelan, 2009, p. 274)

Desta maneira, Marta Sofia Costa (2016) apresenta que esses elementos incentivaram a produção de obras de carácter religioso e político no século XVII, especialmente no período pós-tridentino de reforma da Igreja e mudança de mentalidade voltada às questões espirituais. Aprofundando acerca dessa discussão, a autora continua sua exposição apresentando que, assim como em outros locais da Europa moderna, “A posição firme assumida pela Igreja,

---

<sup>5</sup> Cf. SANTOS, Zulmira C. **A produção historiográfica portuguesa sobre a história religiosa na época moderna: questões e perspectivas**. Lisboa: Lusitania Sacra, 2ª série, v.21, 2009, p. 246-261.

<sup>6</sup> Tratando das divisões interna da ordem franciscana Tereno, Pereira e Tereno nos fala: “As controvérsias religiosas dos séculos XIII e XIV levaram a numerosas divisões internas, provocando uma cristalização de posições, vertendo se estas em duas grandes tendências: a dos Claustrais ou Conventuais, mais tolerante que a dos Observantes que tentavam seguir uma disciplina e regras mais rigorosas que a primeira forma.” (Tereno, Pereira e Tereno, 2010, p. 1).

como resposta às críticas protestantes, e apoiada pelos monarcas portugueses, foi pouco a pouco catolicizando a sociedade portuguesa seiscentista” (Costa, 2016, p. 42).

Logo, fundindo esses diversos aspectos, começou-se a formar uma nova atitude mental e atividade livreira. Assim, nessas diversas obras religiosas portuguesas, criadas durante os séculos XVI, XVII e XVIII, a divulgação e o desenvolvimento de uma disciplina espiritual, social e moral apoiadas na reforma era significativamente reproduzida e trabalhada (Costa, 2016, p. 45). Um dos maiores exemplos de obras que podem ser destacadas deste período são do gênero hagiográfico “[...] nacionais e regionais com o intuito de dar a conhecer os seus santos, mártires e pessoas 'ilustres em virtude [...]” (Costa, 2016, p. 47), funcionando não somente como uma forma de mobilizar o culto aos santos na Europa Católica e reforçar essa nova espiritualidade advinda da reforma, mas também como um projeto de estabelecimento da memória e identidade de cada país e região.

Desta maneira, “O fenômeno da santidade foi usado como instrumento de afirmação quer espiritual quer cultural e política, sendo que o texto hagiográfico fazia a ligação entre a de e a História e a identidade do reino.” (Costa, 2016, p. 50). Ademais, a conjuntura política de Portugal do século XVII gerou, além dos textos hagiográficos, a produção de textos com registros militares e políticos também, que mostravam “[...] homens e mulheres, que pelas suas ações se haviam destacado e, de certa forma, contribuído para o engrandecimento do reino, apresentados assim como modelos de conduta e pauta de imitação para os Homens do presente e do futuro.” (Costa, 2016, p. 55).

Alinhado a esse objetivo, o aparecimento de crônicas e sua maior divulgação foi crescendo cada vez mais no cenário português ao longo do século XVII, como Moreno Pacheco (2009) apresenta. Porém, continuando sua exposição acerca desse contexto, Marta Sofia Costa (2016) expõe que os textos e obras que, inicialmente, foram criadas para reforçar essa vida cristã, através dos exemplos dos santos, começaram a ser produzidos com o objetivo de desenvolver a formação e afirmação da identidade do reino.

A importância de se registrar a memória já era algo muito conhecido antes mesmo do século XVII, porém, somente neste século é que as produções e escritas voltadas a esse objetivo se tornaram realmente concretas, principalmente, as realizadas pelas congregações, ordens religiosas ou dos próprios mosteiros (Costa, 2016, p. 56). E, desta questão, é que se apresenta o caráter historiográfico das crônicas, pois esses cronistas tentavam o máximo possível exercer um trabalho rigoroso de recolha dos documentos originais, tentando conquistar a maior “veracidade” da narrativa tratada. Em relação a isso, Costa expõe que:

Progressivamente começou-se a perceber o carácter historiográfico destas crónicas que além de nos fornecer informações o mundo religioso impunha-se como um importante complemento à história política, militar e cultural, porque mesmo no ambiente religioso não havia a tradição de registar as suas próprias memórias muito pela falta de documentos e a difícil acessibilidade das fontes. A história seiscentista manifesta a sua dependência em relação às fontes de informação quando os cronistas demonstram a importância do trabalho paleográfico de pesquisa em diversos arquivos para colmatar o vazio deixado pela falta e registo de memórias. Importa salientar a preocupação destes 'historiadores' na veracidade e rigor da sua narrativa, o descobrir e a leitura de documentos originais, quando os houvesse, era uma prova inquestionável da verdade dos factos, daí que muitos se preocupam em identificar a fonte de onde tiraram aquela ideia. (Costa, 2016, p. 56-57)

Desta forma, juntamente com o desejo, com certa necessidade da escrita, com leitura da história e passado dessas Ordens, as religiosas utilizaram muitas vezes das crônicas, pois:

La crónica, como es conocido, habría de desempeñar a lo largo de la época moderna una función esencial para la mayoría de las órdenes religiosas — también para los jesuitas — como instrumento privilegiado a la hora de inscribir, favorecer y celebrar un pasado que se quería ejemplar y edificante, capaz de articular modelos de conducta y de reforzar la identidad espiritual y religiosa de las comunidades a las que se dirigía. (Palomo, 2016, apub Carvalho, 2001, p. 515-516).<sup>7</sup>

Entretanto, a análise dessas obras deve considerar todos os elementos que influenciaram e impactaram o cronista e todo seu escrito. Além disso, é significativo ter consciência que o cronista é um narrador que já sabe toda a história até o momento da escrita enquanto vivenciador das experiências da Ordem franciscana, podendo direcionar e mediar os ocorridos da forma que ele julga ser melhor, enaltecendo alguns eventos e personagens, assim como omitindo outros. Porém, assim como defende Costa (2016), mesmo que haja elementos equivocados durante a narrativa, não devemos analisar a crônica com o viés de certo ou errado. Portanto, temos que reconhecer a validade dessas produções para o campo historiográfico que “[...] são repositórios de informação e mesmo documentos preciosos, por vezes, únicos.” (Costa, 2016, p. 59).

Além disso, as crônicas produzidas ao longo desse século XVII são reprodutoras de todo um cenário que foram construídas, sendo trabalho do leitor analisar criticamente os atravessamentos do contexto nas obras. Tal questão, não sendo algo apenas direcionada às crônicas e hagiografias, devem ser consideradas em produções acadêmicas e historiográficas de modo geral, que também são influenciadas pelo contexto inserido. Um dos exemplos que pode se destacar acerca disso são os pesquisadores e autores portugueses que valorizam a história e os eventos ocorridos em Portugal ao longo dos séculos, assim como os cronistas

---

<sup>7</sup> “A crônica, como se sabe, desempenharia ao longo da época moderna uma função essencial para a maioria das ordens religiosas — incluindo os jesuítas — como um instrumento privilegiado para registrar, promover e celebrar um passado que se desejava exemplar e edificante, capaz de articular modelos de conduta e reforçar a identidade espiritual e religiosa das comunidades a que se dirigia.” (Palomo, 2016, apub Carvalho, 2001, p. 515-516, tradução nossa)

medievais e modernos que faziam algo perceptível no decorrer das discussões historiográficas desta dissertação.

A partir disso, esta pesquisa utilizará, entre outras produções e fontes históricas, a crônica produzida por Frei Manuel da Esperança (1585-1670) chamada de *História Seráfica da ordem dos frades menores de S. Francisco da província de Portugal*<sup>8</sup>(1656-1666), a qual foi prosseguida por Frei Fernando da Soledade, divididas em três partes e publicadas no decorrer do século XVIII, respectivamente em 1705, 1709 e 1721. Como nos é apresentado nas primeiras páginas do primeiro volume de sua obra, e conforme demonstrado por Fardilha (2002, p. 104), Fr. Manoel da Esperança, nascido por volta de 1586 em Porto (Portugal), teve bastante influência e destaque na Universidade de Coimbra, ocupando tanto a posição de aluno como a de professor. Além disso, trabalhou na Guardiania do Colégio de S. Boaventura em Coimbra no ano de 1631 e, em 1636, ocupou o cargo de Guardião do Convento de S. Francisco do Porto e posteriormente de Santarém.

Logo após, ocupou o cargo de Comissário Geral do Fr. Martinho do Rosário, tornando-se, a partir de 1649, Vigário Provincial e Ministro Providencial três vezes, “[...] mas as circunstâncias especialmente desfavoráveis em que exerceu essas funções levaram-no a suspirar [...] pelo retorno ao trabalho historiográfico a que se consagrava.” (Fardilha, 2002, p. 104). Com isso, dedicou-se como Cronista desde 1642. Fr. Manoel da Esperança teve seu primeiro volume da obra intitulada *Historia Seraphica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal* impresso em 1656, pela Officina Craesbeeckiana, presente em Lisboa, e a segunda parte em 1666, pela mesma oficina, tendo ele seus 80 anos (biógrafos acreditam que sua morte foi em 26 de novembro de 1670).

Além de Frei Manoel da Esperança ser reconhecido como um historiador de grande responsabilidade ao trabalho em que se propõe, tratando os documentos e fontes pesquisadas de forma rigorosa, através, por exemplo, de comparações com produções anteriores, suas obras também se tornam umas das maiores referências sobre a própria história de Portugal, tornando-se assim “[...] um artefato de grande importância dentro da historiografia portuguesa de transição da Idade Média para a Idade Moderna.” (Brandão, 2013, p. 69).

Inicialmente, coloca-se como fundamental o entendimento sobre o significado de crônica em si, pois, a partir desse esforço, auxiliará na melhor compreensão do conteúdo

---

<sup>8</sup> O nome completo do primeiro volume da obra é intitulado: *Historia Seraphica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia / por Frei Manoel da Esperança, natural da cidade do Porto, filho da mesma Provincia, Leitor jubilado na Santa Theologia, & Examinador das tres Ordens Militares- Em Lisboa: na officina Craesbeeckiana. Anno 1656.)

presente na fonte de Manoel e seu contexto que seguirá a pesquisa. Assim, como bem recorda a historiadora Lígia Bellini (2010), Hayden White em *The Value of Narrativity in the Representation of Reality* (1980) ao tratar da diferenciação de gêneros de produções, apresenta-nos que, ao contrário dos anais que expõe uma sequência de acontecimentos sem nenhuma preocupação narrativa, a crônica além de ser apresentada de forma cronológica, também tem esse aspecto de narração. Porém, sem uma conclusão, já que a história vai até o tempo em que o cronista está ou acompanhou os eventos que tem intenção de escrever, como ocorre em *História Seráfica*.

Essa questão é ainda mais reforçada na própria crônica. Manoel da Esperança nas “Declarações importantes” aos leitores do primeiro volume, relaciona seu escrito com anais e crônicas produzidas anteriormente, citando e discutindo os escritos dos freis Lucas Wadingo e Marcos de Lisboa. Ademais, Lígia Bellini (2010, p. 228) aponta que, além de construir vínculos com tradição erudita, também se desenvolve, a partir de uma discussão teológica, citando doutores cristãos, legislação eclesiástica e passagens bíblicas. Isto posto, é através dessa exposição, apresentada no início da crônica, e através de sua atuação, que Manoel da Esperança delimita elementos para ter desenvolvido sua História, formando em uma narrativa completa, com esforço para não haver ausências de fatos em diversos momentos da história franciscana em Portugal ao longo dos anos.

Assim, continuando a exposição, com a intenção de continuar os estudos iniciados por Marcos de Lisboa, demonstrando o espírito e a devoção de S. Francisco e de todos os seus seguidores, os dois primeiros volumes são marcados por passagens e estudos hagiográficos, com elementos medievais e também renascentistas. Eles expõem “[...] um elenco numeroso de frades influentes no reino português, detalhando conjunturas e trazendo dados fundamentais para o estudo do período medieval, mesmo se tratando de uma obra do século XVIII.” (Berriel, 2009, p. 5).

Além dessas duas partes, Fr. Manoel da Esperança, com seus 80 anos, deu continuidade a obra escrevendo o seu terceiro volume, porém, como já foi citado anteriormente, acabou morrendo em 26 de novembro de 1670, deixando somente 13 cadernos. Ademais, Fr. Fernando de Soledade (nascido na cidade de Porto no ano de 1663) sucedeu a produção da crônica terminando o terceiro volume e escrevendo mais duas partes, as quais foram publicadas em 1705, 1709 e 1721, pela *Oficina de Manoel Joseph Lopes Ferreyra* (Lisboa). Levando por base esta mudança de historiador na produção de *História Seraphica*, Luís de Sá Fardilha nos fala:

Como temos procurado mostrar, os cinco grossos volumes da *História Seraphica* oferecem-nos a possibilidade de acompanhar a exposição de duas maneiras diferentes de sentir, interpretar e propor aos leitores o percurso histórico dos franciscanos em Portugal. Nesta obra monumental podemos encontrar o reflexo de duas sensibilidades culturais, o que nos permite pressentir os aspectos menos aparentes de duas épocas cronologicamente contínuas, mas que estão longe de serem idênticas. Enquanto o discurso de Fr. Manuel da Esperança representa, em larga medida, a previdência, na segunda metade do século XVII, de formas de expor e de viver o legado de S. Francisco mais características do período precedente, Fr. Fernando de Soledade mostra-se em clara sintonia com os modos – e as modas...-culturais e religiosas da primeira metade do século XVIII português. (Fardilha, 2002, p. 113)

Os dois frades historiadores, em *História Seráfica*, deixam subentendido, apoiando-se em exemplos de santos ou mártires franciscanos portugueses, que os 5 volumes são dirigidos aos frades menores portugueses da época em que viviam, com o objetivo de orientá-los, voltado a uma ideia de exemplaridade. Ou seja, fazer ressurgir neles o desejo de seguir o ideal de vida franciscana observante praticada e fundada em suas origens pelo S. Francisco de Assis e seus primeiros seguidores e devotos santos. Apoiando-se em exemplos de vida, Fr. Manoel da Esperança mostra aos franciscanos de sua época como atingir a bem-ventura e a salvação divina por meio da espiritualidade dos menores, sobretudo da santidade e benevolência de Santo Antônio de Lisboa, da Rainha Santa Isabel e, principalmente, de S. Francisco de Assis e seus primeiros frades menores, que se estabeleceram em Portugal entre 1216 e 1217. Deles, destaca-se S. Gualter e S. Zacharias, que tiveram como fundamento o amor, a pobreza evangélica, a vida apostólica, a castidade, o amor ao próximo, a caridade e entre outras santidades.

Porém, ao invés de demonstrar um único só modelo de vida santa, os frades, a partir dessa prática de exemplaridade, demonstram aos leitores “[...] que existem vias diferentes para a santificação pessoal, de acordo com o caráter e a vocação de cada frade.” (Fardilha, 2002, p. 112). Esta questão pode ser identificada em uma das aprovações concedidas para publicação da obra, presente na “Primeira comissão do conselho geral do Santo Officio”, realizada pelo Padre Doutor Fr. Gafpar dos Reis:

[...] e não tem coufa, que feja contra noffa fanta Fé, ou bons coftumes: antes muitos exemplos de virtude, foas, que os lerem, os imitarem, e fe melhorarem na vida, e coftumes; e poruqe nefta Hiftoria faz o Autor menção de muitos Varões, e muitas Seruas de Deos celebradas por virtude [...].

Como podemos perceber, um dos principais traços de espiritualidade franciscana é a pobreza evangélica, sendo a que segue e comanda todas as outras santidades dos menores, representando algo essencial e obrigatório para eles, pois tanto Jesus, quanto seus doze apóstolos, como S. Francisco e seus seguidores, tinham isso como modo de vida. Por isso, o frade franciscano cronista português, tendo conhecimento sobre tal santidade, tenta despertar

através de seus escritos a volta dessa santidade frente “[...] a flexibilidade excessivamente contemporizadora de certos membros de sua Ordem, quando confrontados por desvios a esta virtude.” (Fardilha, 2002, p. 114).

Ademais, através de história de mártires e franciscanos itinerantes, como o caso de Sevilha e Marrocos, tratado no primeiro volume da obra, Fr. Manoel da Esperança, além de tentar despertar nos frades de sua época o desejo de realizar missões evangelizadoras, também demonstra que esta prática está presente desde a origem dos frades menores portugueses. Assim, “a acção dos franciscanos enviados para as novas terras e conquistas portuguesas estaria na origem de novas Províncias dos Frades Menores [...]” (Fardilha, 2002, p. 116).

Além do objetivo de exemplaridade e da legitimação da Ordem franciscana no cenário territorial e religioso português, a obra *História Seráfica da ordem dos frades menores* também é marcada por uma constante tentativa de aproximar a trajetória franciscana com o processo de fortalecimento e independência de Portugal, demonstrando sempre as inúmeras relações que os menores tinham com os reis e a coroa portuguesa desde seu estabelecimento no início do século XIII.

Sendo assim, através deste “*patriotismo*” dos franciscanos portugueses<sup>9</sup>, presente especialmente nas passagens de missões evangelizadoras na África ou em outros territórios que tinham os “mouros” (tanto combatido pelos reinos ibéricos) como infiéis e também na constante valorização dos reis de Portugal, os cronistas insistiam “[...] na contribuição da sua família religiosa para a manutenção da independência relativamente ao poderoso vizinho ibérico.” (Fardilha, 2002, p. 118). Com isso, posto que em toda obra do Fr. Manoel da Esperança e Soledade tem esse elemento, é notável perceber que *História Seráfica* além de mostrar aos leitores a vida de S. Francisco e a expansão da fé franciscana em todo o mundo, principalmente em Portugal, também é uma produção de enorme referência ao estudo da história de Portugal como um todo.

Portanto, *História Seráfica* pode servir de referência e fonte histórica para estudos e pesquisas, não somente sobre a santidade franciscana e as origens da ordem, mas também sobre os primeiros anos do reino de Portugal como independente. Destacando assim, como apresenta Berriel (2007, p. 46), a importância do tratamento de *História Seráfica* enquanto fonte histórica e não como um material complementar.

---

<sup>9</sup> FARDILHA, 2002, p. 118.

## **4 FÉ E PODER: O CRISTIANISMO MEDIEVAL E PORTUGAL DO SÉCULO XIII**

### **4.1 A POBREZA EVANGÉLICA E A AUTORIDADE CLERICAL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DINÂMICAS SOCIAIS, POLÍTICAS E RELIGIOSAS DO SÉCULO XIII**

Identifica-se o cristianismo como um dos elementos dominantes nos dez séculos de história que foram estabelecidos como Idade Média, localizada na Europa Ocidental. As maiores organizações e os mais poderosos reinos medievais articulavam-se através de práticas cristãs e se fortaleceram baseados em uma política teológica, contribuindo ainda mais na legitimação e poder sobre outras sociedades. No entanto, o caminho percorrido, que consolidou a hegemonia da Igreja, foi significativamente longo, havendo a necessidade constante de reconfigurações e ressignificações frente às diversas demandas sociais apresentadas neste extenso período (Magalhães, 2022, p. 28-29).

À vista disso, Magalhães (2022) discute que não devemos olhar os séculos da época medieval como expressão de uma religiosidade homogênea e uniforme em todos os locais e períodos. Um dos maiores exemplos destacados acerca disso é a pobreza e as ordens mendicantes que, através desse carisma utilizado desde os primórdios do cristianismo, franciscanos e dominicanos esforçaram no distanciamento da fé contemplativa dos monges e da instituição católica, cada vez mais poderosa e rica. Logo, frutos da dinâmica social dos séculos XII e XIII, de crescimento urbano e desejo leigo pela espiritualidade de ação, os mendicantes, através da vida apostólica, articulados nos séculos da heresia, mas também dos santos, atuaram enquanto reformadores do pensamento cristão medieval. Desta maneira, apresenta-se como necessária uma abordagem mais aprofundada sobre o contexto de criação das ordens e de suas características espirituais de atuação.

A partir do século XI, houve uma constante transformação nos modos de vivência e mentalidade nas populações da Europa Ocidental, implicando e resultando, por sua vez, em elementos essenciais para caracterizar o século XIII enquanto um momento de junção de dinâmicas sociais, na qual a cidade se apresentava como grande polo de trocas comerciais e intelectuais (Duby, 1979, p. 14). Um dos principais elementos que refletem nessa significativa transformação é a mudança na atividade agrícola, pois “[...] a agricultura que era fundamentada em grandes domínios foi sendo dividida em áreas mais delimitadas, das quais um senhor exercia controle, e nas quais a força de trabalho predominante era a servil (Barbosa, 2019, p. 138).

Junto a isso, como nos apresenta Le Goff (2016, p. 51) e Georges Duby (1979, p. 15), com a utilização das novas ferramentas agrícolas, como a charrua dissimétrica, a aiveca e a maior adoção de materiais de ferro, houve um crescimento significativo na produção e no cultivo nessas áreas mais delimitadas e extensas, gerando de forma negativa inúmeros desmatamentos. Porém, também permitindo uma maior variedade de produtos e um número de alimentos superior para suprir esta grande população.

A partir disso, acompanhada do desenvolvimento demográfico, fruto de diversos fatores, como ausência de certas doenças e a própria qualidade de vida que aumentou frente à questão agrícola e o desenvolvimento das cidades, verificou-se também “[...] uma crescente migração das populações do campo para a cidade, de forma a fugir dos impostos dos senhores feudais das suas terras, mas também à procura de segurança dentro das suas muralhas e de melhores oportunidades de trabalho [...]” (Dias, 2018, p.6).

Seguindo a questão das migrações, o significativo desenvolvimento comercial que transformou as cidades em centros de trocas também gerou a necessidade de recorrer cada vez mais ao uso da moeda, refletindo assim em uma expansão da economia monetária (Vauchez, 1995, p. 66). Porém, através disso, a hierarquia social e o distanciamento de renda, cultural e até espiritual entre pobres e ricos aumentou significativamente, no qual “A pobreza, que era considerada antes como um estado de fraqueza [...] tomou-se antes de tudo uma situação econômica deprimida e um sinal de decadência social. (Vauchez, 1995, p. 67).

Contudo, Magalhães (2022) discorrendo acerca da pobreza enquanto elemento fundamental para a experiência e espiritualidade cristã, apresentando-se como aspecto utilizado de maneiras diversas em temporalidades e contextos diferentes, a partir da visão de mundo de cada um desses períodos, mostra como “Paulatinamente, a pobreza, inspirada no modelo monástico, tornou-se progressivamente mais concreta, sendo o pobre não somente o receptor de um dom material ou de uma ação, mas, sobretudo, um protagonista onipresente na sociedade.” (Magalhães, 2022, p. 33). Desta maneira, tanto a ação piedosa de ajuda aos pobres, quanto a adesão à pobreza, representava uma maior aproximação com Cristo e seus apóstolos, seguindo um modelo de perfeição e plenitude.

Neste cenário, portanto, assim como ilustra Vauchez (1995), o comércio e a circulação monetária fez a Igreja e todos os seus representantes enriquecer cada vez mais, além, é claro, do próprio controle e poder que a instituição tentou consolidar com a figura do Papa, a reforma gregoriana e a influência dos monges, mesmo que tenha ocorrido eventos que questionaram essa autoridade ao longo do período medieval. Assim, após o dinheiro começar

a exercer cada vez mais importância no cotidiano da vida humana, também “[...] a teologia e a espiritualidade monásticas se mostravam rapidamente inadaptadas.” (Vauchez, 1995, p. 66).

Os clérigos, especificamente os monges, e suas práticas religiosas começaram a ser incompatíveis com as novas necessidades espirituais, não somente relacionadas à questão do dinheiro, mas significativamente frente a espiritualidade contemplativa e claustral que eles exerciam a séculos. O monge vivia longe da sociedade e era inspirado apenas na vida voltada à meditação para Deus, sendo o mosteiro a antecâmara do paraíso. Porém, advindo do renascimento urbano, essa nova leva de leigos, através da atuação eremítica ou a partir de organizações, “[...] desejava alimentar uma vida de oração e de conhecimento da palavra de Deus o que era restrito aos clérigos.” (Camacho, 2014, p. 26).

Desta forma, não somente a espiritualidade monástica não supria a necessidade dos leigos, não havendo nem a possibilidade de participação, por ser algo reservado apenas a elite religiosa, como também passou ser emergente a mudança da contemplação restrita para a ação espiritual, apostólica e de pregação, a todos os indivíduos. Ocorrendo um movimento reformador e renovador da Igreja, em que “[...] conduziria à fundação de novas ordens religiosas, ao desenvolvimento do movimento canônico, à aceitação da diversidade eclesial” (Magalhães, 2016, p. 21).

Renunciando a riqueza monástica, o acúmulo de propriedades e direcionando o carisma a uma ação caritativa, pastoral e amorosa, a pobreza e a vida apostólica, seguindo o modelo de Cristo e seus apóstolos, começam então a ser um ideal de vida leigo e até clerical. Desse modo, como indica Magalhães (2016) e Camacho (2014), às novas ordens utilizaram do ambiente efervescente e crescente urbano para a evangelização, pregação e cuidados com os pobres e doentes. Mas, também, envolvidos em comunidade, realizaram o trabalho manual e a simplicidade da vida como carisma, ou como no caso franciscano, a penitência e a disciplina espiritual individual. Assim, essa espiritualidade resultou num monaquismo reformado, fruto das demandas do seu tempo, em que há “[...] um maior equilíbrio entre o trabalho manual e a vida contemplativa; o movimento canônico estabeleceu, por seu turno, uma tanto quanto possível equidade entre a vida contemplativa e a pregação no meio secular.” (Magalhães, 2016, p. 24).

Como nos apresenta André Vauchez (1995, p. 125), já no século XII, o santo Etienne de Muret (morto em 1124), criador da Ordem de Grandmont, tratava o Evangelho de Cristo como única regra a se seguir e único caminho para o cristão conseguir sua salvação. Porém, somente com Francisco de Assis (1181/1182 - 1226) este modo de vida espiritual foi autorizado pela Igreja, em 1209 (Vauchez, 1995, p. 95). Todavia, como a primeira regra foi

autorizada verbalmente, no ano de 1221, necessitou-se que São Francisco escrevesse outra regra, a qual não foi aceita, tendo que redigir outra no ano de 1223, sendo agora aprovada por Papa Honório III em dia 29 de novembro de 1223 (Carvalho, 2005, p.23). Em relação a São Francisco e sua vida apostólica Vauchez explica que

Seu denominador comum era a pobreza voluntária. Essa opção fundamental era a condição necessária de uma fidelidade ao Cristo, "que não teve onde repousar a cabeça". Mas ela também assumia um significado exemplar, diante das realidades econômicas e sociais da época. Em um mundo em que a expansão da produção e das trocas acentuava as clivagens no seio da sociedade rural e fazia aparecer novas formas de miséria, a escolha da pobreza como condição de vida indicava um desejo de aproximar-se dos marginalizados do progresso e dos excluídos da sociedade: nômades, prostitutas, leprosos etc. Era um protesto contra o luxo dos poderosos e principalmente da hierarquia eclesiástica. Foi o momento em que a denúncia da corrupção da Cúria Romana começou a tomar-se lugar-comum nos textos religiosos [...] (Vauchez, 1995, p. 95)

Aprofundando acerca dessa vivência franciscana, Costa (2021) argumenta como a língua vulgar foi um instrumento significativo no alcance das ideias franciscanas no espaço urbano, gerando admiração pelos leigos. Porém, manifestava conflitos com o clero secular que contestava o domínio da Bíblia e autoridade para falar em nome de Deus e da Igreja, refletindo em uma visão negativa desses religiosos em relação à pregação dos menores.

Desta forma, conforme discorre André Miatello (2007, p. 69) acerca da expansão dos menores, foram os próprios franciscanos os responsáveis pelo desenvolvimento da devoção por S. Francisco em diversos locais que estavam e se estabeleciam. Tal atuação, presente em variadas hagiografias da época, é explicada pelo caráter universal que os menores deram ao fundador, apresentando como um santo não de apenas uma localidade, mas de todas as cidades. Junto a isso, destaca-se também que, inicialmente, os maiores sucessos da ordem se davam nas cidades menores, atuando mais rapidamente nos trabalhos caritativos e de pregação, como veremos posteriormente na instalação dos religiosos em Portugal.

Giovanni di Pietro di Bernardone, ou São Francisco de Assis, atribuído posteriormente também o nome de *poverello*, nascido no ano de 1181 ou 1182 em Assis, na região da Úmbria na Península Itálica, era leigo, filho de uma família de comerciantes. Após abdicar de todos os seus bens e vida mundana (1201/1202), direcionando sua devoção à espiritualidade evangélica e pobre, próximo ao modelo eremítico, não tinha como objetivo fundar uma ordem religiosa, algo mudado com a admiração de alguns jovens por sua vida nos moldes do *imitatio Christi*, gerando posteriormente em uma fraternidade (Camacho, 2014, p. 26). Como apresenta Ana Paula Magalhães (2016, p. 157), esse primeiro agrupamento teria vivido em uma cabana perto de Assis, chamada de Rivo Torto, lugar onde o isolamento e a simplicidade os guiavam. Todavia, inserido em um contexto de luta contra a heresia, despertou em São

Francisco a necessidade de pedir a autorização ao papa Inocêncio III para continuar com o grupo, indo para Roma em 1209 (Costa, 2021, p. 201).

Contudo, assim como Miatello (2020) apresenta, mesmo tendo vivido e criado a ordem nesse cenário conturbado de críticas à postura da Igreja, S. Francisco nunca viu o clero como um problema e não optou por sua atuação pobre e de pregação como uma forma de denúncia à riqueza da Igreja. Logo, se o Santo, ao seguir a vivência de humildade, caridade e pobreza de Jesus e seus apóstolos não representava uma afronta, mas uma outra forma de viver a espiritualidade frente às demandas de grande parte dos leigos que também queriam ter uma atuação religiosa mais ativa, pode-se assumir que “ele queria fortificar a Igreja, não desmontar suas colunas.” (Miatello, 2020, p. 364).

Considere-se novamente o cenário conturbado que a Igreja enfrentava frente ao crescimento urbano, a mudança no pensamento religioso e especialmente o avanço de grupos heréticos que ameaçavam a hegemonia católica. A aprovação e a institucionalização da Ordem franciscana teria advindo da própria instituição católica que além de utilizar o exemplo de São Francisco como modelo a se seguir, controlava e normatizava os movimentos religiosos da época (Magalhães, 2016, p. 26). Desta maneira, ao mesmo tempo que aprovava determinadas Ordens, perseguia e combatia outras, tornando do século XIII o período do início de novos movimentos religiosos e o extermínio das heresias que, em grande parte, tinham também a vida da pobreza evangélica como modelo a seguir.

Distante de ser somente a biografia do santo, demonstrando sua narrativa de vida, as hagiografias, que possuem uma enorme carga moralista e dogmática, representaram outro fator muito importante para essa construção de S. Francisco utilizada pelo âmbito religioso. Demonstrado por Martins (2019) uma das principais produções nesse estilo bem próximo da canonização do santo fundador da Ordem foi a *Vita secunda*, redigida pelo frade Tomas de Celano. Portanto, assim como foi resultante da canonização de S. Francisco, essas produções, demonstrando a trajetória de vida e suas maravilhas, atuam psicologicamente não somente no âmbito religioso, mas social também, contrariando outros possíveis grupos heréticos a serem criados com a mesma espiritualidade, mostrando um santo já canonizado e institucionalmente aceito.

No entanto, como bem pontua Magalhães (2016), desvinculando dos primeiros ideais de humildade e pobreza extrema, a institucionalização da Igreja, os novos adeptos advindos das diversas camadas da hierarquia social e, conseqüentemente, das próprias demandas do sucesso do movimento, levou a necessidade de construção de conventos. Dentre outros fatores, fez S. Francisco e a Ordem mudarem se descaracterizem da fraternidade tão defendida

nos primeiros tempos. Tal questão fica muito aparente na trajetória dificultosa de aprovação das regras que, além de não serem aceitas em 1221, de 1209 a 1223, fizeram com que a Ordem mudasse diversos elementos no que diz respeito à sua organização e à espiritualidade da pobreza.

Portanto, além do elemento cultural medieval e dinâmico nos mais variados aspectos, indo das universidades e suas produções, até a própria reorganização social após o ano mil, sendo algo grandemente significativo para análise, a Idade Média é muito mais complexa e diversificada do que a visão de um período “[...] limitada pela Inquisição, venda de indulgências e sincretismo religioso com culturas pagãs com as quais manteve contato.” (Medeiros, 2018, p. 134-135).

Logo, agindo enquanto reformadores, frutos do contexto contemporâneo deles, S. Francisco, S. Domingos, entre outros, demonstram através de suas espiritualidades toda uma rede complexa de elementos presentes na Idade Média, que vieram da Antiguidade, como o ideal de pobreza, e atravessaram a época moderna, como o questionamento da instituição católica, sendo ineficaz a divisão brusca de um período para o outro sem considerar continuidades e transformações.

#### 4.2 UM REINO EM FORMAÇÃO: PORTUGAL E A PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO XIII

Contemplado pelo território que hoje forma os países Portugal e Espanha, a Península Ibérica medieval representou um espaço de diversos conflitos e inúmeras trocas culturais, experienciando em um mesmo local comunidades muçulmanas, cristãs e judaicas, incluindo a instalação islâmica em 711, a dinâmica visigótica pós-queda do Império Romano e a ocupação cristã. Em relação à instalação islâmica, Caixeta (2019, p. 4) cita que a dominação árabe, guiada principalmente pela religião fundada pelo profeta Muhammad ibn Abdallah, Maomé, fez a Península Ibérica gerar, após o século VIII, o desenvolvimento de um território que houvesse a “[...] harmonia e tolerância, intercalados por períodos de tensão e intolerância religiosa.”. Esse, chamado de Al-Andalus, contribuiu também para significativos intercâmbios culturais nos campos arquitetônicos, intelectuais e de linguagem, tornando perceptíveis as influências árabes em todo território ibérico e, mais tarde, na América portuguesa (Caixeta, 2018, p. 2).

Todavia, esse processo de estabelecimento mouro e, posteriormente, de combate cristão pelas áreas ocupadas, chamado de “reconquista”, é envolto em debates historiográficos ainda muito presentes, em que firmam-se a problemática do termo (Vasconcelos, 2024, p. 2). Acerca disso, Vasconcelos (2024, p.2) argumenta que a própria ideia de *Reconquista* não

aparecia nas fontes escritas até início do século X e que os próprios contemporâneos medievais não tinham consciência de estarem conquistando algo que havia perdido, mas somente tinham o objetivo de se protegerem e vencerem os inimigos da fé cristã, algo presente entre o fim do século IX e início do XI.

Logo, assim como apresentado por Rucquoi (1993) e Nogueira (2001), o termo reconquista foi um projeto cristão e um conceito construído historiograficamente para legitimar a luta contra os muçulmanos, através do resgate de algo que julgavam pertencer aos reinos cristãos. Assim o cristão passou a ser representado como o “guerreiro que galvaniza a força justa – legítima – para sanar, naquela perspectiva, uma injustiça/violência: a invasão e posse de territórios cristãos por “infiéis” (Coelho, 2014, p. 28), comumente ignorando a relação dinâmica, que envolvia períodos de conflitos e de harmonia, entre os muçulmanos e cristãos ibéricos.

Portanto, esses debates e interpretações fazem da história da Península Ibérica e de Portugal uma área dinâmica, repleta de análises acerca da formação do reino, do governo de cada monarca e da criação de conceitos interligados a esses temas. À vista disso, tanto as articulações de cada reinado e de cada rei na luta contra os muçulmanos enquanto guerreiros, quanto às próprias articulações régias para administrar e organizar o território recém independente e conquistado, influenciam todos os sujeitos lusitanos presentes nesse espaço, como os próprios franciscanos desde o início de seu estabelecimento.

Conforme apresenta Bernardo Vasconcelos e Sousa (2022), a procura pela data oficial do “nascimento” de Portugal representou um elemento muito significativo para a historiografia portuguesa que, através do debate acerca da “Fundação da Nacionalidade”, esforçava-se, com caráter positivista, para refletir o processo de independência do reino sem valorizar os diversos elementos constituintes, complexos e multifacetados, que levaram a tal momento.

Assim, seja as interpretações que enxergam o nascimento do reino no momento da vitória do posterior rei Afonso Henriques contra sua mãe na Batalha de Mamede (1128), ou na própria história recontada e reforçada pela historiografia lusitana ao longo dos séculos, acerca da intervenção santa de Jesus na Batalha de Ourique (1139)<sup>10</sup>, Sousa (2022, p. 10) argumenta que é fundamental “[...] analisar a construção do reino português enquanto processo

---

<sup>10</sup> Conforme ilustra Bernardo Vasconcelos e Sousa (2021), a batalha de Mamede (1128) foi o conflito entre as forças de Afonso Henriques e os aliados galegos de sua mãe, com o filho saindo vitorioso. Já a batalha de Ourique (1139) é vista como um confronto decisivo para a criação do futuro reino lusitano entre a força cristã liderada por Afonso Henriques que obtiveram a vitória e os muçulmanos, resultando na auto intitulação do primeiro como rei de Portugal.

prolongado no tempo, compósito, com diversas componentes que se foram conjugando e articulando ao longo da época medieval.”. E, nesse sentido, ganham destaque as análises que ressaltam o condado portugalense enquanto um benefício concedido pelo monarca galego em retribuição ao auxílio militar bem sucedido contra os muçulmanos, demonstrando esse processo longo presente desde antes da própria introdução de Afonso Henriques na história portuguesa.

No período analisado, Portugal englobava os antigos condados de Portucale e de Coimbra. Assim, o Condado Portugalense foi dado por Afonso VI de Leão e Castela em 1096 a Henrique de Borgonha, após o seu casamento com Teresa, filha do monarca, com objetivo de intensificar “[...] a defesa do extremo ocidental dos territórios cristãos na Península Ibérica face à pressão dos muçulmanos almorávidas.” (Sousa, 2022, p. 11). Após se constituir como uma figura de vitórias nos aspectos militares e ter tido boas relações com a nobreza local, Henrique morre em 1112, passando a coroa para a viúva Teresa. Tal fato, deixou a nobreza descontente pela aliança e aproximação política e familiar da rainha com uma das mais significativas linhagens da nobreza galega, chamada os Trava, ocorrendo diversas intervenções no futuro território lusitano (Sousa, 2022, p. 11).

No processo de independência, não podemos preterir o filho de Teresa e Henrique de Borgonha, Afonso Henriques, por influência e apoio da nobreza local, juntamente com o fato de ser figura de sangue real e digna— por ser neto do rei Afonso VI de Leão e Castela —, estabeleceu uma ruptura decisiva. Em relação a essa articulação de Henriques com a nobreza local, José Augusto de Sottomayor-Pizarro (2013, p. 37-38) apresenta a seguinte pontuação:

Tanto quanto é permitido a um historiador imaginar o que seria a infância ou a adolescência de um indivíduo no primeiro quartel do século XII, ainda que pertencendo a uma família estreitamente vinculada à realeza, pode-se admitir que D. Afonso Henriques terá vivido afastado da primeira linha da ação política pelo menos até atingir os 14 anos o que, como é natural, não significa que não tivesse já tomado consciência dos principais factos vividos na época; quanto mais não fosse, por ter sido criado no seio de uma das famílias mais poderosas da nobreza regional, que integrava alguns dos barões portugalenses mais activos e mais críticos do relacionamento de Dona Teresa com os Travas, particularmente quando estes, como se viu, passaram a ter um papel cada vez mais predominante na corte portugalense.

Desta forma, com o apoio de diversos castelos e nobres, Afonso Henriques derrota sua mãe e seus aliados galegos em 1128, na já citada batalha de São Mamede, passando agora a governar o Condado Portugalense. Como aponta Bernardo Sousa (2022, p. 12-13), o futuro rei mudou-se em 1131 para Coimbra, no extremo sul do condado, com o objetivo de demonstrar a não dependência dele para com os seus aliados na batalha e, principalmente, para melhor atacar os territórios sob controle dos muçulmanos, algo intensificado no final da década de 1130.

Dentre os diversos conflitos ocorridos, destaca-se o confronto entre D. Afonso Henriques e os muçulmanos, comandados por cinco reis, ocorrida em 25 de julho de 1139, provavelmente no local intitulado de Ourique, no Alentejo. Este conflito, chamado posteriormente de batalha de Ourique, em que D. Afonso, ao vencer, autoproclama-se Rei de Portugal, foi alvo da criação de uma das maiores lendas lusitanas, principalmente, a partir da *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita por Duarte Galvão, e a obra *Crónica de 1419* (Costa, 2014, p. 4). Acredita-se, assim como nos apresenta Carmelo (1999), na aparição de Jesus Cristo ao primeiro monarca, firmando não somente seu sucesso na batalha, mas a segurança do reino que nasceria.

Porém, assim como afirma Aline Vian (2008), mesmo se intitulado rei em 1139, após a batalha, somente em 1143, na cidade de Zamora Afonso VII, rei de Leão e Castela o reconheceu como rei. Anos depois, em 1179, o Papa Alexandre III admitiu não apenas Henriques como monarca, mas também Portugal como reino, através da Bula *Manifestis Probatum*, pelo “[...] reconhecimento aos bons serviços prestados à fé cristã” (Vian, 2008, p. 1). Assim, Afonso Henriques, sendo o primeiro rei de Portugal, governando e articulando elementos e demandas próprias do espaço Ibérico, instituiu e construiu, através do caráter guerreiro, a consolidação terrena do reino e o desenvolvimento das futuras cidades, a partir dos projetos de povoações, gerando em variados ambientes urbanos o cenário principal da atuação religiosa franciscana.

Frente a essa questão legitimadora que tornou Henriques rei e Portugal reino independente, Sousa (2021, p. 15) demonstra que

A legitimidade e o prestígio do primeiro rei português advinham, em primeiro lugar, da sua feição guerreira e conquistadora. Os triunfos militares sobre os mouros e as conquistas territoriais alcançadas ainda durante o seu governo fizeram estender os limites do reino para sul. As tomadas de Santarém, Lisboa e Almada, em 1147, permitiram não só chegar à linha do rio Tejo como incorporar no reino importantes núcleos urbanos, como Santarém, Sintra, Lisboa e Almada. Sobretudo no caso de Lisboa, até então a maior cidade muçulmana do extremo ocidental da Península Ibérica, a localização, a dimensão e a dinâmica social iriam estar na base de um crescimento e de um desenvolvimento da cidade que a breve trecho lhe dariam uma importância ímpar no conjunto do reino e na sua história.

Ademais, dando seguimento aos apontamentos de Vian (2008), nesse projeto de povoamento das áreas tomadas, foram mobilizadas também inúmeras migrações internas. Além disso, agora sob o aspectos políticos, através da significativa renda – que veio junto com a “reconquista” dos territórios –, o Rei distribuiu vantagens e privilégios para a nobreza e clero, porém, essa dinâmica “[...] resultou na existência de senhorios particulares que se tornaram isentos da ação imediata dos oficiais da Coroa e do Rei e que adquiriram um certo poder sobre as localidades onde estavam instalados.” (Vian, 2008, p. 1-2). À vista disso, as

articulações e relações entre rei, nobreza e clero começaram a ser ilustrados nesse período, mas seus reflexos foram sentidos, não apenas nos conflitos dos membros influentes da igreja com os seguintes reis do final do século XII e decorrer do XIII, mas também nas dinâmicas de instalação das Ordens religiosas no reino, conferindo esse poder local um significativo problema para os franciscanos em algumas cidades.

Nessa articulação de realeza, nobreza e clero, o rei deveria obedecer às Ordens do Papa, representado como o governador da igreja, para que juntos pudessem zelar para o bem dos fieis, algo que, se contrariado, era passível de excomunhão e deposição. Além dessa postura de se relacionar bem com o Papa e o clero em geral, o monarca, com objetivo de evitar conflitos sociais, também se esforçava em administrar os interesses de cada grupo, adentrando até em questões inteiramente eclesiásticas que atravessavam tais sujeitos, demonstrando a forte dependência que o próprio reino português tinha para as figuras de poder do período (Vian, 2008, p. 6).

Todavia, como afirma Aline Vian (2008), a interferência dos reis nos assuntos do clero foi muito presente nos reis portugueses do século XIII, pois tinham como objetivo alterar as questões de jurisdição, privilégios e foros. Porém, após a excomunhão e conflitos fortes com a Igreja, o monarca, chegando perto de sua morte e sabendo da importância de se morrer em paz, pediu perdão de seus pecados e obedeceu às normas do Papa.

Essa ação de alteração das questões estava muito interligada a ação de povoamento esforçada pelo monarca e, conseqüentemente, ao ato da guerra, conquistando territórios pertencentes ao muçulmanos. Assim, como aponta Francisco García Fitz (2009), a guerra representou um elemento significativo, não somente em termos políticos e territoriais, mas sobretudo religiosos, pois, justificando a violência com a ideologia de guerra “justa” e “santa”, lutando contra os inimigos da fé e aliados do diabo, a escolha de guerras resultava na perdão dos pecados e a Igreja ampliava sua Cristandade e sua área de atuação e influência. Logo, o líder da guerra, sendo no caso ibérico os próprios monarcas, por viverem próximo do território do conflito, tornavam-se grandes aliados a esses interesses religiosos. Porém, muitas vezes, o objetivo eclesiástico conflitava com o objetivo expansivo e de povoamento da coroa, havendo constantes interferências nos elementos referentes a organização do local após a conquista, como a doação e retirada de privilégios, a manutenção da jurisdição e os aspectos que envolviam a posse e o controle das terras, contemplada pelos foros.

Essa postura impactou o equilíbrio entre os três poderes e foi prontamente vista no segundo rei de Portugal, Sancho I (1185-1211). Com o objetivo de consolidar e organizar o território do reino através de uma estrutura, como Vian (2009) expõe, mais forte

administrativamente, judicialmente e religiosamente, o rei não somente teve mais controle sobre as atuações da nobreza e do clero, como também diminuiu a influência de ambos, gerando em um grande descontentamento, especialmente do Papa Inocêncio III. Porém, próximo de sua morte, Sancho I cumpre as determinações papais e, em seu testamento de 1209, favorece a Igreja, fazendo com que “[...] os seus filhos, os seus vassallos e o reino permaneçam em paz e tranquilidade, e atribui o trono a D. Afonso, deixando vários bens móveis e imóveis aos restantes filhos e filhas, chamando aqueles «infantes».” (Mattoso, 1997, p. 107).

Com essa carga atribuída ao testamento feito por seu pai, no qual repartiu o reino para suas filhas e distribuiu variados privilégios a nobreza e Igreja, o rei gerou conflitos entre o novo monarca e suas irmãs<sup>11</sup> e contribuiu para a fragilização da posição fiscal e administrativa da coroa. Assim, o terceiro rei de Portugal subiu ao trono em 1211 com inúmeros problemas e limitações, mas mesmo com esse cenário, demonstrou desejo em fortalecer a coroa através da diminuição da influência da nobreza e do clero de forma mais sistemática (Vian, 2009, p. 5). Como aponta José Mattoso (1997, p. 108), o monarca não mediu esforços para realizar uma centralização de poder inovadora do período, constituindo “[...] um dos mais precoces ensaios de supremacia do Estado que se conhecem na Europa feudal [...]”, isto, argumenta o autor, compreendido a partir da análise das concepções jurídicas articuladas por ele e práticas até então desconhecida no tempo e espaço medieval ocidental.

Aprofundando esse último ponto, sobre centralização de poder “precoce” do Portugal medieval, destaca-se enquanto relevantes as discussões trazidas por Maria Filomena Coelho. Demonstrando o caráter do progresso e civilizatório que a historiografia institucionalista do século XIX instituiu, julgando o poder centralizado como melhor forma de governo, a Idade Média foi reconhecida como período de “maus governos”, não somente pelo caráter anticoncentralista que foi atribuída a alguns governantes, mas também pelos projetos desses monarcas que, mesmo quando eram “positivos”, “[...] acabaram derrotados pela ‘barbárie’ e pelos interesses privatistas dos senhores da guerra” (Coelho, 2014, p. 2). Assim, nessa interpretação, “no cotidiano político do reino, os maus são aqueles que cedem à nobreza e à

---

<sup>11</sup> “O Papa foi chamado para intervir na difícil situação que se anunciava entre o rei português e suas irmãs, D. Mafalda (1200-1257), D. Teresa (1176-1250) e D. Sancha (1180-1229), que se viam apoiadas pela alta nobreza. Isso ratifica a forte influência do poder religioso sobre as mais importantes decisões políticas do poder temporal. Durante praticamente toda a sua vida, D. Afonso II terá o problema das infantas em seu caminho e a influência direta do Papa neste litígio. As intervenções de Inocêncio III, tanto a favor das infantas quanto do rei foram preempatórias e mudaram o rumo da situação na península levando-os finalmente a um acordo que evitou as ameaças militares por parte do rei.” (BRANDÃO, 2013, p. 63)

Igreja, que andam ao gosto das fidelidades, dos preferidos e dos parentescos” (Coelho, 2014, p. 3).

Um exemplo a se citar é do quarto rei lusitano, D. Sancho II (1223-1248), sendo reproduzido em diversas crônicas, como a de Rui de Pina e Manoel da Esperança, enquanto um bom servo de Deus e uma boa pessoa, não sendo pecador, mas não tendo força e “pulso firme” para governar tal reino. Ou seja, incapaz de administrar por sua simplicidade e bondade, como é demonstrado por Manoel em: “partes teue de bom Principe, mas faltoulhe aventura de andarem a feu lado homens juftos, prudentes, & liures de intereffe, os quaes não vfaffem mal da fua garnde bondade.” (História Seráfica, liv. 4, cap. XXXVI, v. 1, p. 485-486).

Porém, Maria Filomena (2014) apresenta algumas contradições em relação a tais análises. Além de demonstrar que alguns monarcas mal avaliados pela História tiveram momentos significativos como grandes legisladores e de boa administração, alguns “bons monarcas” apresentaram práticas condenáveis em sua governança. Ademais, a autora também reflete mais profundamente acerca do papel da nobreza que é normalmente interpretada como elemento negativo no governo do rei, separando-os os dois como não pertencentes ao mesmo conjunto. Todavia, “esquece-se mesmo que o rei nunca está só; quando combate uma parte da nobreza, certamente, está apoiado em outro grupo de nobres” (Coelho, 2014, p. 5), sendo essencial a participação desse grupo no reinado.

Assim, esse cenário de construção de uma análise em que Portugal medieval já apresenta em seu terceiro rei uma certa centralidade “precoce” é utilizado também pelos historiadores portugueses para reafirmar a força e influência logo na gênese do reino, mesmo em um período “obscuro” e de maus governos. Maria Filomena Coelho discute que:

O leque das evidências da centralização política “precoce” apresentado pelos medievalistas portugueses é amplo, apoiado em farta documentação. O modelo de Estado considerado legítimo é aquele que possibilita dominar a sociedade graças ao monopólio da força, à crescente capacidade de controlar a emissão de leis, à resolução de conflitos por meio dos tribunais de justiça régia, à exação fiscal e, concomitantemente, à criação de um corpo burocrático régio para dar realidade a essas dimensões. Assim, serão precisamente esses os conteúdos recortados pelos historiadores de uma massa documental bastante generosa para comprovar a centralização precoce do poder político em Portugal, “já” na Idade Média. (Coelho, 2022, p. 26)

Logo, através da historiografia, o reinado de D. Afonso II representa o momento em que essa centralidade de poder pode ser vista com mais presença. Como Brandão (2013, p. 63) nos apresenta, esta centralização realizada por D. Afonso II, com o objetivo de reduzir o poder do clero e nobreza, instituído não somente pela cultura medieval ocidental, mas sobretudo pelos dois reis anteriores, através de doações e privilégios dados a esses grupos, fez uso de instrumentos para “[...] reafirmar seu poder e ao mesmo tempo enfraquecer aqueles

que se colocavam em seu caminho.” (Brandão, 2013, p. 63), como as *confirmações* e as *inquirições*.

Ademais, além desses dois instrumentos citados por Brandão, Maria Filomena (2022) apresenta também a promulgação de leis gerais de 1211 que, além de submeter os súditos a sua vontade, mostrou-se enquanto esforço do rei para “[...] corrigir os desvios de conduta dos oficiais régios e apresentar o monarca como defensor do reino” (Coelho, 2020, p. 212). Logo, historicamente, forma-se a tríade dos feitos heróicos de caráter centralizado do reinado de D. Afonso II, que se fizeram presentes nas leis Gerais de 1211, nas Confirmações Gerais de 1218 e nas Inquirições Gerais de 1220 (Coelho, 2022, p. 31-32).

As confirmações, iniciada em 1216, baseavam-se no propósito de reafirmar terras e garantias de nobres, corporações, clero ou indivíduos, através da apresentação de seus títulos ao rei. Tal fato gerou, por sua vez, inúmeras contendas, pois D. Afonso II anulou diversas doações realizadas anteriormente a essas figuras de poder e impôs a volta de pagamentos de impostos às ordens militares, albergarias e outros agrupamentos (Vian, 2009, p. 6). Entre as reações negativas acerca da atuação do monarca, destaca-se o Arcebispo de Braga, D. Estevan Soares da Silva, que acusou o rei de estar praticando atos violentos à Igreja o que promoveu uma atitude mais agressiva ainda do rei, como ameaças ao bispo, refletindo assim na excomunhão do “[...] rei, o chanceler, o mordomo-mór, todas as pessoas da corte afeiçoadas a D. Afonso e colocou o reino em interdito. E, apesar da intervenção papal, essa contenda somente foi resolvida após a morte de Afonso II (em 1223)”. (Vian, 2009, p. 6)

As Inquirições por sua vez, envolvidas também sobre algumas terras que gozavam de privilégios e isenções frente a Coroa, faziam com que tivesse uma verificação das posses indevidas da Nobreza e do Clero. Deslocando para algumas regiões do reino, os inquiridores reuniam testemunhas que eram interrogadas acerca destes determinados direitos (Coelho, 2020, p. 211). Desta maneira, sendo reconhecido historiograficamente como a evidência maior da já citada centralização monárquica lusitana, as inquirições são aprofundadas por Maria Filomena Coelho em:

Relativamente às Inquirições de 1220, embora fossem instrumento eficaz para a averiguação dos direitos régios sobre determinados territórios, concentraram-se em regiões que configuravam cenários políticos de intensas disputas aristocráticas – laicas e eclesiásticas – e, assim, aproveitavam a muitos grupos, não apenas ao monarca. Os próprios inquiridores, longe de serem meros “funcionários públicos”, eram eclesiásticos de renome que tinham especial interesse na região e em atingir o principal afetado pelo levantamento de informações: o arcebispo de Braga. (Coelho, 2022, p. 32-33)

Porém, analisando o impacto real dessa ferramenta no campo geral do reino, Coelho (2020, p. 217) argumenta que as inquirições não envolviam a totalidade do território

português, concluindo em um efeito geograficamente limitado e politicamente reduzido, pois “tratava-se de fazer inquirições nos domínios do arcebispo de Braga, Estevão Soares da Silva, territórios que se estendiam Entre Douro e Minho, Trás os Montes e Norte da Beira.” (Coelho, 2020, p. 217).

É preciso também apresentar os documentos que firmaram esses direitos e privilégios aos grupos e indivíduos desse período, chamado de cartas forais. Apresentado por Coelho (2023, p. 2), essas cartas representaram um importante meio para regulação da vida em sociedade na idade média, instituindo não somente mudanças na instituição de poder, como também dando continuidade nos elementos já existentes, reafirmando os aspectos que os indivíduos costumavam se conceber e se apresentar.

Portanto, é neste cenário de organização territorial, política e social, envolvendo e gerando conflitos entre e intra diversos grupos sociais, D. Afonso II utilizou dos espaços urbanos e os locais neles envolvidos para tentar reafirmar, anular e segurar os privilégios e direitos do clero e nobreza, que chegavam no reino e viam nas cidades como campo de atuação e estabelecimento. Assim, esforçando-se na pregação, tratamento de enfermos, conversão dos mulçumanos e martírio a favor de sua fé, os franciscanos fundaram, em um pequeno espaço de tempo, 19 conventos nos mais variados locais deste recém reino independente durante o século XIII (Fontes; Andrade; Rodrigues, 2020, p. 15).

Todavia, assim como vimos no decorrer do capítulo, por motivos das doações e através de um projeto de povoamento e organização do reino, diversas localidades tinham figuras do clero ou da nobreza como grande autoridades locais. Desta maneira, parafraseando os trabalhos de Viana (2007) e Marques (1982), os autores Fontes, Andrade e Rodrigues (2020, p. 15) apresentam que mesmo instalados fora dos muros das cidades em locais socialmente e economicamente dinâmicos, perto dos hospitais e leprosários, os franciscanos acessaram os espaços urbanos e tiveram que enfrentar a oposição do clero e das autoridades locais das cidades, destacando o caso de Guimarães que será apresentado no próximo capítulo. Cita-se que, como ficará evidente no próximo debate dos franciscanos em Portugal, o reinado de D. Afonso II e sua atuação rígida, impactou os religiosos não somente no aspecto territorial já citado, como também nos conflitos do rei para com os irmãos e clero.

Para fins de conclusão, é significativo afirmar que todos os indivíduos presentes no reino, enquanto sujeitos, formaram Portugal como reino socialmente, politicamente e culturalmente estabelecido, não colocando somente as figuras de poder nesta atuação, pois, a vista do tema tratado, a própria Ordem Religiosa “[...] foi de grande importância para a organização social e económica do reino, refletindo no seu desenvolvimento ao longo dos

séculos, não só as tendências religiosas, mas também os interesses sociais e políticos das elites e dos grupos dirigentes.” (Fontes; Andrade; Rodrigues, 2020, p. 28), desempenhando em grupos dinâmicos que ao se estabelecerem no reino e atuarem através de seus carismas, trabalharam e articularam-se juntos a Igreja e a Coroa.

## 5 COMPREENDER O REINO RECÉM-INDEPENDENTE ATRAVÉS DOS MENORES: O ESTABELECIMENTO FRANCISCANO EM PORTUGAL NO SÉCULO XIII

### 5.1 FRANCISCO DE ASSIS EM PORTUGAL

Frei Manoel da Esperança, nos primeiros capítulos de *História Seráfica*, relata detalhadamente toda trajetória realizada por Francisco de Assis, provavelmente entre 1213 e 1214, da Itália aos reinos da Península Ibérica, destacando principalmente sua passagem em Portugal, que inicialmente tinha como intuito final o martírio em Marrocos e, durante a viagem, “[...] prègar a fé de Chrifto a o menor de Hefpanha, deixando tão piquena a fua religião dos Menores, que quando muíro, teria finquo annos de idade [...]”<sup>12</sup>, acompanhado por frei Berardo de Quintaval e frei Maffeu.

Além de passar pela França, como o próprio frei nos fala, Brandão (2013, p. 73) apresenta que passaram em solo ibérico no reino de Navarra, chegando logo após em Portugal, no qual visitou as cidades de Guarda e Guimarães, fundando um convento em Bragança. Nesta visita ao reino lusitano, Francisco de Assis, encontrando-se com a esposa de D. Afonso II, Rainha D. Urraca (1187-1220), expõe a profecia que Portugal nunca mais seria junto ao reino de Castela, ou seja, o reino seria sempre Independente<sup>13</sup>.

Entretanto, essa narrativa de S. Francisco em Portugal, utilizada por Manoel da Esperança, está integrada a toda uma rede de debates discordantes e semelhantes construídos, desde as obras produzidas no século XIII, destacando significativos elementos que exploram essa presença franciscana no reino lusitano e que merecem atenção. Assim, sabe-se que, com o desejo de que a mensagem cristã fosse levada a todas as partes do mundo, S. Francisco, após aumentar o número de seguidores, envia-os de dois em dois para variados locais. Apoiado sempre na vida apostólica e evangélica, tal ação de S. Francisco era baseada nas palavras da bíblia sobre Jesus e seus apóstolos, em que “[...] o Senhor designou outros setenta e dois [discípulos] e os enviou dois a dois à sua frente a toda cidade e lugar aonde ele próprio devia ir.”<sup>14</sup>.

Thiago Maerki (2020), referência para compreender essa discussão, apresenta que Tomás de Celano (*Legenda Maior III*) e S. Boaventura (*Vita Prima 12*) narram que S.

<sup>12</sup> História Seráfica, liv. 1, cap. I, v. 1, p. 41.

<sup>13</sup> Ibid., p. 44.

<sup>14</sup> Cf. Fc 10, 1. Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2001.:

Francisco, logo após a sua conversão, deseja alcançar o martírio através da evangelização em outros territórios. Desta forma, esforçado em alcançar esse fim,

[...] decidira-se por se dirigir à Síria para pregar aos sarracenos, porém o navio em que se encontrava fora arrastado por fortes ventos em direção contrária, para a costa da Eslavônia, hoje uma parte da Croácia. Tendo retornado à Itália, ainda movido pelo desejo do martírio, resolvera ir ao Marrocos anunciar o Evangelho ao Miramolim e a seu povo. Havia chegado já à Espanha quando uma grave doença o impedira de continuar a viagem, sendo obrigado a retornar à sua terra natal. Aos treze anos de sua conversão, tentara pela terceira vez realizar seu desejo de martírio. Teria então se dirigido novamente à Síria a fim de se encontrar com o sultão da Babilônia, o que, segundo os hagiógrafos, teria de fato acontecido. A pregação de Francisco teria admirado o sultão, que o convidara insistentemente para que permanecesse consigo. Depois de trocarem algumas palavras, o sultão teria lhe oferecido muitos presentes preciosos, os quais Francisco não aceitara, o que causara ainda mais admiração no Sultão. Ante o novo fracasso em conseguir o martírio, Francisco teria voltado aos países cristãos (Maerki, 2020, p. 107-108).

Dentre essas três trajetórias realizadas pelo religioso, a segunda, direcionada a Marrocos e barrada por motivos de doença em passagem por Espanha, é a que grande parte dos escritores portugueses utilizam para produzir e reproduzir o relato da presença de S. Francisco em Portugal tanto antes, quanto depois do Santo ter passado pelo território espanhol. Iniciando a referência ao suposto evento, que outros escritores irão apresentar também, Tomás de Celano, em 1228, foi o primeiro a escrever sobre a passagem do Santo na Península Ibérica, propriamente na Espanha, apresentando o desejo pelo martírio e pela evangelização do líder dos muçulmanos, sendo geralmente um califa, chamado de Miramolim (Maerki, 2020, p. 108).

Outra tradição desenvolvida, agora no século XIV, como continua apresentar Maerki (2020), inicia-se com os *Actus beati Francisci et sociourum eius* (entre 1327 e 1340). Com sua versão italiana, os Fioretti (1380 ou 1396), que além de expor que S. Francisco visitou o túmulo de S. Tiago de Compostela e permaneceu na Espanha com objetivo de fundar conventos, apresentam também que estando doente o Santo foi até uma igreja de Santiago e, durante a oração, Deus revelou que ele e seus seguidores deveriam se instalar em outros lugares do mundo, refletindo prontamente no esforço de já começar a atuação na região da Galiza. Logo, “a revelação divina, por seu turno, indica que a expansão da Ordem não se realizava por ambição de Francisco, mas era desejo do próprio Deus; uma maneira, talvez, de justificar a construção de casas nesse trabalho de missão.” (Maerki, 2020, p. 109-110).

Já em relação a Portugal, o primeiro a comentar acerca da passagem de S. Francisco pelo reino lusitano foi Frei Marcos de Lisboa, nas *Crônicas da Ordem dos Frades Menores* (1557) (Maerki, 2020, p. 108). O cronista não somente escreve sobre a visita de S. Francisco à Igreja de Santiago, como expõe, baseado em fonte oral, que o próprio criador da Ordem, ao

passar por Guimarães, ressuscita a filha do homem que tinha acolhido ele. Além disso, relata também, sem citação a qualquer fonte, a profecia de que Portugal nunca mais voltará a ser conjunto a outros reinos, falada no contato com a Rainha D. Urraca. Desta maneira, analisando o trecho comentado, Maerki (2020) indica que essa narrativa sugere o apoio de S. Francisco aos portugueses, frente aos conflitos com os reinos vizinhos, dando a entender que o silêncio do cronista acerca da fundação de conventos na Espanha seja uma estratégia, em que, de um lado, não evidencia o sucesso franciscano no reino, mas, de outro, privilegia a presença espirituosa do mesmo em Portugal.

Posterior a outros escritores portugueses, que citam a presença de Francisco no reino, Manoel da Esperança, como já comentado, reafirmou a narrativa, citando Marcos de Lisboa como referência. Comentado logo no Prelúdio e nos primeiros capítulos da crônica, o frade também expõe, baseando-se em escritos e fontes anteriores, que a veracidade de alguns elementos na narrativa é questionada ou até desacreditada, afirmando também a incerteza dessa passagem. Ele se fundamenta, principalmente, por essa narrativa de Marcos de Lisboa ter sido desenvolvida sem qualquer referência. Porém, para Brandão, o cronista apresenta a discussão mesmo sabendo das incertezas da narrativa, pois

a presença de Francisco em Portugal só traria aspectos positivos para a Ordem, mas a profecia poderia ser mal recebida por aqueles partidários da fusão dos reinos da Península. Acreditamos que o frei buscou em sua obra valorizar sua ordem dentro de Portugal e não se imiscuir em problemas que pudessem gerar conflitos. O autor afirmou sem qualquer sombra de dúvida que na cidade de Guimarães, o padre seráfico teria feito um milagre: a ressurreição de uma criança. (Brandão, 2013, p. 73).

Ainda nessa questão, Maerki (2020) discute o apontamento de Manoel da Esperança de que muitos questionam a veracidade da profecia, mesmo que esteja mantida na edição das Crônicas de Frei Marcos, publicadas em Salamanca. Abordando a reflexão do porquê Salamanca e não outra localidade, o pesquisador interpreta que, assim como fez Marcos de Lisboa, o cronista queria colocar Portugal no mesmo grau de importância que o reino vizinho, demonstrando que a Ordem no reino também vinha diretamente do criador. Por fim, lembrando que Manoel escreve após a União Ibérica (1580-1640), era preciso analisar também o erro da profecia que afirmava a nunca junção de Portugal com outro reino. Desta forma, apoiado na obra *Restauração de Portugal Prodigiosa* (1643), escrita possivelmente por D. Gregório de Almeida, pseudônimo de João de Vasconcelos (1592-1661), o cronista mostra o descrédito que a profecia tinha caído (Maerki, 2020, p. 115). Os dois cronistas

[...] explicam que há dois tipos de profecia, uma chamada de condicional e outra de absoluta. O primeiro autor afirma «que nem todas as profecias, & promessas diuinas, são sempre absolutas, senão que algũas são condicionaes» [...]. Esperança acredita

que tal profecia, na verdade, é absoluta, pois Portugal nunca esteve unido à Espanha, mas apenas sujeito [...]. Neste último caso, seriam unidos castelos, territórios, igrejas e reinos, que perderiam seus foros próprios dependendo inteiramente dos alheios; «o que nós ainda não vimos em Portugal, porque até quando Castella o governava, sempre conseruou a sua forma, & majestade antiga». Assim sendo, a profecia de Francisco havia se cumprido, diferentemente do que afirmavam muitos autores espanhóis, como Damián Cornejo. (Maerki, 2020, p. 116)

Portanto, baseando-se nos estudos de Berriel (2009), Brandão nos fala que “para os objetivos dos escritos de Esperança, era necessário que São Francisco tivesse passado por Portugal mesmo que isso não tivesse realmente ocorrido.” (Brandão, 2013, p. 72). Assim, não somente para Esperança, mas para todos os frades franciscanos portugueses, seria de grande importância que Francisco de Assis tivesse passado não apenas em Portugal, mas como também fundado um convento e profetizado para D. Urraca, representando assim uma espécie de legitimidade dos menores em solo de Portugal, no qual foi iniciado um legado franciscano lusitano pelo próprio fundador da Ordem.

## 5.2 FRANCISCANOS EM PORTUGAL E SEU ESTABELECIMENTO

Com desejo de mandar seguidores seus para se estabelecerem em Portugal, pregarem o evangelho e atuassem no trabalho caritativo, Francisco de Assis, no ano de 1216, envia quatro frades menores para o reino, sendo eles frei Zacharias, frei Gualter e mais dois que não se sabe os nomes. Manoel da Esperança nos apresenta que na caminhada da Itália para o reino lusitano, os quatro frades:

[...] se colocaram ao caminho com os pés descalços, só com a confiança de Deus. Andaram em silencio e com alta contemplação. Se no caminho achava alguma ermida ou igreja se ajoelhavam e faziam oração – “Mas como parecião homens mortos por rezão da penitenciz, & vinhão amortalhados num pedaço ded burel, efte habito groffeiro, & remendado, o qual era efrano em muitas terras, a huns caufava horror, a outros admiração. Alguns fe lhes moftrauão deuotos, muitos os tinhão por loucos, & outros fugião delles, receando que debaixo d’aquellas pelles de ouvelha efitiueffe embuçada a fereza d’alguns lobos carniceiros [...] (História Seráfica, liv. 1, cap. VII, v. 1, p. 60)

Essa reação que os frades despertavam nas pessoas, por sua aparência pobre e seus hábitos sujos, continuaram ao adentrarem no reino português, julgando-os como anormais e heréticos. Brandão (2013, p. 73-74) comenta que essa má impressão que os frades causavam na grande massa se dá pelos movimentos heréticos que surgiram no século XII e cada vez mais se fortaleciam, representando uma ameaça para a instituição Igreja, como os cátaros e os valdenses, que também seguiam a pobreza evangélica e a vida errante de penitência. Tendo esta questão em vista, D. Afonso I, tomando conhecimento da presença de um grupo

visualmente herético em solo português “Os mandou examinar, fe erão fieis, & religiofos: fe hereges, & inimigos da fê? [...]”<sup>15</sup>.

Mesmo que haja controvérsias, a chegada dos franciscanos em Portugal e a solicitação de D. Afonso II para analisá-los na corte de Coimbra ocorreu, conforme Manoel da Esperança, em 1216, ou seja, no mesmo ano que saíram da Itália. Este apontamento, porém, bate de frente com o argumento de Teresinha Duarte (2005, p. 1), que destaca a chegada dos menores em Portugal, provavelmente em 1217, e de Vitor Teixeira (2017, p. 161-163) que, ao concordar com a autora, apresenta que “[...] nesse mesmo ano realizou-se um Capítulo Geral da Ordem, que ficou marcado por dele terem saído disposições que definiam a expansão dos Menoritas para fora da Itália, destinando-se um país para cada grupo.”. De qualquer maneira, sabe-se que a partir de 1217 os frades já estavam estabelecidos em Alenquer, Lisboa, Guimarães e Coimbra.

No momento do encontro dos menores com o monarca, além de mostrarem a carta enviada por São Francisco e a regra da Ordem, a Rainha D. Urraca, vendo neles uma postura espiritual grande de seguidores de Deus, convenceu o rei D. Afonso II não somente a aceitar a Ordem franciscana em Portugal, mas também a dar permissão para que se construíssem dois conventos, um em Guimarães e outro em Lisboa (História Seráfica, liv. 1, cap. VIII, v. 1, p. 63). Após este fato, é perceptível o amor que Manoel da Esperança e os franciscanos portugueses construíram acerca de D. Urraca, chamando-a até de mãe protetora. Por sua vez, apoiando-se na citada divisão de dois em dois, como São Francisco orientou seus seguidores, Frei Gualter e seu companheiro foram para Guimarães, e frei Zacharia e o outro frade para Lisboa.

Desta maneira, Manoel da Esperança envolvendo-se na dúvida e na análise de quando os frades partiram de Coimbra para tais cidades, fala-nos que não se sabe quando saíram ou se saíram juntos, porém, é de seu conhecimento que em 1217 já teria presença franciscana em algumas cidades portuguesas e supõe que a sequência de estabelecimento e criação de convento foi Alenquer, Guimarães, Lisboa e Coimbra<sup>16</sup>. Nessas cidades, os menores se estabeleceram em ermidas, hospitais e albergarias, apartados das determinadas vilas, mas sempre atuando em suas caridades, pregações e trabalhos no ambiente urbano (DUARTE, 2005, p. 1). Em Alenquer, por exemplo, estabeleceram-se em uma ermida de Santa Catarina; já em Lisboa “[...], acolheram-se na Ermida dos Mártires situada num local desabitado no topo do Monte Fragoso a cerca de meio quilómetro para ocidente da primitiva muralha

---

<sup>15</sup> História Seráfica, liv. 1, cap. VIII, v. 1, p. 62.

<sup>16</sup> Ibid., cap. IX, v. 1, p. 66.

(Marado, 2018, p. 111). Porém, essa distância com o urbano foi alterada pela construção de conventos e pelo próprio crescimento das cidades que avançaram além muro, chegando até esses locais.

Catarina Almeida Marado (2018), pesquisadora que analisou esses estabelecimentos e seu impacto no cenário português, através de um viés urbanístico, discorre que esses primeiros locais de instalação mendicantes representa significativamente o modo de vida escolhido por eles, tanto na precarização e pobreza, quanto no contato constante que eles teriam dos pobres, viajantes, doentes e entre outros sujeitos desse contexto. Porém, que compreenda que o motivo mais defendido é a razão apostólica, a autora apresenta que o porquê das instalações fora do muro das cidades e vilas é algo amplamente discutido entre os pesquisadores da área. Isso principalmente pelo fato de que, em Portugal, essa articulação ter sido algo comum a todos os conventos fundados no século XIII, em que, para além de simplesmente dormir nesses locais, sem preocupações em se fixar em alguma casa, utilizavam também para acolherem-se até finalizar a construção do convento.

Como já citada, a primeira circunstância que é apresentada por Marado (2018, p. 123), significativamente trabalhada por Le Goff em seus escritos, é a aproximação com os desfavorecidos, doentes e viajantes, para atuarem em suas atividades de pregação. Além disso, analisando o território em si que se formava ao redor das cidades, era no periurbano que

“[...] se localizavam as funções repelidas pelo intramuros, nomeadamente as indústrias poluentes, os currais e matadouros, as pedreiras, os bairros e os cemitérios das comunidades judaicas e islâmicas, o local de execução conhecido como a forca, e também grande parte dos equipamentos assistenciais, como as albergarias, os hospitais e as gafarias, muitas vezes associados a ermidas existentes.<sup>48</sup> Este tipo de equipamentos situava-se essencialmente no exterior dos núcleos urbanos, quer pela natureza das suas funções, dedicados a abrigar pobres e a tratar os doentes, quer também pela sua dimensão, destinados a albergar comunidades. Os subúrbios das cidades acolhiam assim não só os recém-chegados como também os excluídos do interior dos muros. Eram lugares de conectividade, de itinerância e de assistência material e espiritual. Os mendicantes, também eles recém-chegados, encontraram nestes espaços o cenário ideal para praticar os seus ideais de vida religiosa: pobreza, pregação e itinerância. (Marado, 2018, p. 123-124)

Todavia, conhecendo a incapacidade dos menores de escolherem o local em que queriam se fixar, por ser uma Ordem recém chegada e sem muitas influências, Marado (2018) apresenta também as interpretações que entendem as circunstâncias da instalação nas periferias das cidades através de intervenções externas. Assim, dependendo das doações de terceiros, os franciscanos escolhiam o local a partir do que foi oferecido a eles, principalmente pelos monarcas, sendo áreas, assim como citadas, afastadas pela grande lotação no perímetro urbano.

Além disso, como veremos no caso de Guimarães, havia oposição acerca do estabelecimento dos religiosos em variadas localidades, afetadas principalmente pelo clero local, gerando uma dificuldade de se aproximarem cada vez mais de determinadas cidades, algo posteriormente intervindo pelo Papa, monarcas, outras figuras da Igreja, além da própria população que vinha em proteção dos franciscanos. Por fim, ainda nos estudos de Marado (2018), a reconstrução de antigas ermidas realizadas pelos franciscanos instalados em Portugal, traduzindo a renovação da Igreja assumida pelos mendicantes, era reflexo das atuações de S. Francisco, no qual em seus primeiros anos reconstruiu três ermidas na região de Assis.

Portanto, para Ana Paula Tavares Magalhães (2009, p. 68), era um cenário português de transformações políticas e religiosas, assim como em toda a Europa, e de tensões entre o poder eclesiástico e o temporal no que se refere à influência de mando. Assim,

[...] os franciscanos encontraram ali uma oportunidade para propagar a idéia de uma vivência que ia ao encontro das novas aspirações de religiosos em Portugal. Esse aspecto parece nos muito significativo, pois parece sinalizar que, em terras portuguesas, os ideais piedosos oriundos da Ordem Franciscana ter-se-iam propagado a partir de clérigos descontentes com mudanças em seu antigo modo de vida, decorrentes de alterações na correlação das forças políticas. Não se verifica, a princípio, a demanda de laicos pela participação religiosa – movimento de que saíra o próprio Francisco (Magalhães, 2009, p. 69).

Assim, foi permitido não apenas a aproximação dos menores com o poder temporal, ou seja, reis e membros das cortes, assim como outras pessoas de influência guerreira, política e monetária, mas também de grande população lusitana. Ademais, a instalação franciscana não somente marcou a paisagem urbana portuguesa, impactando o religioso local, algo defendido por Marado (2018), como também, assim defendido pelo professor André Miatello (2013), influenciou toda a sociedade lusitana pela carga e significado político exercido pelos sermões e pregações desses religiosos, falando passagens bíblicas, mas também apresentando como se deve comportar e viver frente a cultura religiosa e política do contexto.

Logo, os capítulos que seguirão apresentarão, a partir do estabelecimentos dos franciscanos em Portugal no século XIII, como esses religiosos articularam-se inseridos em um cenário de grande influência do poder temporal, mas também espiritual, sendo possível perceber diversos aspectos desse cenário recém independente, principalmente, a partir dos escritos e interpretações de Manoel da Esperança, em *História Seráfica*. São discutidos temas como desenvolvimento urbano, conflitos entre rei e clero, organização do território e entre outros elementos que tornam essa instalação mendicantes significativamente dinâmica, destacando também a gênese da importância gradual que esses mendicantes obtiveram em

relação ao poder político e religioso ao longo dos séculos em solo lusitano. À vista disso, essa discussão terá como recorte os primeiros anos de estabelecimento dos menores no reino, sendo contemplado pelo reinado de D. Afonso II e a fixação dos franciscanos em Alenquer, Lisboa, Guimarães e Coimbra.

### **5.2.1 Admiração e provisão: Infanta D. Sancha e o estabelecimento franciscano em**

#### **Alenquer**

A Infanta D. Sancha (1180-1229), irmã de D. Afonso II, filhos de Sancho I e Dulce de Aragão, tomando conhecimento da presença franciscana e suas atuações de pobreza evangélica em solo português, envia uma carta, em 1216, para frei Zacharias e o outro frade pedindo que fossem para a Vila de seu domínio, chamada de Alenquer. Com isso, “achou já este recado na estrada a o frade Zacharias, que com seu companheiro caminhava para a cidade de Lisboa: mas obrigados das infâncias, & respeitando tão notável deusação numa pessoa real, deram o caminho da fobredita cidade, & se foram a Alenquer.”<sup>17</sup>.

Assim, como nos fala Manoel da Esperança e Teresinha Duarte (2005, p. 2), a infanta os recebeu como anjos no céu, impressionada e admirada com a pobreza e a santidade deles. Tal admiração foi tão grande que “[...] encabeçou a fundação de um convento para eles, naquela vila, como tinha, em sua casa, alguns hábitos para quando eles lá chegassem molhados” (Duarte, 2005, p. 2). Desta forma, lhes foi dada a ermida da virgem santa Catharina para a fundação de seu primeiro convento franciscano na vila. Porém, como já falado, a ermida era um pouco apartada da vila, mas “quando fubião á villa para pedirem esmola, despejauão as cafas, & enchião se as ruas; que todos querião ver estes novos apóstolos de Christo, os quaes tinhã entrado em Alenquer para faluação de muitos.”<sup>18</sup>. Além de serem bem recebidos pelos moradores da vila, Infanta D. Sancha, assim como relata Manoel da Esperança, dava esmolas e variados auxílios aos frades.

Todavia, por questões de ser muito pequena a ermida e pelos frades terem despertado grande afeição nas pessoas da vila e em D. Sancha, a infanta, no ano de 1222, cedeu o paço<sup>19</sup> de Alenquer e trasladou os menores desse pequeno convento para lá (Duarte, 2004, p. 78). No mesmo momento, a Infanta recolheu-se no Convento de Celas em Coimbra (Marado, 2018, p. 117). Este acontecimento e outras atuações de amor e caridade feitas pela D. Sancha para com os menores nos mostra, conforme Brandão, que podemos ver as primeiras aproximações dos franciscanos para com o poder régio português. Brandão, pegando por base

<sup>17</sup> História Seráfica, liv. 1, cap. X, v. 1, p. 67.

<sup>18</sup> Ibid, p. 69.

<sup>19</sup> Entende-se como paço o edifício que o rei, a corte e pessoas de poder do reino se estabeleciam e residiam em variados locais.

essa transladação da ermida para o paço realizada por D. Sancha e dando continuidade à sua argumentação, expõe:

Isso demonstra o desejo de proximidade desta infanta com o modo de viver franciscano. Além disso, a rainha D. Urraca quis os franciscanos perto do Paço, próximos dela e, por conseguinte do rei. Assim, ao se aproximarem da rainha, os menores acabam por se aproximar do monarca e todo o histórico de acessibilidade da ordem franciscana em Portugal tem então sua origem já com D. Afonso II. Por várias vezes Esperança comentou sobre o aconselhamento dado por franciscanos a nobres, reis e rainhas. Eles ocorrem tanto através de confissões, cartas ou conversas de foro íntimo, como também em assuntos de Estado, como no caso do Grande Cisma. Desde a liberação de D. Afonso II da sua permanência em Portugal, esta ordem mendicante se aproximou da realeza e pareceu responder a uma necessidade de contato que o clero secular português não sabia ou não queria suprir. (Brandão, 2013, p. 75)

Entretanto, toda essa autoridade exercida por D. Sancha em relação a Alenquer, fruto da posse dada ao seu pai D. Sancho I, é inserida numa rede de conflitos que, como foi apresentado no capítulo acerca do Portugal do século XIII, ilustrou os conflitos estabelecidos entre o rei D. Afonso II com as figuras de poder logo no início do reinado. Inicialmente, assim como apresenta Inês Olaia (2019) em sua dissertação, a vila tinha como senhora a rainha Dulce de Barcelona e Aragão, esposa de D. Sancho I, recebendo no primeiro testamento do rei a posse de numerosas propriedades concentradas na citada vila e as rendas de Santa Maria da Feira, Terras do Vouga e Porto.

Em seguida, D. Sancha, no segundo testamento do rei, em 1210, é concedido ao senhorio de Alenquer, sendo firmado após a morte do monarca, em 1211 (Olaia, 2019, p. 94). Desta maneira, como vimos, essa doação à filha, juntamente com outras direcionadas aos outros filhos do monarca, resultou em um conflito de D. Afonso II com os irmãos, em que discordava das possessões dadas pelo seu pai, por ser patrimônios da coroa. Dentre os irmãos, apenas Teresa e Sancha se envolveram com o conflito diretamente (Olaia, 2019, p. 147).

Como forma de afirmar suas posses e proteger os determinantes de seu pai, as infantas pedem ao Papa a confirmação dos bens, sendo aceita através de uma bula de outubro de 1211. Porém, como apresenta Olaia (2019) no seguinte trecho, o conflito continuou por um período, encerrando com outra intervenção papal:

A frente militar do conflito abre-se em novembro do mesmo ano, com prenúncios de problemas adiante ainda em meados do mesmo ano. Afonso II tentara aparentemente resolver a questão pacificamente, mas as infantas recusaram... aproveitando o tempo que lhes tinha sido dado para se submeterem, para se recolherem ao castelo de Montemor-o-Velho. Os procuradores do rei afirmam que elas receberam, entretanto adversários do monarca, que recolheram armas e provisões. Recusando a solução de compromisso proposta pelo rei para a entrega de Montemor, as infantas clamam por Afonso IX de Leão, que tinha sido casado com a infanta Teresa. Afonso II coloca Montemor sob cerco. E Afonso IX invade Portugal.<sup>581</sup>. (Olaia, 2019, p. 147)

Porém, mesmo havendo diversos conflitos entre os filhos de D. Sancho I, o estabelecimento dos franciscanos em Portugal foi impactado significativamente por eles. Como Manoel da Esperança mesmo diz, grande parte dos filhos de D. Sancho I (1154-1211) honraram e ajudaram a Ordem Seráfica em seus primeiros momentos em Portugal, tanto auxiliando seu estabelecimento e construção de conventos, quanto dando esmolas e amor a eles, assim como também refúgio em casos de evangelização em outros espaços. Além de D. Afonso II que deu permissão para estabelecerem no reino, sendo ele o grande fundador do legado franciscano régio em Portugal. Mas também sua esposa D. Urraca, a Infanta D. Sancha, como já vimos, que também foi de grande importância não somente na ajuda para com eles, mas também representando uma das primeiras que participou da aproximação franciscana para com o poder régio, fato este comprovado após a doação do paço de Alenquer para eles fundaram um convento maior.

Ademais, o infante D. Pedro, também filho de D. Sancho I, teve grande importância na história dos cinco mártires franciscanos em Marrocos que será ainda apresentado. Já D. Mafalda (1195-1256), após a morte de seu futuro esposo D. Henrique (1204-1217), rei de Castela, casamento este recusado por questões de idade, voltou para Portugal e se recolheu no mosteiro de Arouca (freiras de São Bento), que por sua vez, ao ter contato com os menores, “Mandava chamar os frades para os ver, & ouvir falar de Deus. Recebuaos como a Anjos do ceo: communicava com elles as coufas de sua alma; & com seus confelhos santos andou muito na via da perfeição.”<sup>20</sup>. Logo, a partir de tais exemplos, podemos identificar o impacto significativo que a Ordem franciscana teve em Portugal, no qual de maneira rápida, já nos seus primeiros momentos, tiveram grandes relações e despertaram muita afeição na monarquia portuguesa.

Essas posturas de Afonso II e da coroa portuguesa foram reproduzidas também pelos outros monarcas do século XIII, como já foi citado. Em um contexto de conflitos com o clero cada vez mais forte, a exemplo da Ordem de Santa Cruz que tinha influência em várias cidades lusitanas, e em um cenário que a coroa precisava de uma legitimidade religiosa independente dos atritos, os reis se aproximaram das ordens mendicantes que já tinham grande contato com a população em geral e representavam outra postura espiritual (Brandão, 2013, p. 92-93). Logo, a influência franciscana, advinda de sua própria atuação pobre e humilde aprovada pelo Papa, alinhou-se com os objetivos dos leigos, que queriam praticar uma religião mais ativa, e com os reis que conflitavam com esses grupos poderosos clericais. Desta maneira, “Franciscanos e dominicanos, na pobreza do seu vestir, na frugalidade do seu

---

<sup>20</sup> *História Seráfica*, liv. 4, cap. XXXVIII, v. 1, p. 493.

viver e no exemplo da sua edificante, tiveram entrada em todos os estratos sociais e, obviamente, na corte.” (Marques, 1993. p. 54).

Portanto, além de todos os acontecimentos já destacados acerca do estabelecimento dos menores em Alenquer, a vila também é marcada por outras atuações e é representada como um espaço de grande importância. Sendo assim, elencando esses pontos importantes que cercam o convento de Alenquer, Esperança nos fala que em reconstruções futuras o convento teve o auxílio de D. Beatriz (1242-1303), esposa de D. Afonso III, D. Dinis terminou a construção da igreja, hospedaram os cinco mártires franciscanos – que será apresentado posteriormente – e também nos apresenta que a rainha santa Isabel (1271-1336) e seu marido criaram várias solenidades e festejos que ocorreram neste convento, como alguns domingos de páscoa (História Seráfica, liv.2, cap. XXXVII, v.1, p. 132).

Por fim, analisa-se que a instalação dos frades em Alenquer representa um evento de grande importância para história da Ordem, pois ilustra não somente o contato dos menores com a Infanta, logo no início de seus estabelecimentos, como, principalmente, aproxima a história franciscana lusitana com a história de Portugal. Assim, é atravessado pela própria dinâmica do reino, pois por conta da luta exercida pela irmã do rei acerca de suas posses e em especial do senhorio da vila aqui discutida, foi possível ocorrer a instalação dos mendicantes no reino de forma tão positiva e vangloriada com auxílio da D. Sancha, especialmente no olhar dos cronistas.

### **5.2.2 Barreiras eclesiásticas: Impedimentos na atuação franciscana em Guimarães**

No mesmo ano que frei Zacharias se apresentou e se estabeleceu em Alenquer, em 1216, frei Gualter dava início a outro convento, agora na vila de Guimarães que foi permitida por Afonso II. De início, assim como nos apresenta Esperança, ele e seu companheiro se estabelecem e fundam o primeiro convento em um pequeno eremitério no local chamado de Vila Verde, perto de Guimarães. Nesta vila, a partir, destacam-se as atuações de frei Gualter que, posteriormente, tornaria-se santo por seus trabalhos caritativos, não somente dando esmolas aos pobres, mas auxiliando nos hospitais com os cuidados medicinais e serviços com a alma<sup>21</sup> realizados para com os enfermos. Esperança nos fala que os menores em Guimaraes:

Todos os hofputaes eftauão â fua cõta, não pera os gouernarem, mas pera feruirem nelles a os pobres do Senhor [...] Varrião as fuas enfermarias, fazião as camas, curauão as fuas chafgas, temperauão o comer, affiftindolhes em tudo, o que era neceffario, de limpeza, & de regalo [...] E com ifto facilitauão tambem a cura de fuas almas, da qual mais follicitos tratauão, confolando, & confortando com amorofas

<sup>21</sup> Cf. DUARTE, Teresinha Maria. Os frades menores e o clero português do começo do século XIII. 2005. **Emblemas.Revista do Departamento de História e Ciências Sociais** – CAC-UFG.

palauras no fofrimento das doenças a efes mefmos enfermos, & adminiftãdolhes pelos fantos facramentos as medicinas do ceo, fem nunquea defemparaões mortos até lhes fer dada fepultura. (*História Seráfica*, liv. 1, cap. XXXX, v. 1, p. 140).

Através disto, os menores, que de início geraram estranheza nos moradores, logo ganharam grande afeição e admiração deles, pedindo assim para que viessem para mais perto do muro da vila. Porém isso só se deu após 55 anos vividos na ermida apartada da vila, ou seja, em 1271, ficando em uma albergaria até conseguirem permissão do poder eclesiástico de Guimarães<sup>22</sup> e o benzimento da primeira pedra do novo convento. Porém, como veremos no próximo parágrafo, esta nova mudança e a tentativa de criação de um novo convento mais perto da vila foi marcada por tribulações e dificuldades dadas pelo arcebispo de Braga e o deão da vila, influenciando no adiamento do início da construção e sua fundação.

Assim como é retrato por Brandão (2013, p. 75-76), no início da década de 1230, são fundados dois conventos franciscanos que sofreram dessas mesmas grandes pressões das autoridades eclesiásticas regionais, sendo elas a de Leiria e de Porto, seguindo a mesma articulação da mudança do convento de Guimarães em 1271, que foi marcada por inúmeras tribulações e dificuldades.

Tais conflitos e atribulações são envoltos num contexto em que “os clérigos seculares temeram ser substituídos pelos menores nos ofícios, confissões e celebrações e os choques entre os grupos religiosos foram inevitáveis” (Brandão, 2013, p. 75-76). “Além disso, volta e meia, os bispos também entravam em atrito com as ordens Mendicantes, sobretudo porque os frades estavam ocupando os direitos do Clero secular e também se intrometendo no ministério paroquial.” (Filho, 1998, p. 109). Tendo esta questão, Rosas (2009, p. 143), baseando-se na argumentação de José Mattoso (p. 332), apresenta-mos que nas três vilas havia forte presença clerical, sendo que nas áreas ocupadas pela cidade de Porto pertencia aos coutos dos bispos, a jurisdição de Santa Cruz de Coimbra integrava Leiria e Guimarães, que tinha uma significativa influência da Colegiada de Santa Maria.

Após a população da vila de Guimarães sentir admiração e amor pelos menores, solicitam a eles que fossem para mais perto da vila, principalmente para facilitar nos trabalhos caritativos para com os pobres e enfermos, praticados pelos próprios, fazendo assim a mudança no dia 25 de novembro do ano de 1271<sup>23</sup> e dando início a inúmeros conflitos com o poder eclesiástico. Manoel da Esperança relata que a tensão entre os menores e os clérigos da vila foi tão grande que em um momento os menores não tinham mais liberdade para pedir

<sup>22</sup> Guimarães tinha forte influência da Colegiada de Santa Maria (ROSAS, 2009, p. 143).

<sup>23</sup> *História Seráfica*, liv. 1, cap. XXXXI, v. 1, p. 142.

esmolas, função esta essencial para a busca espiritual e conforto franciscano (*História Seráfica*, liv. 1, cap. XXXXII, v. 1, p. 143).

Analisando os motivos dos impedimentos exercidos por essas figuras influentes, Vitor Teixeira (2017, p. 164), retomando o recebimento positivo que os frades tiveram em relação à população local no decorrer dos séculos, explica que “Os cónegos sentiram-se por isso lesados nas suas regalias e prerrogativas, dada a adesão popular aos frades”.

Assim, continuando no relato das dificuldades enfrentadas pelos menores em Guimarães, o cronista escreve que o Arcebispo primaz D. Martinho Giraldes lhes deu pedras de um lugar velho para fundarem e construírem tal convento, porém o Deão da vila quis impedir este estabelecimento, pegando para si não somente as pedras, como também desejando expulsar os franciscanos dos hospitais. Além de todos esses embargos também:

Fulminou contra os frades cenfuras, fendo que erão izêtos: confrangia os feculares, que não nos defsem efmola, nem ajuda pera as obras: apertaua cos officiaes, que nã trabalhafsem nellas; & fe algũa pedra chegaua a leuantarfe, logo era derribada, mouendo elle quantas podião feruir pera nofsa expulfão. (*História Seráfica*, liv. 1, cap. XXXXII, v. 1, p. 144)

Entretanto, após o conflito e as tensões ficarem cada vez mais intensas em Guimarães, tornando-se algo público, ocorreu:

Poz emfim este negocio em termos defefperados, & taes, que compadecidos da nofsa perfeguição, & fentimento do pouo o mefmo juiz, & camara, que com tanto gofto tinhão dado o hofpital, nos vierão pedir que o largafsemos até pafsar a tormenta, ou el- Rel com o poder do feu braço nos conferuar na pofse dele [...] E os fardes, que já eftauão cansados de fofrer tantas moleftias, por grangearem tambem a quietação da villa, com eftas condições fe fairão pera o feu conuentinho. (*História Seráfica*, liv. 1, cap. XXXXII, v. 1, p. 144-145).

Porém, conforme Manoel da Esperança, depois de D. Afonso III (1248-1279) tomar conhecimento de tal fato, sentiu-se tão ofendido que os mandou logo de volta para o lugar que iriam construir o convento. Com isso, e após diversas intervenções extremas, também eclesiásticas, frei Telo em 1281 passou a conceder indulgências a quem ajudasse as obras e desse esmolas para ajudar na construção do edifício. Finalmente, assim, lança a primeira pedra do convento de São Francisco de Guimarães em 22 de fevereiro de 1282 (*História Seráfica*, liv. 1, cap. XXXXIII, v. 1, p. 146). Todavia, já em 1325 o convento foi destruído por estar muito próximo a muralha, que por sua vez colocava em risco a segurança da vila em caso de cerco.

Como ficou evidente em alguns eventos vivenciados pelos franciscanos, os reis ao longo do século XIII participaram no auxílio desses religiosos desde a chegada deles em Portugal (Marado, 2018, p. 165-166), seja pela doação de território ou ermidas para os frades se estabelecerem, seja autorizando a expansão da Ordem no reino, como fez D. Afonso II,

seja, ainda, como vimos, pela intervenção direta e indireta na resolução de conflitos enfrentados por eles. Essa atuação, assim como continua Marado, insere-se na constante relação entre a monarquia e as ordens religiosas realizadas desde D. Afonso Henriques, no qual ajudaram na instalação das ordens monásticas em Portugal, sendo posteriormente transferido para os recém criados mendicantes.

Logo, se a finalidade de auxiliar a instalação e manutenção do aspecto monástico direcionava para “[...] a consolidação dos territórios recém-conquistados e a formação da nacionalidade, agora a intenção seria a afirmação do poder do rei nos núcleos urbanos, que a partir dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, eram os novos elementos de unificação do território e de estabilização do reino.” (Marado, 2018, p. 167).

Através dos dois exemplos citados, podemos perceber os impactos que os conflitos entre o poder espiritual e temporal, presentes desde D. Sancho I e D. Afonso II, tiveram no olhar eclesiástico local para com os menores e o estabelecimento deles em diversas vilas. Além do mais, em ambos casos, os monarcas intervinham na situação, principalmente quando os motivos dos embargos eram a aproximação dos menores para com o rei conflituoso com o clero português. Sendo assim, nesta grande e intensa teia de tensões régias e eclesiásticas, pode-se identificar o respeito e a afeição que os monarcas e a população portuguesa estavam constantemente criando dos menores, chamando para mais perto das vilas, os reis colocando-os sob sua proteção e ajudando nas obras dos conventos.

### **5.2.3 A Ordem que florescerá: Afonso Henriques e a presença franciscana em Lisboa**

Com o intuito de cumprir com o prometido e atuar na cidade que D. Afonso II tinha dado permissão para se estabelecerem, frei Zacharias e outros companheiros menores, no ano de 1217, partem de Alenquer e chegam em Lisboa para principiar um novo convento português. O lugar escolhido foi dado por D. Afonso II para o estabelecimento do convento se chamava “Môte fragofo”, espaço esse despovoado na época e apartado da vila, perto do Rio Tejo. Neste mesmo espaço, estava presente também a venerada ermida de Nossa Senhora dos Mártires, criada por Afonso Henriques, após conquista Lisboa em 1147, para os cristãos estrangeiros que ajudaram na batalha contra os mouros, no qual também desejava que neste mesmo terreno se fundasse “[...] hum conuento de religiofos, em que Deos foffe louuado, como da outra parte fe fez o de S. Vicente.” (História Seráfica, liv. 2, cap. I, v. 1, p. 186). Tendo conhecimento disso, o mesmo rei que deu permissão para os menores fundarem um

convento em Lisboa, neste espaço, ajudou para que corresse as obras. Por sua vez, em 1246 já tinha se iniciado uma igreja franciscana maior em Lisboa.

A instalação dos menores nesse território se torna tão significativo assim pois, destacando o caráter marcante da conquista de Lisboa, seja pela representação das cruzadas e a guerra em si em torno do território, fortalecendo o elemento “reconquistador” dos cristãos Ibéricos, ou seja por um dos pontos definidores para Afonso Henriques ser reconhecido como rei pelo Papa através das análises de seus feitos, a cidade se torna uma área excepcional para a construção da identidade portuguesa em termos historiográficos.

Dando maior profundidade a esse período de significativa importância para a história portuguesa, Maria Filomena Andrade e João Luís Fontes (2022, p. 2) apontam que após a conquista de Lisboa, dominada pelos muçulmanos desde 719<sup>24</sup>, D. Afonso Henriques funda uma ermida dedicada à Virgem e ao mártir São Vicente, no caminho para uma das saídas mais percorridas da cidade, edificando posteriormente um mosteiro de cónegos regantes. Ele tomou tal atitude em um esforço para povoar, estabelecer prontamente instituições de poder no reino e dedicar elementos aos mortos no momento da tomada do território. Juntamente a isso, funda também, como já citado, a Ermida dos mártires, sendo doada anos depois por D. Afonso II aos menores para se estabelecerem na cidade (Marado, 2018, p. 115).

Porém, esse estabelecimento franciscano em Lisboa, na ermida, não se insere em um contexto em que o território já estava definido e sem conflitos. Conforme Andrade e Fontes (2022, p.3), a instalação dos menores, além de beber do desenvolvimento da cidade em termos econômicos e urbanos, também coincide com um momento significativo para a consolidação de Lisboa no recém reino independente, sendo ela: a conquista de Alcácer do Sal. A cidade ficava perto de Lisboa e era controlada também pelos muçulmanos, sendo utilizada como um local estratégico comercialmente e territorialmente para eles. Esmiuçando essa conquista e sua relação para com os franciscanos, Andrade e fontes (2002, p. 3) continua apresentando que:

Com a tomada do bastião muçulmano que dominava a foz do Sado, Lisboa pôde finalmente ter a estabilidade necessária para se desenvolver urbanisticamente em todas as direcções. O arrabalde ocidental será exactamente o local da cidade em que a dinâmica de expansão urbana e consolidação das actividades comerciais e marítimas mais se irá sentir, durante toda a Idade Média, atraindo assim pessoas de todo o reino em seu redor. De facto, os franciscanos tiveram a possibilidade de escolher o melhor local possível para instalar o seu convento, pois quando chegaram à cidade da foz do Tejo, em 1217, a única casa religiosa que existia na cidade era a canónica de S. Vicente de Fora, a qual ocupava uma posição muito semelhante àquela que os franciscanos iriam ocupar, mas no arrabalde oriental da cidade. Para os franciscanos, a sua localização permitia, em simultâneo, o necessário afastamento

---

<sup>24</sup> Cf. GIMENEZ, José Carlos. As representações dos Muçulmanos durante a tomada de Lisboa pelos Cristãos (1147). *Revista Diálogos Mediterrânicos*, 2014, p. 53-65.

da cidade e a proximidade que exigia o seu múnus de pregação e de caridade junto dos mais pobres. (Andrade e Fontes, 2022, p. 3)

Logo, tendo o aspecto urbano como algo essencial para atuação franciscana, a conquista, desenvolvimento urbano e povoamento realizados pelos primeiros monarcas nesse contexto influenciaram diretamente um maior dinamismo no estabelecimento e na atuação pregadora e caritativa mendicantes dos menores.

À vista de todos esses elementos e da narrativa apresentada acerca da instalação franciscana, Esperança, utilizando da história de Afonso Henriques ter, no momento da fundação da Ermida, falado que no mesmo espaço se criaria outro convento, futuramente, sendo contemplado pelos franciscanos, mostra aos leitores que ele acredita que o legado dos menores e seu estabelecimento em Portugal já tinha sido escrito desde os tempos do primeiro rei português, mesmo antes da Ordem nem ter sido ainda formada. Ainda neste caminh,o Brandão por sua vez aprofunda ainda mais nesta questão demonstrando:

Ao conectar os frades menores a D. Afonso Henriques, Esperança transportou estes mendicantes para as “sagradas” e míticas origens de Portugal. A dinastia de Avis não deixou de reverenciar seu primeiro rei, e de alguma forma estar a ele conectado demonstrava a importância da ordem dentro do contexto histórico português. O convento de São Francisco foi entregue por D. Afonso II aos franciscanos. Este rei também mandou ampliar os terrenos do Real Convento de São Francisco de Lisboa que foi fundado em 1217. (Brandão, 2013, p. 96)

Portanto, analisa-se esse evento de conquista de Lisboa, juntamente com a instalação franciscana, a partir de um olhar acerca das construções de narrativas. Tanto a própria tomada de Lisboa, que não só é usada como ato guerreiro da história de Portugal, mas sobretudo representa um contexto mais geral medieval, de cruzadas, de guerras e de eliminação do “inimigo” sob olhar cristão, quanto a aproximação da história do reino com a história da instalação dos menores realizada pelo Manoel da Esperança, torna-se evidente a construção processual, ao longo dos séculos, dessa identidade portuguesa a partir dos grandes eventos e personagens, em que, por exemplo, Ordens querem fixar um espaço no hall de significativas presenças nessa história lusitana.

#### **5.2.4 Coimbra e as adversidades na construção do convento franciscano**

O caso da fundação e estabelecimento do Convento de São Francisco de Coimbra deixa evidente e demonstra de forma significativa o grande esforço pela busca de fontes e documentos realizados por Esperança na tentativa de descrever cronologicamente, sem pontas soltas, todos os acontecimentos dos menores em Portugal. Sendo assim, Manoel da Esperança dá início a sua parte acerca do Convento de São Francisco de Coimbra lamentando a quase

ausência de documentação sobre o ano da chegada dos menores na vila, a criação do convento e seus desdobramentos. Isso se deu, como o próprio nos fala, pela inevitável perda de documentos por questões corriqueiras do grande tempo passado e também pelas inundações que o convento presenciava e sofria após a sua primeira mudança para perto do Rio Mondego.

Porém, ele expõe que a escrita deste relato se apoiou em documentações presentes no mosteiro das clarissas, Ordem feminina que se fixou em Coimbra anos após a chegada dos menores. Todavia, “sabemos porém que já este de Coimbra era fundado & tinha commodidade pera receber nouiços no anno de 1220. porque então entrou nelle fanto Antonio a fazer nouiciado; & pofto que não começou a pouarfe no de 1216 [...]” (*História Seráfica*, liv. 2, cap. XXVIII, v. 1, p. 260).

O sítio que lhes foi dado para a fundação do primeiro convento em Coimbra, concedido por D. Afonso II, era uma ermida de Santa Antão Abbade, tendo uma distância referente a quatro legoas da vila, sendo um lugar pobre e pequeno. Assim, mesmo sendo pequeno e humilde, o convento franciscano de Coimbra não somente atuou significativamente em seus trabalhos caritativos, como também recebeu religiosos muito conhecidos, como Santo Antônio de Lisboa e os 5 mártires franciscanos. Todavia, em Coimbra, a Ordem de Santa Cruz tinha muito influencia e também atuava em trabalhos caritativos e de pregação, “e com isto começarão a sentir prejuizo da distancia não só no recolhimento, mas juntamente na cura dos seus enfermos [...]” (*História Seráfica*, liv. 2, cap. XXVIII, v. 1, p. 261). À vista disso, atravessaram a cidade e assentaram o novo convento perto do Rio Mondego, em 1247, lugar este que sofreu diversas inundações, sendo posteriormente obrigados a construir um outro edificio em um local mais seguro, no pé da colina de Santa Clara.

Porém, longe de ser apenas um local que demonstra a falta de documento, Coimbra também nos apresenta o caso dos 5 mártires de Marrocos que fazem da história franciscana no reino algo mais dinâmico e mais influente, inserindo variadas figuras da coroa e abordando o contato entre cristãos e muçulmanos não somente dentro do território ibérico, como o próprio continente Africano.

#### 5.2.4.1 Morrer a serviço dele: o caso dos 5 mártires Franciscanos de Marrocos e Antônio de Lisboa

Como já vimos, a partir da aprovação da regra franciscana por Inocêncio II no ano de 1220 e sua expansão enquanto Ordem religiosa, Francisco de Assis, além de conseguir cada vez mais adeptos com seu ato caritativo e de pregação, também praticou e mobilizou diversas peregrinações com objetivos distintos, indo e enviando frades desde a Península Ibérica à Síria. Com isso, “Disposto a cumprir os ideais franciscanos propostos partiria, entre Maio e

Junho de 1219, da cidade italiana de Assis, um grupo de frades menores em direcção a Marrocos [...]” (Pacheco, 2009, p. 89). Esse grupo, por sua vez, era formado por seis frades franciscanos, sendo eles: Bernardo de Carbio (natural de Carbio, belo dom da pregação e conhecedor da língua árabe), frei Pedro de Santo Geminiano (diácono e natural de Geminiano), frei Acursio e frei Adjunto, ambos frades leigos, frei Otto (sacerdote) e frei Vital (sacerdote e pregador)<sup>25</sup> que adoece durante a viagem, não conseguindo prosseguir.

Ao chegarem em Portugal, no ano de 1220, na cidade de Coimbra, foram recebidos pela rainha D. Urraca. Após este encontro os cinco frades se acomodaram temporariamente no hospício do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Acredita-se, portanto, que “foi durante a sua estadia por terras do Mondego que terão, muito possivelmente, contactado com o monge agostinho Fernando Martins de Bulhões, o célebre Santo António [...]” (Pacheco, 2009, p. 90). Após a presença em Coimbra, foram para a vila de Alenquer e, logo em seguida, tomaram direcção a Lisboa, onde embarcaram para Sevilha ficando na casa de um mercador cristão. Assim, ignorando os conselhos que solicitavam que eles tivessem uma postura diferente, entraram em uma mesquita pregando o evangelho<sup>26</sup>.

Em reacção ao ato, Manoel da Esperança, conta-nos que os muçulmanos expulsaram os menores da mesquita a pancadas. Com isso, o rei jogou-lhes em uma masmorra e quis executá-los, “entretanto, o príncipe herdeiro convenceu seu pai a submeter os missionários a julgamento, de acordo com os procedimentos da lei corânica, de modo a evitar conflitos com a comunidade cristã.” (Pacheco, 2009, p. 91), sendo que a punição acabaria por coincidir com os interesses do grupo evangelizador: a deportação para Marrocos. Dom Pedro Fernandez de Castro, um nobre castelhano, tomando conhecimento do sucedido, rapidamente se disponibilizou para os acompanhar.” (Pacheco, 2009, p. 91).

Tendo assim, o objetivo de cumprir tal punição, Dom Pedro Fernandez de Castro leva os cinco mártires para Marrocos e os entrega para o Infante Dom Pedro, irmão do rei D. Afonso II, que estava no território neste momento, recebendo-os com grande devoção. Rui de Pina nos conta que “[...] o Infante Dom Pedro, seu filho, o qual bem acompanhado de nobre gente Despanha passara em Africa, e estivera em muita estima, e grande autoridade com Mirabolim<sup>27</sup> de Marrocos, até o tempo do Martyrio destes Santos Frades [...]”(Pina, *Crônicas de D. Afonso II*, v. 1 p. 42). A cidade que o infante estava e acolheu os cinco frades franciscanos chama-se cidade de Marraquexe, ou a cidade vermelha, sendo ela de mando

---

<sup>25</sup> História Seráfica, liv. 3, cap. III, v. 1, p. 288.

<sup>26</sup> Ibid., cap. IV, v. 1, p. 288-291.

<sup>27</sup> Mirabolim significa chefe dos crentes, entre os muçulmanos. Ou seja, um califa.

Almóada e comandada pelo califa Iúçufe II ou Yusuf al-Mustansir (morte em 1224) que teve seu reinado de 1213 a 1223.

Com isso, Dom Pedro tendo conhecimento da atuação franciscana e o desejo pela pregação, pede a eles que não cometam tais conflitos para com os mouros na cidade de Marraquexe, porém, eles não dão ouvidos (Pacheco, 2009, p. 92). Decidiram, então, ir de encontro à população moura e pregar-lhes, gerando grande revolta, “[...] até ao dia em que foram surpreendidos pelo próprio califa almóada Yusuf al-Mustansir, conhecido por Miramolim de Marrocos. Dom Pedro [...] mandou escoltá-los até Ceuta, de onde deveriam ser levados para territórios mais pacíficos.” (Pacheco, 2009, p. 92). Porém, os menores conseguiram escapar e voltaram novamente para Marraquexe com suas pregações, sendo presos e soltos diversas vezes, mas isso se acaba quando o califa decide matá-los, fazendo com que os cinco frades se martirizem “[...] em 16. De Janeiro, de 1220. às onze horas da manhaam; & voando triunfantes fuas almas pera o reino eterno, vifitarão de caminho, como deixamos efcrito, a Infanta D. Sancha na villa de Alanquer.” (*História Seráfica*, liv. 3, cap. V, v. 1, p. 292).

Recuperando grande parte do corpo dos menores, o infante D. Pedro com seus companheiros voltam para Portugal com o intuito de levar tais relíquias na cidade de Coimbra, como já havia desejado. Contudo, durante a caminhada param em Astorga, Galiza, e o infante Dom Pero fica lá, não mais indo de encontro a Coimbra, “[...] mas de Astorga mandou com ellas Affonso Pires de Arganil, que era Rico homem, e pessoa de grande credito, porque o Ifante Dom Pedro não era bem avindo com El-Rei Dom Affonso de Portugal seu irmão.” (Pina, *Crônicas de D. Afonso II*, v. 1 p. 55).

Mesmo não sendo bem aceito no reino, pelos conflitos já apresentados do rei com os irmãos, esperava-se que o traslado pudesse converter em dividendos políticos para Pedro na luta contra Afonso II, mas ele não teve nenhum reconhecimento até a escrita da narrativa, citando finalmente sua presença na história (Tacconi, 2021, p. 138). Entretanto, continuando a discussão de Ana Paula Tacconi (2021), quem ganhou reconhecimento no momento como o grande responsável pela transladação do corpo, utilizando a narrativa para adquirir maior visibilidade, foi o líder na comitiva de recepção dos corpos em Coimbra (chegando em 1220, ficando no altar da capela presente na Igreja de Santa Cruz), D. Afonso II.

Como podemos identificar com a narrativa exposta e todo contexto medieval português, o ato do martírio e o culto aos mártires, assim como apresenta Tacconi (2021), algo presente séculos antes do XIII, foi ressignificado e acabou relacionando diretamente com os objetivos e articulações da Península Ibérica no período da “reconquista”, pois, considerando

a presença do “invasor infiel” muçulmano nesse território, e destacando a sacralização exercida na luta pelos territórios ibéricos, “O trânsito dos franciscanos em Portugal cruzou-se com essa dinâmica e acabou por contribuir para o seu sucesso.” (Tacconi, 2021, p. 136). Logo, juntando em um mesmo contexto a luta e a pregação contra os muçulmanos, o martírio se torna um elemento significativamente importante tanto na ação, quanto no imaginário, utilizando por exemplo dos 5 mártires para fortalecer ainda mais a legitimação da guerra realizada e a valorização daqueles que morreram, algo que gerou o desejo de outros religiosos irem até o Norte da África também e alcançarem o mesmo fim.

Além disso, as relíquias dos mártires franciscanos foram inseridas em uma grande disputa entre as casas monásticas portuguesas. Nessa disputa, identificando a presença de algo sagrado em determinado local traria, de forma abundante, recursos e visitação, tendo implicações políticas e econômicas, “[...] as abadias saíram prestigiadas, sendo o trânsito de fiéis para visitação das relíquias dos mártires franciscanos o aspecto exterior desta ancoragem do poder nos mosteiros.”(Tacconi, 2021, p. 143). Ademais, ainda acerca da mesma questão, mas agora analisando de forma mais ampla, a presença da tão sagrada relíquia em solo português faz do reino um território ainda mais bem visto e, lembrando das peregrinações muito presentes no período para os lugares sagrados, desejoso de visitação de cristãos de variados locais fora do reino lusitano.

Os cinco frades franciscanos representam, portanto, uma grande importância não somente para os frades menores, mas para toda a comunidade católica, pois além de 16 de janeiro fazer parte do Calendário Litúrgico da Igreja Católica<sup>28</sup>, os mártires juntamente com a Rainha Santa Isabel são padroeiros da cidade de Coimbra. Ademais, significativo também foi para Portugal em si que em um período de influência religiosa e papal fez das relíquias símbolo de poder, e em um momento de conquista de territórios e luta contra os muçulmanos foi auxiliado com a espiritualidade de martírio dos franciscanos e outros religiosos.

---

<sup>28</sup> Cf. PACHECO, M. . Quando as freiras faziam história: crônicas conventuais, autoria feminina e poder em Portugal no século XVII. In: XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética, 2009, Fortaleza. **Anais do ... Simpósio Nacional de História**, 2009.

## **6 POBREZA APOSTÓLICA E AUTORIDADE RELIGIOSA: OS IMPACTOS DO RELIGIOSO NO CAMPO POLÍTICO A PARTIR DO CASO FRANCISCANO**

Como bem pontua Victor Graciotto Silva (2005), a trajetória de vida de São Francisco está apoiada em uma ação constante de ruptura. Rompe com o dinheiro que tinha, com a vida laica, com o pai e inicia sua dedicação a uma vivência religiosa ao estilo de Jesus Cristo e seus apóstolos, distanciando dos vícios humanos e dos bens materiais. Entretanto, os posteriores seguidores de seu carisma, intitulados de franciscanos, não são simples produtos do que pensava e fazia o seu fundador, já que, em um contexto de entrada constante de adeptos de variados pensamentos e temporalidades, as contribuições exercidas pelo santo continuam sendo valorizadas, mesmo que as atuações fossem reinterpretadas, alteradas e até discordadas (Sangenis, 2014, p. 28).

Desta maneira, atuações e articulações desses seguidores nos primeiros anos da fundação gerava a necessidade de interpretar e refletir a própria espiritualidade franciscana, pensada inicialmente como um grupo pobre, humilde e de pouca influência. Logo, os estabelecimentos dos frades em variadas localidades geraram, como vimos, a intervenção inevitável tanto do poder real, quanto do eclesiástico, principalmente, em um contexto em que a presença de um grupo religioso de articulações próprias poderia ser entendido como herético ou como uma ordem de grande importância para a evangelização e expansão do catolicismo, como o caso franciscano após a sua institucionalização realizada pelo Papa Inocêncio III.

O sucesso franciscano em seu estabelecimento em Portugal no século XIII, como vimos a partir dos escritos de Manoel da Esperança, foi acompanhado do auxílio de grande parte da nobreza, da coroa e também da população lusitana. E, desta forma, não somente algumas figuras específicas franciscanas ganharam grande notoriedade e influência no decorrer dos séculos que se seguiram, como a própria ordem e seus conventos representaram uma presença forte no reino português, fazendo parte da própria história do território (Teixeira, 2017, p. 194).

Logo, os contatos diversos, realizados entre os franciscanos e as figuras de influência portuguesa no início de seu estabelecimento, havendo doações, interferências e considerações significativas, continuou e até se intensificou com o decorrer dos séculos. À vista disso, Fernando de Soledade no terceiro volume de *História Seráfica*, apresentando a rainha Santa Isabel (1271-1336) como uma pessoa santa e de bom coração na ajuda dos mais pobres, expõe que ela “[...] teve tres Confessores, Fr. Joaõ de Alcanim, Fr. Joaõ Paes, & Fr. Salvado, que foy Bispo de Lamego [...]” (História Seráfica, liv. 3, Proemio XI, v. 3 p. 28), sendo eles franciscanos.

Conforme Jean Delumeau (1991, p. 13) o cargo e o ato sagrado de confissão tinham sofrido grandes mudanças no concílio de Latrão IV em 1215, passando de algo que era um ato público, realizado somente uma vez na vida, para uma questão obrigatória e privada, podendo realizar quantas vezes quisesse, tornando, assim, o cargo de confessor uma posição de grande importância na sociedade cristã medieval ocidental. Neste caminho, além de representar um elemento santo e de extrema importância no que se referia a busca pela salvação, pois a pessoa expunha o seu erro e se arrependia, o ato de falar seu pecado também criava uma maior aproximação com Deus, fazendo o indivíduo se sentir mais tranquilo e próximo da vida eterna após sua morte.

Esta questão se dá pois “o cristão abre o seu coração para o religioso que representa Deus naquele momento. Ele se sente humilhado e aceita a pena que é estipulada de acordo com a intensidade de seus erros” (Brandão, 2013, p. 108). Porém, conforme Macedo (2009, p. 19), a confissão privada serviu também para o controle e observação dos comportamentos sociais de cada membro da sociedade, sabendo os pecados e os atos que poderiam gerar uma consequência não muito aceitável.

Junto a isso, sendo num ato de grande significância espiritual, não era somente realizado pela grande população. Como deixou aparente o trecho de Fernando de Soledade sobre a Rainha Santa Isabel, os monarcas e a nobreza como um todo tinham confessores próprios, confessando a eles seus pecados, falando de suas angústias e solicitando conselhos no desejo de estarem mais próximos de Deus. Desta forma, confessando acerca de diversas questões, o monarca inevitavelmente pede conselhos e expõe casos sobre seu governo, algo que representa um poder imenso para o confessor pois, além de saber de todas suas fraquezas, poderia dar opiniões sobre essas articulações da coroa (Marques, 1993. p. 53). Assim, esse cargo tornava mais poderoso, gerando em um jogo de interesses: “[...] se o ânimo do monarca fosse, por natureza, influenciável e tívio, com as facções palacianas a pressioná-lo à porfia e a accionarem o confessor, como gazua, para lhe arrancar a decisão almejada.” (Marques, 1993. p. 53).

Sendo assim, por ser um cargo que exigia um nível espiritual grande e que gerasse confiança, religiosos que tinham piedade, integridade de costumes e prudência foram prioritariamente escolhidos para ocupar tais posições, sendo os franciscanos um desses religiosos mais escolhidos (Marques, 1993. p. 54). Ademais, “os mendicantes são escolhidos pelos monarcas e suas rainhas pela representação de seu exemplo que condiz com as necessidades do momento histórico e do modelo de exercício caritativo em Portugal na Baixa Idade Média.” (Brandão, 2013, p. 115)

Além deste cargo, os franciscanos ocuparam outros diversos postos muito significativos, como é demonstrado no decorrer da obra de Esperança e Soledade. D. Afonso III teve como clérigo e tesoureiro João Moniz e no terceiro testamento de D. Dinis, realizado em 20 de junho de 1322, expõe como testamenteiros Gonçallo Pereira (daião do Porto e seu clérigo) e frei Ioanne (seu confessor e capelão) (*História Seráfica*, liv. 2, cap. II, v. 1, p. 189). Pegando por base o argumento de Marques (1993, p. 55), a influência e o poder franciscano no cenário régio português mostrava-se forte e ampla. O autor discute mais profundamente esta questão em:

Com feito, a irrupção no tecido monástico ocidental das ordens mendicantes reflectiuse em Portugal pela aproximação às elites dirigentes e ao povo e pela difusão de uma espiritualidade a todos acessível. A ascese pregada devia exercitar-se no exercício da humildade, na pratica da temperança, no desprendimento dos bens matérias, na mortificação do corpo e na observância aos sofrimentos de Cristo e à Virgem Maria estavam adentro da preocupação de prender a sensibilidade pela via efectiva. Franciscanos e dominicanos, na pobreza do seu vestir, na frugalidade do seu viver e no exemplo da sua edificante, tiveram entrada em todos os estratos sociais e, obviamente, na corte. (Marques, 1993. p. 54)

Contudo, como bem apresenta Ana Paula Magalhães (2016), não havia nenhum indício que evidenciava o anseio de Francisco de criar uma Ordem e muito menos de ser um agrupamento significativamente forte e influente, algo, como já vimos, alterado principalmente pela atuação da Igreja Católica de institucionalização, para que não fossem identificados como hereges. Porém, a entrada constante de religiosos na Ordem de variados contextos e pensamentos, ao longo da já primeira década de desenvolvimento dos franciscanos, gerou uma crise interna, sendo demonstrada com as escritas da segunda e da terceira regra, dando destaque a terceira que estava presente a junção dos dois princípios mendicantes em conflito.

Tal crise é ilustrada especialmente pela ocorrência de um Capítulo Geral em 1219 com irmãos influentes da Ordem, momento em que Francisco estava no Egito, no qual foram promulgadas constituições relativas à permissão aos estudos e à posse de livros, gerando, por sua vez, revolta dos frades mais antigos. Após Francisco de Assis retornar à Itália, assim como continua Magalhães (2016, p. 40) em sua exposição, foram aprovadas algumas resoluções em conformidade com ele, sendo um dos atos das mais importantes a direção da Ordem cedida a Pedro Cattani e depois para Elias de Cortona. Desta forma, o Santo ainda em vida renuncia à presidência da Ordem, mesmo representando ainda um líder espiritual e o legislador da comunidade. Desta maneira, a Ordem, após esses conflitos, foi se modificando e se alterando, principalmente nas questões relativas à pobreza e abdicação dos bens materiais,

não somente na Itália, mas como em variadas localidades, sendo atravessada pela cultura e experiências do local, como em Portugal.

Anos depois da morte de São Francisco, Inocêncio IV em 1245, através da bula *Ordinem restrian*, determinava a aproximação dos frades aos estudos algo indispensável e determinou que os religiosos poderiam receber dinheiro, mas por trabalho de outra pessoa (Magalhães, 2016, p. 50). Estabeleceu também outras articulações que modificaram ainda mais os princípios iniciais da Ordem e facilitou a entrada desses frades nos variados campos. Todavia, Ana Paula (2016) disserta que não podemos efetuar julgamentos a esses outros frades, afirmando serem traidores de Francisco, pois as mudanças sofridas no cenário e contexto de atuação da Ordem fez com que ela preservasse alguns elementos, mas também modificasse, “dessa forma, não se deve confundir Francisco e o franciscanismo, sendo que este último receberia uma série de contribuições, a partir de perspectivas diversas.” (Magalhães, 2016, p. 50-51)

Logo, a própria atuação franciscana no reino lusitano e sua entrada em cargos de confiança, visto como contrários ao princípio de Francisco, deve ser analisada com um olhar que identifica a trajetória da Ordem como fruto de um processo histórico, atravessado e impactado pelos sujeitos neles presentes e os contextos diversos nele inseridos, havendo, por isso, modificações, conflitos de pensamentos entre os frades e até permanência de elementos ditos essenciais. Abordando ainda sobre essa questão de Francisco e os franciscanos, Magalhães (2016, p. 59) afirma que

Ao assumir o movimento da pobreza coletiva, Francisco de Assis reestruturava-o, estabelecendo sua ideia de fraternidade alicerçada em um tripé, qual seja: a caridade, a pobreza e a obediência. Com o tempo, contudo, esses três pilares que se deveriam complementar e reforçar mutuamente - acabaram por se revelar, em vários momentos, contraditórios entre si mutuamente excludentes. O crescimento do número de frades (membros da fraternitas) apontava para necessidades estruturais, o que acabava por impossibilitar a fraternidade primitiva: impunha-se a criação de uma Regra - a qual necessariamente deveria ser submetida à aprovação da Santa Sé, estabelecendo laços jurídicos definidos em relação à instituição eclesiástica.

Retornando ao sucesso franciscano em contato com a monarquia lusitana, além de terem sido auxiliados em seu estabelecimento no reino por Afonso II, os franciscanos também estiveram presentes em cada reinado tanto em testamentos, quanto exercendo outros cargos que também tiveram uma influência cultural, social e política grande.

Conforme António Brochado da Mota (2011, p. 54), ainda enquanto rei de Portugal, em seu primeiro testamento sem data e local relatados, D. Sancho II (1209-1248) tendo grande amor pelos pregadores franciscanos de Santarém, deixou para eles 300,00 morabitinos e pediu para que toda madeira de Lisboa e de outros lugares do reino fosse doada para eles,

para as obras dos conventos que ele próprio tinha iniciado. Em relação ao próximo rei, D. Afonso III (1210-1279), solicita próximo de sua morte a realização de seu testamento em 9 de dezembro de 1271. Neste documento percebe-se muitas doações para instituições e Ordens religiosas, sendo ou não, como expõe Mota, uma demonstração de arrependimento pelas tensões e conflitos tidos para com a Igreja. Sendo assim, em meio a essas instituições religiosas:

Não ficaram esquecidos nesta manda os frades, cabendo aos Pregadores e aos Menores de Santarém, aos Pregadores e aos Menores de Lisboa, aos Pregadores e aos Menores de Coimbra, aos Pregadores e aos Menores do Porto e aos Pregadores de Elvas, cujo Mosteiro o Monarca fundara, 100 libras a cada um. Às freiras Minoritas de Santarém, 100 libras; aos frades Menores de Alenquer, de Braga, de Leiria, de Guimarães, de Lamego, da Guarda, da Covilhã, de Portalegre e de Évora, 50 libras a cada, para que rogassem por ele nas suas missas e orações. (Mota, 2011, p. 66)

Ademais, para o mosteiro de Santa Clara de Santarém “El-Rei D. Afonso III. que foi o feu Fudador, em quanto o não dotou lhe daua todos os annos pera os feus alimentos 366 liuras de ouro, que valião oito vintêis cada hũa; & era muito dinheiro naquelle tempo antigo.” (*História Seráfica*, liv. 5, cap. VI, v. 1, p. 520). Já D. Dinis (1261-1325) além de ter terminado o convento de Portalegre (começado por seu pai), em uma de suas atuações durante o reinado, também criou a Universidade de Coimbra em 1290, com a confirmação do Papa, no qual ambas figuras, principalmente o Papa Nicolau IV, atribuíram o estudo de Teologia aos dominicanos e aos franciscanos, nos seus respectivos conventos. Além disso, Mota (2011, p. 83) nos apresenta que no testamento do monarca, realizado em 8 de abril do ano 1299, deixa aos menores e às clarissas da vila de Santarém, 400 libras.

Todavia, a influência franciscana e o contato com o poder régio não ficaram apenas presentes neste período medieval. Atuando enquanto professores, confessores e entre outros cargos, os franciscanos, em sua espiritualidade de pregação e evangelização, instauraram-se em variados locais do globo, chegando até nos territórios da América, juntamente com os colonos portugueses. Com a atuação catequética de contato com os indígenas, os franciscanos, assim como outras ordens, ajudaram nas primeiras missões no novo território, servindo como “braço” da Igreja para levar o catolicismo às novas terras e seus povos, continuando tal presença significativa com atuações diferentes no decorrer dos séculos, como apresenta Edgar Santos (2019, 20-21).

Porém, como aponta o mesmo autor, a história franciscana no período da colonização é silenciada frente a presença jesuítica, em que mesmo sendo os menores a primeira ordem a chegar ao território junto com Pedro Álvares Cabral, diversos autores não citam tal presença, sendo percebida somente a partir dos relatos de alguns colonizadores. Já a presença

franciscana em Portugal nos séculos posteriores a Idade Média, como é tratado nos volumes de História Seráfica sob produção de Soledade, foi crescendo cada vez mais, tanto em construções de conventos em outras cidades, quanto no aumento do número de adeptos, algo apontado também no panorama geral realizado por Vitor Teixeira (2017). O autor afirma que, no território português “[...], os Franciscanos não pararam de crescer em número, de casas como de religiosos, exercendo uma acção e influência determinantes na formação da identidade cultural e religiosa do País.” (Teixeira, 2017, p. 194).

Portanto, identifica-se que esses religiosos, que tem em seu carisma a abdicação do poder e da riqueza, vivendo somente para Deus e atuando na ajuda aos pobres e enfermos, intencionalmente ou não, constituíram-se enquanto uma ordem influente não somente em Portugal, como no ocidente europeu e em todas as localidades em que se fixaram, impactando tanto o religioso, quanto o cultural e o social através de suas pregações e evangelizações. Por consequência, o ideal de vida apoiada na mendicância e no amor em Deus, tão defendida por São Francisco, atravessou o tempo e o espaço, formando uma identidade e assumindo um caráter universal, principalmente, por ter em seu carisma a pobreza e a exclusão social junto ao processo urbano, algo ainda muito presente (Silva, 2005, p. 148-149).

Ou seja, a aceitação pela espiritualidade dos franciscanos fornecida pela população de diversas cidades portuguesas medievais, como bem retrata a crônica de Manoel, também se reproduz hoje em dia, fazendo diversos adoradores e seguidores refletirem os vícios e os prazeres dos bens materiais e do dinheiro. Tal apontamento pode ser ilustrado pela própria escolha do nome do anterior Papa, intitulado de Francisco. Através da reportagem produzida pela BBC news Brasil, em 16 de março de 2013, é exposto que Jorge Mario Bergoglio, Papa Francisco (2013-2025), escolheu o nome por querer "uma igreja pobre e para os pobres" e por ter ouvido a solicitação do arcebispo emérito de São Paulo Cláudio Hummes de não se esquecer dos pobres, logo associando ao nome do santo. Desta maneira, podemos analisar a ainda presença e influência do santo quando o assunto é pobreza, caridade e abdicação dos bens materiais.

Porém, como forma de análise acerca dos dois campos que o caso dos frades menores engloba, sendo eles o religioso e o político, não se aplica somente aos franciscanos ou à Idade Média. A relação e o contato do campo espiritual nos variados campos, moldando os comportamentos e impactando na nossa forma de ver e viver o mundo, seja representado por qualquer grupo religioso ou pela própria instituição, não é algo restrito da grande influência papal medieval, perpassando todos os séculos chegando até os dias de hoje.

Dessa maneira, franciscanos, dominicanos, Igreja Católica como uma instituição, e até os protestantes não representam somente o ato espiritual em si de buscar maior aproximação com o espiritual e refletir suas próprias atitudes a partir de suas crenças. Como sabemos, o religioso sempre englobou mais, ele significa e impacta todos aqueles que são atravessados pelas suas atuações, seja pelo simples ato de ir a Igreja e ouvir o representante aconselhar, ou seja pelo impacto forçado no nosso cotidiano e na formação do nosso próprio país, fruto de uma narrativa história de colonização e da influência religiosa, exercida principalmente pelo poder Católico.

A religião, como aponta Franciele Siqueira Miotto (2018), é um elemento que está inserido em variados contextos sociais, temporalidades e localidades, estabelecendo padrões de vivências através da ressignificação, que é realizada de suas práticas ao longo do tempo. Juntamente a isso, identificando o campo de disputas para se estabelecer enquanto representações hegemônica, a Igreja Católica, em conjunto com a cultura portuguesa, exerceu forte influência no território brasileiro, impactando nossas atuais articulações, comportamentos, postura e entendimento político, havendo sempre a necessidade de inserir o campo religiões nas discussões de leis, e até na própria estrutura do país, como o desenvolvimento dos espaços e das cidades brasileiras que carregam essa influência e tornou-se naturalizadas, como apresenta Miotto (2018) em sua pesquisa sobre o aspecto católico na criação do município de Jesuítas (PR).

Desta maneira, assim como bem apresenta Manoel da Esperança, ilustrando a relação e influência constante exercida dos menores com os reis e outras figuras de poder, o catolicismo e seu impacto no Brasil, desde a colonização, fazem-se presentes não somente em elementos que escancaram essa articulação, mesmo sendo desde 1891 um estado laico<sup>29</sup>, como também em aspectos corriqueiros do cotidiano e da própria formulação dos espaços. Miotto (2018) apresenta que essa influência está materializada em nomenclaturas de ruas, escolas, hospitais, assim como representada em monumentos, praças e entre outros espaços do ambiente urbano que mostram essa hegemonia de memória exercida pela religião frente a outros personagens históricos e eventos que são silenciados.

Além disso, a pesquisa da autora gera reflexões acerca de outros elementos que por serem tão impostos e naturalizados, não percebemos, como por exemplo: a Igreja Católica no centro de várias cidades, estando na praça principal; festas de temas religiosos, como a junina

---

<sup>29</sup> “Através de um sobrevoo na trajetória histórica da presença pública da religião no Brasil, podemos afirmar que hoje o modelo de relação Estado-Igreja no país se encontra marcado pela influência de uma matriz cristã, partilhada entre catolicismo e evangelismo/pentecostal na esfera pública.” (Camurça, Silveira e Andrade, 2024, p. 976)

e natal em que ocorre a união da comunidade para se festejar. Todos esses elementos, por sua vez, inseridos desde a infância, refletem em uma criação de uma memória coletiva, de identidade e de pertencimento a uma cidade, grupo ou família, fortalecendo ainda mais o aspecto estrutural da questão.

Portanto, a atuação religiosa, sendo ela inicialmente pequena e de pretensões humildes, como os franciscanos, ou sendo ela já bem construída como a Igreja Católica e os protestantes, seja na Idade Média, seja na contemporaneidade, tem seus impactos locais ou globais. Desta maneira, levando a espiritualidade caritativa, humilde e pobre de São Francisco, os franciscanos nos mais variados cargos que se estabeleceram impactaram todo um campo social, cultural e religioso português e em todo território em que se estabeleceram, configurando, juntamente com a instituição católica, uma formulação hegemônica de influência.

## 7 CONCLUSÃO

A experiência franciscana de estabelecimento em solo lusitano durante o século XIII, enquanto narrativa impactada e atravessada por relações e conflitos com as mais diversas figuras portuguesas e muçulmanas, mostrou-se uma norteadora significativa para refletirmos além do recorte delimitado, expandindo suas fronteiras de análise e temas. Com os escritos de Manoel da Esperança em *História Seráfica*, assim como a análise da obra que se seguiu através de uma vasta bibliografia, a figura dos franciscanos se distancia de um imaginário construído que privilegia exclusivamente o aspecto religioso de suas atuações e de seus carismas, sem um recorte temporário e de cenário. Tomando lugar, desta forma, a análise ainda de religiosos seguidores de S. Francisco, mas sobretudo agora de sujeitos pertencentes e frutos de um contexto específico, em que a postura da instituição católica, o desejo por uma espiritualidade de ação dos leigos e articulações de cada reino impactaram a formação e o desenvolvimento desses frades.

Logo, compreender as atuações franciscanas em Portugal desde seu estabelecimento, não se limita apenas à análise de construção de conventos, trabalhos caritativos e contatos dos leigos. Refletir essa atuação também é compreender o cenário por eles vivenciados e articulados, percebendo as contribuições, impactos indiretos, ou diretos, e impedimentos que a postura dos reis, clero e nobreza recaiam sob os frades, demonstrando a necessidade de estudar esses sujeitos como um todo.

Desta maneira, através do analisado e discutido durante essa pesquisa, estudar franciscanos em Portugal no século XIII, a partir dos volumes de *História Seráfica*, também é compreender grande parte do cenário português recém independente. Compreensão essa reforçada ainda mais pelos objetivos de legitimação da história franciscana que Manoel da Esperança se apoiou, havendo a possibilidade de uma análise também do século de produção da obra (Século XVII).

Além disso, como foi possível identificar durante a narrativa de estabelecimento dos franciscanos, a relação entre a questão religiosa, exercida pelos menores, com o campo político, atuado pelos monarcas e membros da corte, se fez muito presente, demonstrando, como sabemos, que a religião carrega influência e se relaciona fortemente com as variadas áreas do nosso social.

Todavia, como vimos, os estudos realizados e apresentados receberam ainda um contribuidor muito significativo, auxiliando na reflexão dos reais usos dessas discussões e problemáticas fora do ambiente acadêmico, tendo a escola como foco de desenvolvimento.

Assim, o conteúdo foi refletido, aprofundado e ampliado pensando as seguintes questões: Como não apenas a Idade Média, mas o espaço ibérico medieval, vem sendo tratado na educação básica? Quais as ferramentas e discussões podem auxiliar para transformar o presente tema em uma linguagem mais acessível aos alunos? Como os professores, que seguem currículos escolares e a BNCC, podem trabalhar esse conteúdo em sala de aula ?

Tendo em vista essas reflexões, foi possível transformar o tema “Franciscanos e a formação de Portugal como reino independente no decorrer do século XIII” em algo mais dinâmico e aprofundado, refletindo as articulações do conteúdo com os estudados nas escolas, as limitações e problemáticas do tema, as possíveis aproximações a se fazer com a vida e o cotidiano dos alunos, e estratégias de estudo e fixação de cada recorte da pesquisa, produzindo jogos e atividades. Além disso, também foi essencial identificar os variados aspectos que o processo de desenvolvimento de uma OA nos traz, abrindo margem para refletirmos a tecnologia como aliada do processo educacional atual, as necessidades que a produção de um material pedagógico apresenta, como, por exemplo, a importância da acessibilidade, durabilidade e reusabilidade. Tornando, desta forma, o tema efetivamente mais atrativo e contribuidor para o professor e os alunos.

Portanto, além de responder às problemáticas da pesquisa, esse trabalho teve como objetivo também demonstrar os usos do tema em sala de aula, através dos livros paradidáticos, e exemplificar o quão a tecnologia pode ser aliada aos professores e ao processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, temas que ficariam restritos ao ambiente acadêmico podem agora, com a ajuda dos OA's e da tecnologia, tornar outra forma mais amplificada e diversa pensando os usos em sala de aula, as limitações e os elementos impactadores do conteúdo no cotidiano dos alunos.

## FONTES HISTÓRICAS

ESPERANÇA, Manoel. **História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal**. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1656-1721. 1 v. Disponível em: <https://purl.pt/20706/4/>. Acesso em: 10 maio 2021.

PINA, Rui de. **Crónica de D. Afonso II**. Edição e revisão de Manuel Lopes de Almeida. 2. ed. Porto: Livraria Civilização, 1950.

PINA, Rui de. **Crónica de D. Sancho I**. Edição crítica de M. Lopes de Almeida. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1950.

SOLEDADE, Fernando da. **História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal**. Lisboa: Officina de Manoel Joseph Lopes Ferreyra, 1656-1721. 3 v. Disponível em: <https://purl.pt/20706/4/>. Acesso em: 10 maio 2021.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, E. V. B.; FLÔRES, M. L. P. Objetos de aprendizagem: conceitos básicos. *In*: TAROUCO, L. M. R. *et al.* **Objetos de aprendizagem: teoria e prática**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 12-29.

ANDRADE, Maria Filomena; FONTES, José Luís. Povoar e enquadrar: um percurso pela geografia das formas de vida religiosa da Lisboa medieval (séculos XII-XIV). **Medievalista Online**, Lisboa, v. 1, n. 32, p. 257–280, jul./dez. 2022.

BARBOSA, T. L. Heresias medievais e sua influência social: sob a repressão da igreja cristã do ocidente - Século XII - XIII. **NEARCO: Revista Eletrônica de Antiguidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 130–152, ago. 2019.

BELLINI, Lígia. Cultura escrita, oralidade e gênero em conventos portugueses (séculos XVII e XVIII). **Tempo**, Niterói, v. 15, n. 29, p. 211-233, dez. 2010.

BERRIEL, Marcelo Santiago. Entre frades e reis: relações entre Franciscanos e poder régio à época da Dinastia de Avis (1383-1450). **Revista Seropédica**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 52-72, jul./dez. 2009.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. 9. ed. rev. ampl. São Paulo: Paulus, 2001.

BITTENCOURT, Circe. **Livros e materiais didáticos de História. Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAGA, Juliana Cristina. **Objetos de aprendizagem: introdução e fundamentos**. Santo André: Editora da UFABC, 2014.

BRANDÃO, João Bosco Ferreira. **Os Franciscanos e o poder régio em Portugal no século XV: a oficialização da assistencialidade da Idade Média Ocidental: séc. VIII-XIII**. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BULEGON, A. M.; MUSSOI, E. M. Pressupostos pedagógicos de objeto de aprendizagem. *In: TAROUÇO, L. M. R. et al. **Objetos de aprendizagem**: teoria e prática*. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 54-76.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que precisa saber um professor de História? **História & ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015.

CAIXETA, Elenice Maria. **O ensino-aprendizagem de história ibérica medieval**: a consciência histórica dos alunos acerca da influência cultural árabe no Brasil. 2018. 208 f. Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2018.

CAMACHO, V. M. Considerações sobre a construção da santidade franciscana no início do século XIII. **ALETHÉIA**, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 23-39, maio 2014.

CAMURÇA, Marcelo; SILVEIRA, Emerson José Sena; ANDRADE JÚNIOR, Péricles Morais de. Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. **Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 18, n. 57, p. 975, 2020.

CARMELO, Luís. **O milagre de Ourique ou um mito nacional de sobrevivência**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999.

CARVALHO, Cibele. **Francisco de Assis entre duas regras (1221-1223)**. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2005.

CARVALHO, José Adriano de Freitas. As Crônicas da Ordem dos Frades Menores de fr. Marcos de Lisboa ou a história de um triunfo anunciado. *In: **Quando os frades fazem história***. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 2001. p. 9-81.

COELHO, M. F. C. Inquirir em nome de Afonso II: a jurisdição régia a serviço da aristocracia cristã (Portugal, séc. XIII). **TEMPO**, Niterói, v. 26, n. 1, p. 210-229, mar. 2020.

COELHO, M. F. C. Sancha de Portugal. *In: SOUZA, Guilherme; NASCIMENTO, Renata*. (org.). **Dicionário**: cem fragmentos biográficos. Goiânia: Tempestiva, 2020. p. 355-360.

COELHO, Maria Filomena Pinto da Costa. A centralização do poder em Portugal: “uma tragédia ou epopeia que começou cedo”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 83, n. 1, p. 24-40, set./dez. 2022.

COELHO, Maria Filomena. Cartas forais régias e costume: Portugal, séc. XII-XIII. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, p. 1-35, set./dez. 2023.

COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média portuguesa. Reflexões historiográficas. *In: NEMI, A.; ALMEIDA, N.; PINHEIRO, R.* (org.). **A construção da narrativa histórica (séc. XIX-XX)**. Campinas: Unicamp/FAP-UNIFESP, 2014, p. 39-62.

COSTA, A. S. Religiosidade medieval e franciscanismo. **Vozes, pretérito & devir**, Piauí, v. 13, n. 1, p. 194-208, maio 2021.

COSTA, Maria Sofia. **A construção da memória como instrumento de legitimação do presente**: em torno da Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó de D. Marcos da Cruz (século XVII). 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em História e Património) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2016.

COSTA, Rodrigo Franco da. A batalha de Ourique e a construção da identidade portuguesa: de Fernão Lopes à Luis de Camões. **Medievalis**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 140-160, 2014.

DELUMEAU, Jean. **A confissão e o perdão**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

DIAS, Frederico Caetano Pereira da Silva de Portugal. **Franciscanos e Dominicanos nos séculos XIII a XV**: sociedade e espiritualidade. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal, 2013.

DUARTE, Teresinha Maria. Os frades menores e o clero português do começo do século XIII. 2005. **Emblemas**, Catalão, v. 1, n.1, p. 85-96, 2005.

DUBY, Georges. **O tempo das catedrais**. Lisboa: Estampa, 1987.

FARDILHA, Luís de Sá. **Quando os Frades faziam História**: de Marcos de Lisboa a Simão de Vasconcelos. Porto: Universidade do Porto, 2002.

FILHO, Flávio Ferreira Paes. **A centralização do poder com D. Dinis e os concelhos transmontanos**. 1998. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 1998.

FITZ, Francisco García. En el nombre de Dios: la ideología de la guerra en la Península Ibérica medieval: siglos XI-XIII. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 30, n. 1, p. 137-152, mar. 2009.

GIMENEZ, José Carlos. As representações dos muçulmanos durante a tomada de Lisboa pelos Cristãos (1147). **Revista Diálogos Mediterrânicos**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 53-65, dez. 2014.

GONÇALVES, Marilane Campista. **O uso do canva nas práticas pedagógicas**: criação de histórias e suas possibilidades. 48 f. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas Pedagógicas) - Instituto Federal do Espírito Santo, Santa Maria de Jetibá, 2022.

INGLÊS FONTES, João Luís; Andrade, Maria Filomena; Rodrigues, Ana Maria S. A. Mosteiros e conventos no Portugal Medieval. **SVMMA. Revista de Cultures Medievais**, Barcelona, v. 15, n.1, p. 8-34, jun. 2020.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LIMA, Marcelo Pereira . Representações da península Ibérica medieval nos livros didáticos: os (des)compassos entre a escola e a academia? **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 165-196, jun. 2012.

MACEDO, José Rivair. Os manuais de confissão luso-castelhanos dos séculos XIII-XV. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 2, n. 2, jun. 2009.

MAERKI, T. Testemunhos da passagem de S. Francisco de Assis por Portugal: revisão e novas perspectivas. **VIA SPIRITUS**, Porto, v. 26, n. 1, p. 105-123, abr. 2020.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. **Os Franciscanos e a Igreja na Idade Média: A Arbor vitae crucifixae Iesu de Ubertino de Casale**. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2016.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. A Ordem Franciscana e a sociedade cristã: centro, periferia e controvérsia. **Revista Ágora**, Vitória, v. 1, n. 23, p. 154-168, jan./jun. 2016.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. Religião e religiosidade na Idade Média. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 27-38, set. 2022.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. Realeza, episcopado e vida religiosa em Portugal: o estabelecimento da Ordem Franciscana (séculos XIII e XIV). **Notandum**, São Paulo, v. 12, n. 21, p. 67-74, set./dez. 2009

MARADO, Catarina Almeida. **Arquitetura mendicante e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos conventuais em Portugal (séc. XIII-XV)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

MARQUES, João Francisco. Franciscanos e Dominicanos confessores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias: espiritualidade e política. *In: **Espiritualidade e Corte em Portugal: séculos XVI a XVIII***. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. p. 53-60.

MARTINS, Douglas de Freitas Almeida. A serviço de uma causa: a hagiografia minorita como uma comunidade emocional e a construção de uma normativa acerca do dinheiro e da pobreza. **Vozes, Pretérito & Devir**, Piauí, v. 13, n. 1, p. 194-208, maio 2021.

MATTOSO, José (Coord.). **História de Portugal**. V. 2 – A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Estampa, 1997.

MEDEIROS, Eduardo Luiz. Lançando Luz em Meio às Trevas: uma análise historiográfica do cristianismo medieval. **Teologia e Espiritualidade**, Curitiba, v. 4, n. 8, p. 119-139, dez. 2018.

MEINERZ, Carla Beatriz. Jogar com a história na sala de aula. *In: GIANCOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Jogos e ensino de história***. 1.ed. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2013. p. 99-116.

MIATELLO, André Luis Pereira. **A representação do espaço urbano na hagiografia medieval franciscana (compilatio assisiensis e memoriale in desiderio animae)**: perspectivas de uma política social mendicante. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

MIATELLO, André Luis Pereira. Francisco de Assis. *In: QUEIROZ, Guilherme de Souza; NASCIMENTO, Renata Cristina de Souza (org.) **Dicionário Cem Fragmentos Biográficos***. A Idade Média em trajetórias. Goiânia: Tempestiva, 2020. p. 361-366.

MIATELLO, André Luis Pereira. Quando o pregador ensina a governar: a literatura política dos frades mendicantes nos reinos ibéricos (séc. XIII). **Revista Diálogos Mediterrânicos**, [S.l.], v. 5, n.1, p. 94-117, dez. 2013.

MICHELAN, Kátia Brasilino. O passado como exemplo nas crônicas medievais portuguesas. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009, p. 1-11.

MIOTTO, Franciele Siqueira. **Os caminhos da fé em Jesuítas: identidade e memórias de ontem e de hoje**. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de História) - Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, PR, 2018.

MOTA, António Brochado da. **Testamentos régios – primeira dinastia: 1109 – 1383**. 2011. 223 f. Dissertação (Mestrado em História Medieval) - Universidade de Lisboa, Portugal, 2011.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. 233 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. A Reconquista Ibérica: a construção de uma ideologia. **Historia, Instituciones e Documentos**, Sevilla, v. 28, n. 1, p. 277-295, 2001.

OLAIA, Inês Sofia Lourenço. **Território e poder entre duas vilas da Estremadura: Aldeia Galega e Alenquer na Idade Média**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2019.

PACHECO, Milton Pedro Dias. Os protomártires do Marrocos da Ordem de São Francisco. **Revista lusófona de ciências das religiões**, Campo Grande, v. 8, n. 15, p. 85-108, 2009.

PACHECO, M. Quando as freiras faziam história: crônicas conventuais, autoria feminina e poder em Portugal no século XVII. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009, p. 1-11.

PALOMO, Federico. Memoria, cultura manuscrita y oralidad en la cronística franciscana portuguesa de la Edad Moderna. **Tempo**, Niterói, v. 22, n. 41, p. 509-532, set./dez. 2016.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso. O Convento de São Francisco do Porto na Idade Média: arquitetura, liturgia e devoção. *In*: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (org.). **Os Franciscanos no mundo Português. Artistas e obras**. Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2009. p. 143-150.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Controvérsias sobre a pobreza: franciscanos e jesuítas e as estratégias de financiamento das missões no Brasil colonial. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 53, p. 27-48, jan./jun. 2014

SANTOS, Edgar Araújo Alves dos. **Franciscanos no Brasil: uma história silenciada**. 2019. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2019.

SANTOS, Núbia dos Santos Rosa Santana dos. Construção de objetos de aprendizagem. *In*: TAROUCO, L. M. R. *et al.* **Objetos de aprendizagem: teoria e prática**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 76-102.

SANTOS, Zulmira C. **A produção historiográfica portuguesa sobre a história religiosa na época moderna: questões e perspectivas**. *Lusitania Sacra*, Lisboa, v. 1, n. 21, p. 249–261, 2009.

SILVA, Victor Augustus Graciotto. Francisco de Assis e a pobreza franciscana: a fundação de um discurso. **História: Questões & Debates**, [S. l.], v. 43, n. 2, 2005.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de. O Nascimento do Reino de Portugal: Uma Perspectiva Nobiliárquica (1096-1157/1300). **Revista Portuguesa de História**, [S. l.], v. 1, n. 44, p. 29-58, 2013.

SOUZA, Bernardo Vasconcelos e. A construção do Portugal Medieval. Poder, território, reino. *In*: TEODORO, Leandro Alves; TACCONI, Ana Paula Tavares Magalhães (org.). **A formação de reinos virtuosos (sécs. XII-XVIII)**. Florianópolis: EdUFSC, 2022. p. 10-31

TACCONI, Ana Paula Magalhães. A Cristandade e os Mortos: o martírio e as relíquias dos mártires do Marrocos (Portugal, Século XIII). *In*: TEODORO, Leandro Alves; TACCONI, Ana Paula Tavares Magalhães (org.). **A formação de reinos virtuosos (sécs. XII-XVIII)**. Florianópolis: EdUFSC, 2022. p. 125-143.

TEIXEIRA, Vitor. Os Frades Menores em Portugal desde 1217. **Archivo Ibero-Americano**, [S. l.], v. 77, n. 284, p. 161-220, jun. 2017.

TERENO, Maria do Céu Simões; MONTEIRO, Maria Filomena. **San Francisco en el arte y en la literatura**. PELÁEZ DEL ROSAL, Manuel (org.). Córdoba: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2020.

TERENO, Maria do Céu Simões; PEREIRA, Marízia M. D.; TERENO, António Vitorino Simões. “Implantação e arquitectura de conventos franciscanos e seu enquadramento paisagístico no distrito de Évora (Portugal)”. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE EL FRANCISCANISMO EN LA PENINSULA IBÉRICA, 3., 2010, Córdoba. **Congresso** [...]. Córdoba: Ediciones El Almendro, 2010, p. 561-584.

THOMSON, Ana Beatriz. Os paradidáticos no ensino de história: “a panaceia de todos os problemas”? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá. **Congresso** [...]. Maringá: UEM, 2015, p. 2345-2356.

THOMSON, Ana Beatriz. Os paradidáticos no ensino de História: ideias e experiências de professores da educação básica. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018.

VASCONCELOS, Éderson José de. Reconquista Ibérica: um oceano de tinta entre a historiografia e a primera cronica General de España. **REVHIST - Revista de História da UEG**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 110-126, jan. 2024.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade da Idade Média Ocidental: Séc. VIII-XIII**. Lisboa: Editora Estampa, 1995.

VIAN, A. C. F. Mudanças nas relações de poder em Portugal na primeira metade do século XIII: causas do fortalecimento do poder real frente ao poder eclesiástico. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: ANPUH, 2009, p. 1-11.

## **APÊNDICE**

Livros - Apresentação dos volumes de 1 ao 5.

Volumes: 1 ao 5

Manual do professor

PODER E RELIGIÃO

UM ESTUDO ACERCA DOS FRANCISCANOS EM  
PORTUGAL NO SÉCULO XIII



GIAN CARLO CAMILO TELLES







# A apresentação

OS 5 VOLUMES DE "PODER E RELIGIÃO" SÃO UMA PROPOSTA AOS PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO QUE ALMEJAM DISCUTIR E TRATAR A IDADE MÉDIA DE FORMA DIFERENTE EM SALA DE AULA, APRESENTANDO UM MEDIEVO DIVERSO, ONDE O ESPAÇO IBÉRICO SE DESTACA.

ENTENDENDO O MEDIEVO PÓS SÉCULO XIII ENQUANTO PERÍODO DE EFERVESCÊNCIA RELIGIOSA, ESSES 5 LIVROS DESTACAM A GRANDE INFLUÊNCIA CRISTÃ NO COTIDIANO LUSITANO MEDIEVAL, MESMO QUE PARTA DE ORDENS MENDICANTES QUE ABDICAM DO PODER E DA RIQUEZA, COMO POR EXEMPLO OS FRANCISCANOS, GRUPO DE ANÁLISE DA PRESENTE PROPOSTA. DESTA FORMA, ATRAVÉS DO ESTABELECIMENTO DOS FRANCISCANOS EM PORTUGAL NO SÉCULO XIII, ILUSTRADO POR MANOEL DA ESPERANÇA EM HISTÓRIA SERÁFICA (1565), FONTE PRIMÁRIA DO ESTUDO, SERÁ POSSÍVEL COMPREENDER NÃO SOMENTE A ATUAÇÃO DO RELIGIOSO NO CAMPO POLÍTICO, MAS SOBRETUDO PODERÁ ANALISAR JUNTO AOS ALUNOS O CONTEXTO MEDIEVO DO SÉCULO XIII E A HISTÓRIA DE PORTUGAL ENQUANTO REINO RECÉM INDEPENDENTE.

O ESTUDO É FRUTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GIAN CARLO CAMILO TELLES, ESTUDANTE DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA IBÉRICA (UNIFAL-MG), COM ORIENTAÇÃO DE DENISE DA SILVA MENEZES DO NASCIMENTO (UFJF).

Para tornar a discussão mais didática e reflexiva, no final de cada livro o professor encontrará propostas de atividades para trabalhar em sala de aula em relação ao tema. Destaca-se também que para reforçar a análise do político e religioso ainda muito presente no nosso contexto brasileiro a última cartilha apresentará uma discussão dessa problemática e uma proposta que envolve a história local, gerando o questionamento dos alunos sobre os aspectos atuais de seu cotidiano.



Volume 1

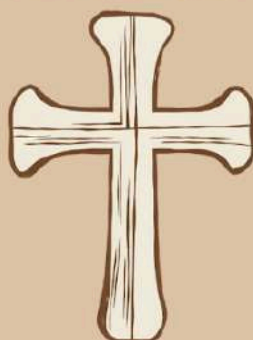


# Religiosidade medieval

Século. XII e XIII:

## PODER E RELIGIÃO

UM ESTUDO ACERCA DOS FRANCISCANOS EM  
PORTUGAL NO SÉCULO XIII



GIAN CARLO CAMILO TELLES



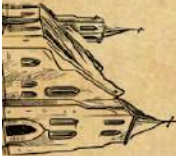
# Religiosidade Medieval



Séculos  
XII e XIII



O período medieval além de ter desenvolvido saberes e estruturas de variadas áreas, como a arquitetura e as universidades, que atravessaram a própria Idade Moderna, houve também articulações de variados sujeitos que alteraram constantemente aspectos de alguns campos da sociedade medieval em seus cenários e contextos distintos, por exemplo, como veremos a seguir, no século XIII, gerando em um período dinâmico.



Um dos maiores exemplos de sujeitos e grupos que articularam a fé cristã medieval de diversas maneiras são as Ordens religiosas mendicantes, como os franciscanos.

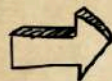
Século XIII? Ordens religiosas? Franciscanos? Explique mais sobre esse contexto.



## Século XIII: contextualização



Após o século XI a população da Europa Ocidental sofreu e mobilizou constantes transformações nos modos de vivência e mentalidade, resultando, por sua vez, em elementos que fizeram dos posteriores séculos XII e XIII um período de fortes dinâmicas sociais, na qual a cidade se apresentava como grande polo de trocas comerciais e intelectuais.



Um dos principais elementos que contribuíram para essa transformação foi a mudança da **atividade agrícola** realizada pela população.



Utilização de novas ferramentas, como charrua e aiveca, e maior adoção de materiais de ferro.

A agricultura em áreas menores, controladas por um senhor e trabalhadas principalmente por servos.



Por conta desses dois e de outros elementos houve um crescimento significativo na produção e no cultivo nessas áreas mais delimitadas e extensas, gerando de forma negativa inúmeros desmatamentos, porém também permitindo uma maior variedade de produtos e um número de alimentos superior para suprir esta grande população.

Causada também pela diminuição das doenças e pelo aumento da qualidade de vida frente à essa questão agrícola e o desenvolvimento das cidades.



Aumento da densidade demográfica



## Como ocorreu o desenvolvimento das cidades?

Junto a chamativa melhora na produção de alimento, a população com objetivo de não pagar mais impostos aos senhores feudais e procurando maior segurança (de vida e de trabalho) migra do campo para a cidade, transformando esta num centro de grande fluxo.



O desenvolvimento comercial que transformou as cidades em centros de trocas comerciais pela grande população ali estabelecida e transitada por lá também gerou a necessidade de recorrer cada vez mais ao uso da moeda, refletindo assim em uma expansão da economia monetária. Logo, o Ocidente medieval dos anos mil foi marcado, como já citado, por um constante fluxo de migrações, seja através das cruzadas, ou pela própria migração rural para o urbano, mas também fortemente pelas trocas comerciais. Porém, através dessa expansão comercial e monetária, a hierarquia social e o distanciamento de renda, e até espiritual, entre pobres e ricos aumentou significativamente.



Então, mesmo o estado de pobreza representar uma situação econômica e social fragilizada, esse elemento foi e é algo fundamental para a espiritualidade cristã nos mais diversos períodos da história da religião. Resgatando a vivência de Jesus e seus apóstolos, em que se aproximavam fortemente dos pobres e mais desfavorecidos, na temporalidade medieval tanto a ação piedosa de ajuda aos pobres, quanto a adesão à pobreza, representavam uma maior aproximação com Cristo e seus santos, seguindo um modelo de perfeição e plenitude.

Porém, nesse contexto a Igreja se enriqueceu cada vez mais. Assim, não somente a riqueza fez os leigos questionarem a atuação da Igreja, como também a própria espiritualidade contemplativa e claustral que os monges exerciam, estando essa vida dedicada ao retiro do mundo exterior e a meditação espiritual, ficou incompatível com o desejo dos leigos por uma atuação religiosa mais ativa. Destaca-se também que somente a elite religiosa tinha participação e conhecimento nos atos da fé, como recitar o pai nosso e orar.

Desta forma, ocorreu um movimento reformador da Igreja através das atuações dos leigos na criação das Ordens mendicantes com o intuito de atuar ativamente na proximidade com Deus.

Vida baseada na renúncia, na ajuda e aproximação com os pobres, tanto dando esmolas, quanto ensinando-os a orarem e passando outros conhecimentos religiosos.

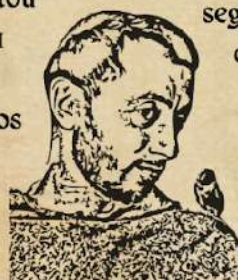


Desse modo, as novas ordens participando do mesmo contexto do desenvolvimento urbano e tendo consciência do nível de pobreza existente, utilizaram das cidades para a evangelização, pregação e cuidados com os pobres e doentes, além do trabalho manual e o exercício da espiritualidade individual, como a penitência e a oração. Assim, as ordens juntam as duas espiritualidades, sendo a primeira a atuação contemplativa dos monges e a segunda o trabalho ativo religioso.

Dentre vários agrupamentos que seguiam esse estilo de vida, presentes já no século XII, os franciscanos foram os primeiros a conseguir aprovação da Igreja de forma verbal, em 1209. Porém, havendo a necessidade de escrever uma regra para aprovação, o criador da ordem Francisco de Assis, escreve uma em 1221 e outra em 1223. Assim, atuando nas cidades a partir da vida apostólica São Francisco e seus seguidores além de ajudar os pobres, tinham contato com os excluídos dessa sociedade, como nômades, prostitutas e leprosos. Logo, essa atuação servia como uma espécie de protesto à riqueza da Igreja do período.

### Quem foi São Francisco?

Giovanni di Pietro di Bernardone, ou São Francisco de Assis, nascido no ano de 1181 ou 1182 em Assis, na Península Itálica, era leigo, filho de uma família de comerciantes. Após abdicar de todos os seus bens e vida mundana (1201/1202), direcionou sua devoção à espiritualidade evangélica e pobre. Francisco não tinha como objetivo fundar uma ordem religiosa, o que mudou após atrair seguidores que passariam a vivenciar sua espiritualidade numa fraternidade. Desta forma, inserido em um contexto de luta contra a heresia, despertou em São Francisco a necessidade de pedir a autorização ao papa Inocêncio III para continuar com o grupo e não serem acusados de hereges, indo para Roma em 1209.



### Por que a Igreja aprovou a ordem?

A mudança no pensamento religioso e o avanço de grupos heréticos que ameaçava a hegemonia católica fez a aprovação e a institucionalização da Ordem franciscana ser realizada através da própria instituição católica que além de utilizar o exemplo de São Francisco como modelo a se seguir, controlava e normatizava os movimentos religiosos da época.



Desta maneira, ao mesmo tempo que a Igreja aprovava determinadas Ordens, perseguia e combatia outras, principalmente através das cruzadas, tornando o século XIII o período do início de novos movimentos religiosos e o extermínio das heresias que, em grande parte, tinham também a vida da pobreza evangélica como modelo a seguir, tendo um dos exemplos Pedro Valdô, acusado de herege mesmo seguindo uma vivência pobre semelhante a de Francisco. Ademais, após aprovar a regra franciscana, dominicana e entre outras, a Igreja instituiu no IV Concílio de Latrão (1215) a não permissão de criação de qualquer outra.



## Reflexões

Então como essa atuação mendicante e especificamente franciscana contribuiu para um entendimento mais aprofundado sobre a idade média e a religiosidade medieval?

Além do elemento cultural medieval e dinâmico nos mais variados aspectos, indo das universidades e suas produções, até a própria reorganização social após o ano mil, sendo algo grandemente significativo para análise, a Idade Média é muito mais complexa e diversificada do que a visão de um período limitado somente a alguns eventos e elementos, havendo mudanças na forma de agir, pensar e se reinventar. Logo, agindo enquanto reformadores, frutos do contexto contemporâneo deles, S. Francisco, S. Domingos, entre outros, demonstram através de suas espiritualidades toda uma rede complexa de elementos presentes na Idade Média que veio da Antiguidade, como o ideal de pobreza, que atravessou a época moderna, como o questionamento da instituição católica, sendo ineficaz a divisão brusca de um período para o outro sem considerar continuidades e transformações.

## Referências e indicações de leitura

- BARBOSA, T. L. . Heresias Medievais e sua Influência Social: sob a repressão da Igreja Cristã do Ocidente - Século XII - XIII. NEARCO; Revista Eletrônica de Antiguidade 2019. ISSN 1982-8713.
- CAMACHO, V. M. . CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA SANTIDADE FRANCISCANA NO INÍCIO DO SÉCULO XIII. ALETHÉIA (GOIÂNIA) , v. 9, p. 23-39, 2014.
- COSTA, A. S. . RELIGIOSIDADE MEDIEVAL E FRANCISCANISMO. VOZES, PRETÉRITO & DEVIR , v. Vol. XIII, p. 194-208, 2021.
- DIAS, Frederico Caetano Pereira da Silva de Portugal. Franciscanos e Dominicanos nos séculos XIII a XV: sociedade e espiritualidade, 2018. Dissertação Mestrado (Mestrado em História), Universidade do Minho, Portugal, 2013.
- DUBY, Georges. O tempo das catedrais. Lisboa: Estampa, 1987.
- LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente medieval. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- MAGALHÃES, ANA PAULA TAVARES ; A Ordem Franciscana e a sociedade cristã: centro, periferia e controvérsia. Revista Ágora (Vitória) , v. 23, p. 154-168, 2016.
- MAGALHÃES, A.P.T. ; Os Franciscanos e a Igreja na Idade Média: A Arbor vitae crucifixae Iesu de Umberto de Casale. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2016. v. 1. 334p .
- MAGALHÃES, ANA PAULA TAVARES ; Religião e religiosidade na Idade Média. MOSAICO (GOIÂNIA) , v. 2, p. 27-38, 2022.
- MEDEIROS, Eduardo Luiz . Lançando Luz em Meio às Trevas: Uma análise historiográfica do cristianismo medieval. Teologia e Espiritualidade , v. 4, p. 119-139, 2018.
- VAUCHEZ, André. A espiritualidade da Idade Média Ocidental; Séc. VIII-XIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

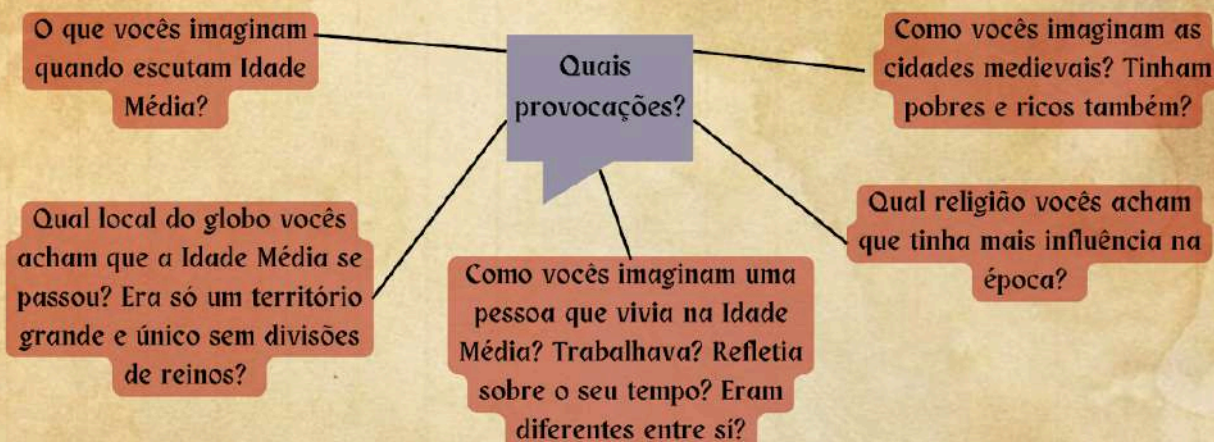


## Explorando a Idade Média em sala de aula

### Ideias para discutir o conteúdo

Primeiramente dialogar com os alunos acerca da visão que temos sobre Idade Média através de um mapa mental feito na lousa. O mapa será construído a partir das respostas faladas pelos alunos, fruto das provocações realizadas pelo professor.





Tal exercício é importante, pois além de dialogar com o aluno, tornando a aula um momento de conversa e construção mútua, fará o professor entender o conhecimento que a sala tem sobre o período, a percepção deles sobre tempo e espaço, e principalmente a partir do mapa mental já discutir temas acerca da diversidade e dinamicidade do período medieval, mostrando os vários séculos de história e o território vasto pertencente ao tema.

Após a discussão, pode-se destacar a pluralidade de sujeitos e as transformações ocorridas na sociedade a partir dos aspectos do período, sendo o Cristianismo e suas atuações um dos elementos que ilustraram a mobilização de vários indivíduos acerca de seus interesses religiosos como parte de um protesto indireto, como S. Francisco e os franciscanos.

### Fonte em sala de aula

Uma outra ideia para o professor que deseja tratar do tema em sala de aula é o uso de fontes e sua análise realizada pelos alunos. Tal atividade é significativa pois além de tornar a aula mais dinâmica, faz o aluno refletir e entender o que é fonte histórica e como ocorre o trabalho do historiador, isso, é claro, com as orientações do docente.

A obra "A morte do Usurário e do Mendigo", de Gautier de Coincy (1177-1230), presente na próxima página, pode ser utilizada como fonte para tratar dos temas aqui discutidos, como a pobreza e a riqueza medieval. A análise pode ser feita em grupos em sala de aula em que cada um irá analisar as características da fonte e sua produção, como: quem pintou, em qual ano, quais elementos presentes, o que representa a imagem e entre outras pontuações. No fim o professor poderá discutir a fonte apresentando a análise e ouvindo as interpretações dos alunos.

### Dica

Tanto a imagem e a análise a seguir foram retirados do site "Idade Média na escola" organizado pela professora Dra. Edlene Silva (UnB), sendo um importante repositório para o professor que irá tratar de Idade Média, tendo planos de aulas, fontes históricas, vídeos e entre outros. Para ter acesso ao restante da análise e outras realizações acessar:

<https://www.idademedianaescola.com.br/>



A "Morte do Usurário e do Mendigo". Gautier de Coincy (1177-1236). *La Vie et miracles de Notre-Dame* (1260-1270). VORONOVA, Tamara; STERLIGOV, Andrei. *Manuscrits enluminés occidentaux VIII-XVI siècles à la Bibliothèque nationale de Russie de Saint-Petersbourg*. England/Russie: Parkston/ Edits, D'Art Aurora/Parkstone, 1996, p.69

A imagem em tamanho ideal para impressão e uso está disponibilizado no site dos livros.

#### Análise retirada do site:

"A imagem retrata dois momentos distintos: a morte do usurário e a do mendigo. O primeiro quadro (acima, à esquerda) representa a morte do usurário. Observa-se que seu leito de morte é ricamente ornado. O moribundo está coberto por uma fina estampa xadrez, com um rico travesseiro colorido a lhe amparar a cabeça, aludindo à riqueza. O quadro (acima, à direita) representa a morte do mendigo, mostrando-o com um cobertor esfarrapado, aludindo à pobreza. O usurário conta com a presença de um clérigo que lhe toma a mão, o que parece simbolizar a extrema unção. Já o mendigo tem a presença de um monge franciscano, símbolo de pobreza e humildade no medievo. Em seu leito de morte, o pobre vislumbra a Virgem Maria e os Santos e Santas (acima, à direita). Seu olhar de regozijo se dirige ao clérigo, que roga pela alma do morto. A seguir, abaixo e à direita, o clérigo de joelhos agradece a Virgem Maria pela graça concedida, mostrando sua fé pela redenção da alma do mendigo. Nessa cena, diferentemente da do usurário, o mendigo

não aparece, pois sua vida de humildade, devoção ao mundo espiritual e o cultivo das virtudes lhe garantiram uma passagem para o Paraíso. Por sua vez, o usurário (acima, à esquerda), demonstra agonia simbolizada pelo rosto desfigurado e gordo. A gordura representa as consequências da usura e da avareza. A usura era condenada e considerada um crime e um pecado na Idade Média, sendo concebida como "a mãe de todos os vícios", um lucro vergonhoso que era adquirido pelo ócio e pela exploração do trabalho do devedor, um roubo que corrompia os cristãos. Cercado pelos que aguardam sua morte para serem agraciados com seus bens, o usurário é levado para o inferno por três diabos com chifres e patas de bode que investem com foices com duas lâminas contra a cabeça do moribundo, acentuando a dor e o sofrimento. Para o imaginário cristão, os diabos causam tanto desregramento ao corpo social que, na imagem, o contorno de seus corpos ultrapassa a linha do quadro. De acordo com o pensamento cristão, o morto usurário não tem direito a uma sepultura cristã, porque pecou contra Deus. Não escapará do inferno, ainda que tenha acreditado que, com seus bens, compraria a intercessão da Igreja depois de sua morte, pois o usurário é visto como, antes de ser a presa eterna do diabo, seu amigo terrestre, seu protegido na vida material. Por fim, percebem-se na imagem dois tempos distintos: enquanto o usurário ainda está sendo levado pelos diabos, o mendigo já partiu para o Paraíso. A recompensa pela vida virtuosa vem mais rápida; a punição pela vida pecaminosa é sempre lenta, como deve ser o suplício."

A fonte, juntamente com a análise, se mostram como muito pertinentes para o tema tratado nesse volume pois expõe essa relação da pobreza e riqueza, abrindo margem para discutir o contexto religioso medieval pós ano mil, a mentalidade de pecado e perdão da época, a autoridade católica e a formação das ordens mendicantes com objetivos apostólicos, como os franciscanos. Além disso, a relação do conteúdo com o tempo atual é marcadamente visível também, podendo discutir temas como desigualdade social e a influência religiosa, tema do último volume da coleção.

## Proposta de atividade - Jogo da memória dinâmico

### Passo a passo da atividade

1. A atividade consiste em um jogo da memória tradicional de junção de duas cartas iguais. Porém, cada vez que um grupo conseguir juntar uma dupla de cartas eles terão que discutir sobre o tema das cartas. Por exemplo: carta de S. Francisco - "foi o criador da Ordem franciscana". Se a resposta for certa o grupo pode jogar novamente.
2. Forme grupos a depender do número de alunos;
3. No estilo de campeonato cada grupo irá jogar contra outro, gerando no final um vencedor. Todavia, o fato de vencer não importa para a atividade, é somente um incentivador para os alunos. Ademais, nas respostas dos alunos em relação as cartas, considere o entendimento dele de forma geral e reflexiva, sem querer algo exato.

**Mas onde fica o aspecto dinâmico da atividade? Não vai acabar reforçando a equivocada educação memorialística sem reflexão?**

No final do campeonato, cada grupo escolherá uma das cartas do jogo, e respectivamente os temas nelas tratadas. Logo, na mesma aula ou na próxima o professor produzirá uma oficina criativa em que cada grupo desenvolverá um desenho, música, teatro e entre outros trabalhos acerca do conteúdo da carta.

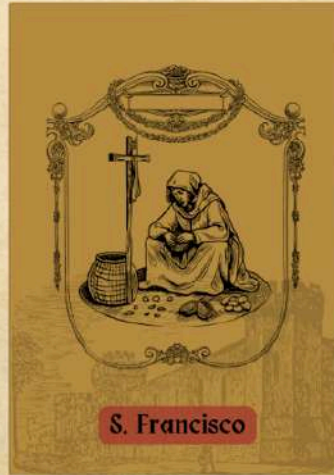
Os temas das cartas são bem próximos de forma proposital para todos os grupos dialogarem, se ajudarem e complementarem a discussão no ato da produção.



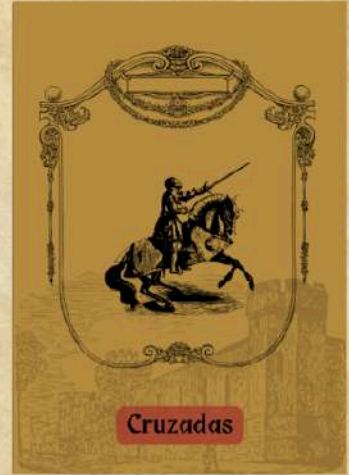
Capa da carta



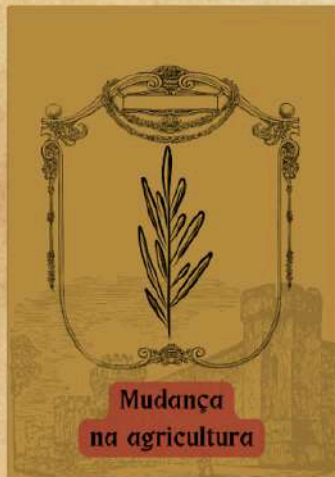
Cartas:



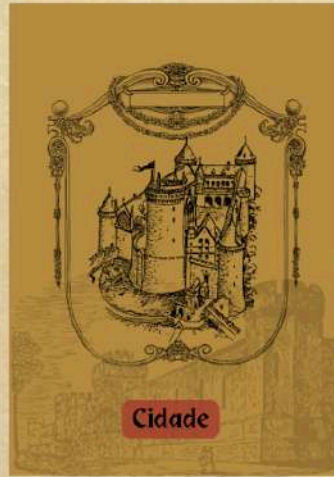
S. Francisco



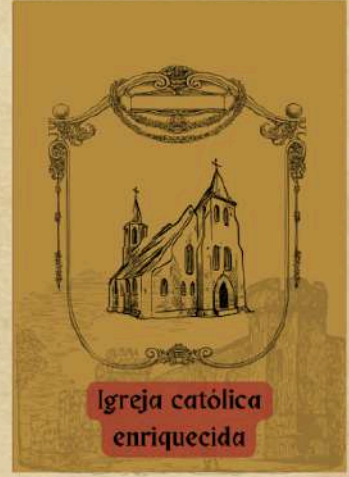
Cruzadas



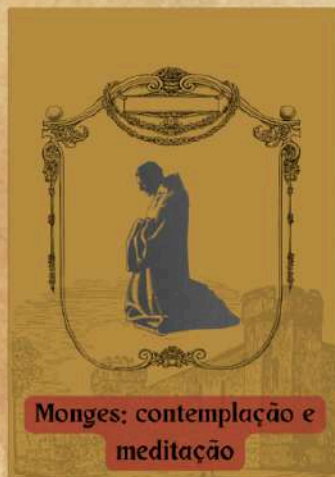
Mudança na agricultura



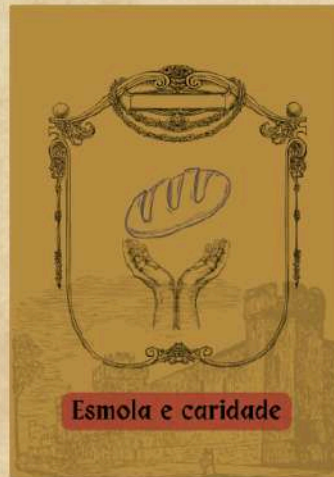
Cidade



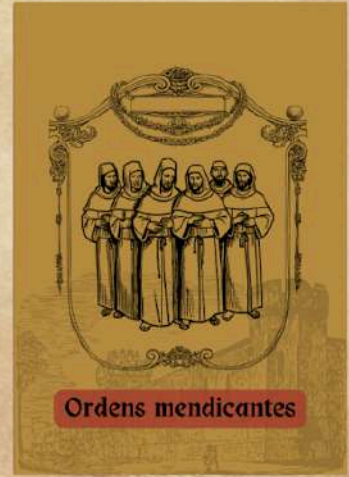
Igreja católica enriquecida



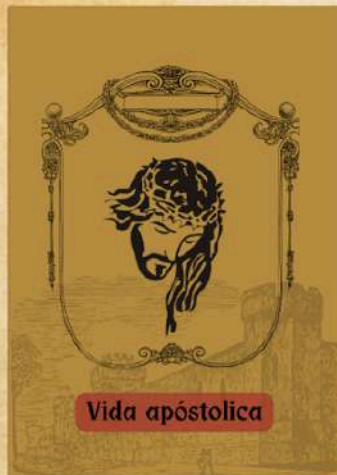
Monges: contemplação e meditação



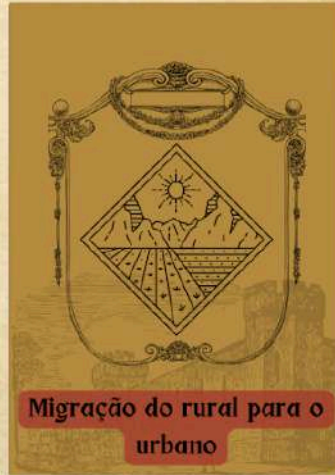
Esmola e caridade



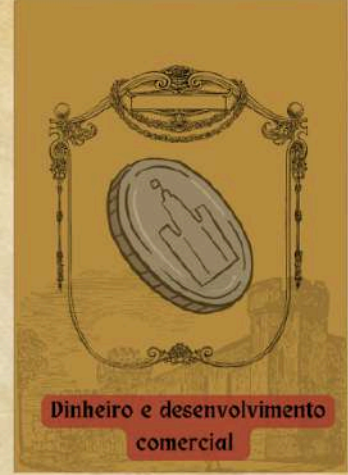
Ordens mendicantes



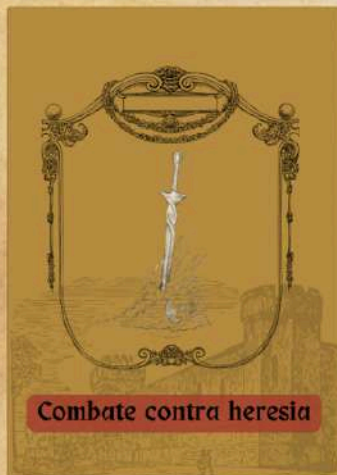
Vida apóstolica



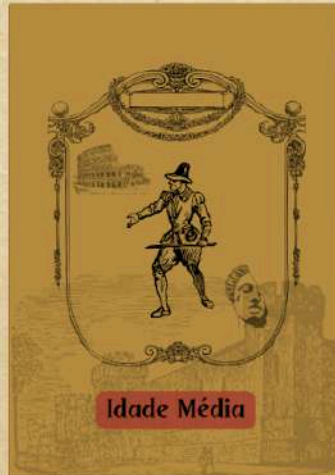
Migração do rural para o urbano



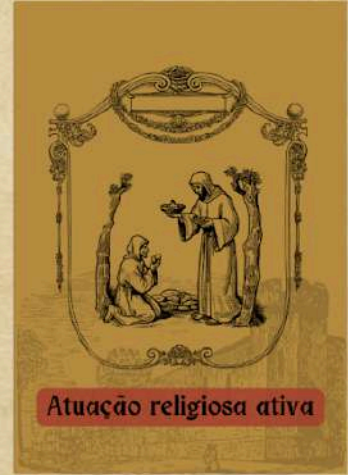
Dinheiro e desenvolvimento comercial



Combate contra heresia



Idade Média



Atuação religiosa ativa

### Como fazer?



Imprimir as cartas no papel cartão ou cartolina e cortar ou cortar papelão, imprimir as cartas na folha de sulfite e colar. Lembrando sempre de imprimir as cartas duas vezes para poder juntar as duplas na hora do jogo. Para melhor impressão das cartas, estará disponibilizado no site dos livros um documento somente com os elementos de impressão do jogo.

E-mails de contato:

[gian.telles@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:gian.telles@sou.unifal-mg.edu.br),  
[giancartelless@gmail.com](mailto:giancartelless@gmail.com) ou  
[denise.nascimento@ufjf.br](mailto:denise.nascimento@ufjf.br)

**Bom trabalho!**

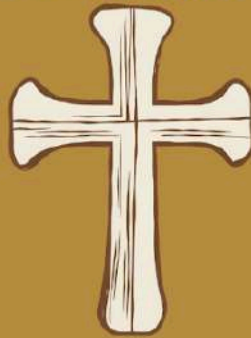
Volume 2



Península Ibérica  
medieval:

PODER E RELIGIÃO

UM ESTUDO ACERCA DOS FRANCISCANOS EM  
PORTUGAL NO SÉCULO XIII



GIAN CARLO CAMILO TELLES



# Península Ibérica Medieval

História  
De  
Portugal



Composto pelo território que hoje forma os países Portugal e Espanha, a Península Ibérica medieval representou um espaço de diversos conflitos e inúmeras trocas culturais, vivendo em um mesmo local os muçulmanos, cristãos, judeus, e outros povos no decorrer dos séculos.



Península Ibérica



O Islã - que tem como fundador o profeta Muhammad Ibn Abdallah, Maomé - a partir do século VIII se expande sobre a Península Ibérica. Nessa região teremos, portanto, a coexistência de judeus, cristãos e muçulmanos num complexo de relações em que observamos períodos de maior ou menor tolerância e momentos de tensões e perseguições. Esse território, chamado de Al-Andalus, contribuiu, por conta dessa dinâmica, para significativos intercâmbios culturais nos campos arquitetônicos, intelectuais e de linguagem, tornando perceptível as influências árabes em todo território ibérico e, mais tarde, na América portuguesa.

Porém, entre o fim do século IX e início do XI a força cristã, especialmente ibérica, com o auxílio de reinos europeus vizinhos, começa a combater os muçulmanos, expandindo seu território. Esse período foi chamado de reconquista.

Reconquista? O território que os muçulmanos estavam eram dos cristãos desde quando?



A própria ideia de Reconquista não aparecia nas fontes escritas até início do século X e segundo alguns historiadores, como Éderson Vasconcelos (2024), os contemporâneos medievais não tinham consciência de estarem conquistando algo que havia perdido, mas sim queriam somente proteção e vencerem os inimigos da fé cristã. Assim, o termo foi um projeto cristão e um conceito construído historiograficamente para legitimar a luta contra os muçulmanos através do resgate de algo que julgavam pertencer aos reinos cristãos, passando o cristão a ser representado como o guerreiro que de forma legítima combate violentamente a posse e a invasão dos territórios pertencidos a eles frente aos infiéis, ignorando assim a relação dinâmica que existiu em muitos momentos entre os muçulmanos e cristãos ibéricos.

Mas como Portugal e Espanha conseguiram combater os muçulmanos e construir reinos? Poderia exemplificar essa dinâmica ibérica através da história de um dos reinos?





## Portugal independente: séculos XII e XIII



A procura pela data oficial do “nascimento” de Portugal representou um elemento muito significativo para a historiografia portuguesa que debatia, em muitos momentos, a “Fundação da Nacionalidade” através de apenas uma data ou batalha, ignorando assim todo o longo processo de independência lusitana que foi composta de vários elementos e eventos. Algo, por sua vez, essencial para a compreensão das articulações e organizações dos reis e do território português ao longo, por exemplo, do século XIII.

### História de Portugal



Península Ibérica: século XII

No século XII Portugal englobava os antigos condados de Portucale e de Coimbra. Sendo o Condado Portucaleense dado por Afonso VI de Leão e Castela em 1096 a Henrique de Borgonha após o seu casamento com Teresa, filha do monarca, com objetivo de intensificar a defesa dessa área do Ocidente frente a força muçulmana.

Após a morte de Henrique, em 1112, a coroa é passada para a viúva Teresa. Porém, logo de início, a nobreza fica descontente com sua postura por conta da aliança e aproximação política e familiar que ela estabeleceu com uma das mais significativas linhagens da nobreza galega, chamada os Trava, ocorrendo diversos embates.

Nesse mesmo contexto quem crescia era Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha e de Teresa, sob influência de uma das famílias portucaleenses mais poderosas localmente e que criticava fortemente a relação da rainha com os Trava. Por consequência dessa influência e por ser figura de sangue real, sendo neto do rei Afonso VI de Leão e Castela, Afonso Henriques se torna o maior representante do confronto com Dona Teresa.

Desta forma, com o apoio de diversos castelos e nobres, Afonso Henriques derrota sua mãe e seus aliados galegos em 1128 na chamada batalha de São Mamede, passando agora a governar o Condado Portucaleense. O futuro rei assim muda-se em 1131 para Coimbra, no extremo sul do condado, com o objetivo de demonstrar a não dependência dele para com os seus aliados na batalha e principalmente usa deste local para melhor atacar os territórios sob controle dos muçulmanos, algo intensificado no final da década de 1130.



Dentre os diversos conflitos destaca-se o confronto entre o exército de D. Afonso Henriques e os muçulmanos comandados por cinco reis, ocorrido em 25 de julho de 1139 provavelmente no local intitulado de Ourique, no Alentejo. Este conflito, chamado posteriormente de batalha de Ourique, em que D. Afonso ao vencer se autoproclama Rei de Portugal, foi alvo da criação de uma das maiores lendas lusitanas. Acredita-se na aparição de Jesus Cristo ao primeiro monarca, firmando não somente seu sucesso na batalha, mas a segurança do reino que nasceria.



Porém, mesmo se intitulado rei em 1139 após a batalha, somente em 1143, na cidade de Zamora, Afonso VII, rei de Leão e Castela, o reconheceu como rei. Além disso, em 1179 o Papa Alexandre III admitiu não apenas Henriques como monarca, mas também Portugal como reino através da Bula Manifestis Probatum.



Assim, Afonso Henriques instituiu e construiu através do caráter guerreiro a consolidação terrena do reino e o desenvolvimento das futuras cidades a partir dos projetos de povoações, tornando as cidades conquistadas em espaços urbanos de grande fluxo e trocas em que se tornará o cenário principal da atuação religiosa franciscana.

Entretanto, o contato com os muçulmanos não se esgotaram nesse momento. Além de outros confrontos ocorridos e contatos constantes de migrações, religiosos como os franciscanos se esforçaram na evangelização desses povos, ocorrendo a ida para o norte da África, região islamizada, para se instalarem.

Nesse contexto destaca 5 mártires de Marrocos (Berardo, Pedro, Otão, Acúrsio e Adjuto) evangelizadores, que foram martirizados em 1220, fazendo com que se tornassem grande figuras religiosas a se inspirar e seguir.

**Mas porque desses projetos de povoamento dos territórios? E como o rei organizou e doou os privilégios da nobreza e clero lusitano nesses novos locais?**

Esse projeto de povoamento das áreas tomadas era fundamental frente a pressão muçulmana ainda no território. Ou seja, uma vez conquistado, era inevitável estabelecer no território tanto a força guerreira, quanto a população em geral, para firmar a tomada da cidade e não ocorrer outra perda do local.

Nessa ação de distribuição de cargos e terras para a nobreza e o clero exercidos pelo Rei fez com que a influência e o poder local dessas figuras fossem grandes e se tornassem isentos de grande parte das ações da coroa. Tal postura gerou nos futuros reinados do século XIII diversos conflitos e embates, impactando até a instalação dos franciscanos em variadas cidades.

A guerra e o povoamento dos territórios era algo significativo também para a Igreja, pois contribuía para a ampliação da Cristandade. Porém, em muitos reinados, quando a organização do território conquistado entrava em pauta, assim como assuntos de jurisdição e privilégios, os interesses da Igreja batiam de frente com os objetivos do rei, gerando inúmeros embates.

Nesse contexto o rei deveria obedecer às Ordens do Papa e ao clero para que, junto com o clero, pudessem zelar pelo bem dos fieis, algo, se contrariado, passível de excomunhão e deposição. Além dessa postura, o monarca com objetivo de evitar conflitos sociais também se esforçava em administrar os interesses de cada grupo. Demonstrando assim o jogo de interdependência entre o rei e diferentes grupos da sociedade lusitana medieval.



Todavia, mesmo frente aos inúmeros conflitos por consequência das limitações dessa governança que o poder religioso impunha, havendo a excomunhão do monarca, o rei ao chegar perto de sua morte pedia perdão de seus pecados e obedecia as normas do Papa, para assim morrer em paz.

Essa postura pode ser vista logo no 2º rei de Portugal, D. Sancho I (1185-1211), no qual, com o objetivo de consolidar e organizar o território do reino mais fortemente, o rei não somente teve mais controle das atuações da nobreza e clero, como também diminuiu a influência de ambos. Porém, próximo de sua morte, Sancho I cumpre as determinações papais e em seu testamento de 1209 favorece a Igreja, fazendo que a paz reine. Ainda neste caminho, determina o trono a seu filho D. Afonso (Afonso II) e deixa vários bens móveis e imóveis aos restantes de seus filhos, chamados de infantas.



Assim, Afonso II, terceiro rei de Portugal, também demonstrou o desejo de fortalecer a coroa através da diminuição da influência da nobreza e do clero de forma mais sistemática.

Desta maneira, além de repartir o reino para suas filhas D. Mafalda (1200-1257), D. Teresa (1176-1250) e D. Sancha (1180-1229), fazendo-as "donas" de várias vilas, o rei Sancho I também distribuiu variados privilégios a nobreza e Igreja, algo que gerará descontentamento de D. Afonso II pois contribuía para a fragilização da posição fiscal e administrativa da coroa.

E foi através desse desejo e de sua atuação que o seu governo foi analisado como um dos primeiros ensaios de centralização de poder em termos jurídicos vistos na Idade Média.

Todavia, essa discussão de "centralidade precoce" medieval está envolta em uma teoria historiográfica do século XIX em que além de tratar o poder centralizado como melhor forma de governança, identificava o período medieval como um momento de "maus governos" por causa da "contaminação" que o rei deixava sofrer pelos interesses da nobreza e clero. Porém, além de ser um argumento generalizado e simplista, sabe-se que o rei medieval não governava sozinho, necessitando sempre da ajuda da nobreza e do clero, grupos que eram essenciais para diversas articulações, como a questão territorial de povoamento e proteção de locais, como já vimos.

E por consequência disso diversas localidades tinham membros do clero ou da nobreza como grande autoridade local. Desta maneira, alguns religiosos, como os franciscanos, ao acessarem os espaços urbanos tiveram que enfrentar o domínio dessas figuras de algumas cidades, como o caso de Guimarães que será apresentado no próximo livro.

**Ok, mas onde entram os franciscanos de forma aprofundada nessa discussão de governo, povoamento e conflito entre poderes nos primeiros anos de Portugal independente?**

Livro 3.

## Referências e indicações de leitura

- CAIXETA, E. M. . O ensino-aprendizagem de história ibérica medieval: a consciência histórica dos alunos acerca da influência cultural árabe no Brasil. 2019. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- COELHO, MARIA FILOMENA PINTO DA COSTA . A centralização do poder em Portugal: 'uma tragédia ou epopeia que começou cedo'. REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS . v. 83, p. 24-40, 2022.
- COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média portuguesa. Reflexões historiográficas. In: NEMI, A.; ALMEIDA, N.; PINHEIRO, R. (Org.). A construção da narrativa histórica (séc. XIX-XX). Campinas: Ed.Unicamp/ FAP-UNIFESP. 2014. p. 39-62.
- COSTA, Rodrigo Franco da. A batalha de Ourique e a construção da identidade portuguesa; de Fernão Lopes à Luís de camões. Medievalis, v. 5, p. 140-160, 2014.
- FITZ, Francisco Garcia. En el nombre de Dios; la ideología de la guerra en la Península Ibérica medieval: siglos XI-XIII. Revista de História das Ideias. Vol. 30 (2009).
- INGLÊS FONTES, João Luís; Andrade, Maria Filomena; Rodrigues, Ana Maria S. A. «Mosteiros e conventos no Portugal Medieval». SVMMA. Revista de Cultures Medievais, 2020, Núm. 15, p. 8-34.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. A Reconquista Ibérica: A Construção de uma ideologia. In: Historia, Instituciones e Documentos, n. 28,p:277-295, 2001.
- MATTOSO, José (Coord.). História de Portugal. V. 2 - A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Estampa, 1997.
- RUCQUOI, Adeline. História Medieval da Península Ibérica. Lisboa: Estampa, 1995.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de. O Nascimento do Reino de Portugal; Uma Perspectiva Nobiliárquica (1096-1157/1300). Revista Portuguesa de História, t. XLIV, p. 29-58, 2013. ISSN 0870.4147.
- SOUZA, Bernardo Vasconcelos e. A construção do Portugal Medieval. Poder, território, reino. In: TEODORO, Leandro Alves; TACCONI, Ana Paula Tavares Magalhães (orgs.). A formação de reinos virtuosos (sécs. XII-XVIII). Florianópolis: EdUFSC, 2022, p. 10-31.
- VASCONCELOS, Éderson José de. Reconquista Ibérica: um oceano de tinta entre a historiografia e a Primera Cronica General de España. REVHIST - Revista de História da UEG. [S. I.], v. 13, n. 1, p. e312404, 2024.
- VIAN, A. C. F. . Mudanças nas relações de poder em Portugal na primeira metade do século XIII: causas do fortalecimento do poder real frente ao poder eclesiástico. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza - CE. Anais do ... Simpósio Nacional de História. Fortaleza-CE: Editora, 2009.
- VIAN, A. C. F. . Realeza x Igreja: questões de poder e governo no Portugal dos séculos XII e XIII. In: ANPUH - São Paulo - Anais do XIX Encontro Regional de História, 2008, São Paulo. Poder, Violência e Exclusão, 2008.



## Explorando Portugal medieval em sala de aula

### Ideias para discutir o conteúdo



Primeiramente deve-se analisar os conhecimentos dos alunos acerca do território Ibérico, apresentando a eles onde fica Portugal e Espanha hoje em dia, assim como o processo de organização dos reinos e povos desde a entrada visigoda, a instalação muçulmana, os reinos de Leão, Castela e entre outros, algo que a utilização de mapas atuais e de cada período pode ajudar.



Algo muito fundamental para o entendimento do conteúdo é introduzir processo histórico do Islão, sua expansão e o tratamento negativo que os cristãos davam a eles, Quebrando assim com a visão negativa em relação aos muçulmanos e mostrando também a estratégia cristã de expansão da cristandade frente a qualquer povo. Para demonstrar esse conflito entre mouro e cristão a fonte histórica se mostra muito pertinente.



Fonte em  
sala de aula



Fonte do site: <<https://ballandalus.wordpress.com/2013/11/23/cantiga-181-from-the-cantigas-de-santa-maria/>>. Acesso em: 23 nov. 2024. Iluminuras Cantiga de Santa Maria, de Alfonso X (Século XIII).

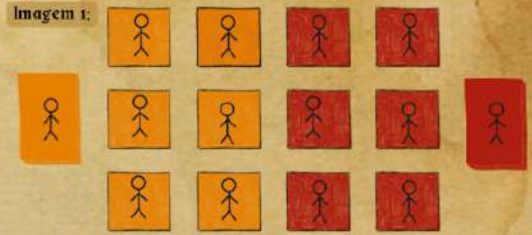
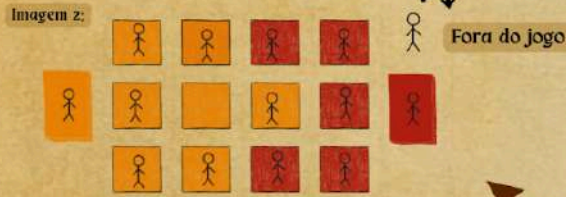
- A imagem em tamanho ideal para impressão e uso está disponibilizado no site dos livros.
- A análise completa da fonte, narrando a história da imagem, se encontra no link do site abaixo da imagem.

Representando a luta entre um exército muçulmano e um exército cristão, essa fonte abre margem para analisarmos temas como as representações de cada um dos povos, a própria guerra por território e a ideia criada de superioridade cristã frente aos muçulmanos que as fontes ibérica do período buscavam solidificar. Como podemos identificar, a obra mostra como um grupo de muçulmanos saem em retiradas e perdem o conflito para outro grupo de muçulmanos com ajuda de cristãos que levam diversos símbolos católicos em seus trajes, bandeiras e armas. Desta forma, no estilo de análise de fonte realizado no livro anterior, o professor pode solicitar aos alunos analisarem: Quais são os exércitos retratados na imagem? Quais símbolos da imagem reforçam isso?; e entre outras perguntas, já introduzindo o tema tratado.

Porém, reconhecendo a possível dificuldade de analisar os dois exércitos na imagem, cabe ao professor dar uma orientação inicial apresentando alguns elementos da fonte e auxiliando os alunos no decorrer da análise. Desta maneira, se apresenta como fundamental dar dicas de que o exército muçulmano está sendo representado pelos homens com lanças e peças de roupas que fazem referência ao oriente médio. Já os cristãos além de portar espada e armadura, também carregam figuras da cristandade, como a cruz.

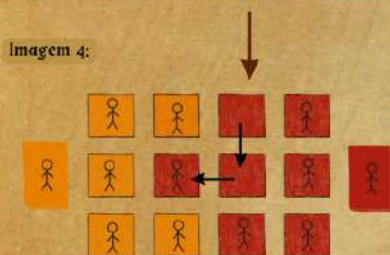
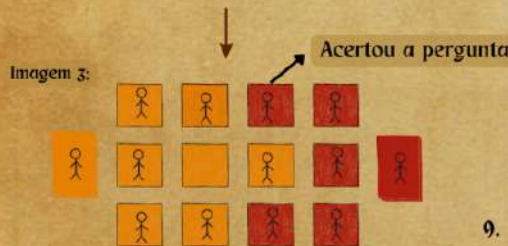
## Proposta de atividade - Jogo "A expansão"

1. Divida a sala em dois grupos: um será os muçulmanos e outro os cristãos.
2. Escolha um lugar espaçoso para o jogo (quadra ou sala de aula mesmo). De preferência um lugar que tenha marcação de quadrado no chão, mas se não houver, o professor poderá marcar cada lugar com uma fita no chão ou outro elemento. Cada quadrado desse representará um território dos cristãos ou dos muçulmanos, mudando isso conforme a expansão de cada um acontecer.
3. Coloque cada aluno em um quadrado relativo ao seu grupo, ficando atrás um aluno que será o rei ou o califa. A posição inicial do jogo será como na imagem 1.



7. Acertado a resposta o grupo tem somente mais uma jogada para acertar e avançar de novo, passando depois para o próximo grupo.

8. Porém, com o decorrer do jogo, alguns territórios estarão vagos após o avanço do grupo, como podemos ver na imagem acima. Desta forma, se o inimigo chegar em um local que apresenta territórios vagos seguidos, ele pode avançar no máximo duas casas. Por exemplo (imagem 3):



9. Logo, assim como já falado, o líder pode escolher conquistar mais uma área inimiga ou mudar um colega para algum local vago do seu território, podendo cada aluno mover-se somente para frente e lado, e não para trás. Por exemplo, se na imagem 3 o grupo amarelo acertou a resposta ao invés do vermelho, o líder pode:



10. Portanto, o objetivo final do jogo é chegar até o território do líder inimigo.

Além de exercitar os temas trabalhados acerca da Idade Média, Península Ibérica medieval e Portugal independente, o aluno também refletirá na prática esse projeto de expansão dos dois grupos históricos e as estratégias, assim como as organizações dos territórios com povoamento que especialmente os monarcas ibéricos faziam, pois uma vez conquistado o território, a necessidade de povoá-lo é grande para o inimigo não reconquistá-lo, assim como aconteceu no jogo. Ademais, as perguntas realizadas ficam a critério e desenvolvimento do professor frente a experiência do tema em cada sala e turma.

E-mails de contato:

gian.telles@sou.unifal-mg.edu.br,  
giancarlo.telles@gmail.com ou  
denise.nascimento@ufjf.br

Bom trabalho!

Volume 3



Estabelecimento dos  
franciscanos em Portugal

PODER E RELIGIÃO

UM ESTUDO ACERCA DOS FRANCISCANOS EM  
PORTUGAL NO SÉCULO XIII



GIAN CARLO CAMILO TELLES



# Franciscanos em Portugal



Portugal  
através dos  
menores

Entre 1216 e 1217 chegam em Portugal 4 frades franciscanos vindos da Itália a mando de São Francisco, criador da Ordem, com vestes e aparência de pobreza e humildade. De nomes Gualter, Zacharias e mais dois que não se sabe ao certo como eram chamados, geraram uma grande comoção na população local. Parte das pessoas sentiram admiração por esses religiosos que buscavam retomar os ideais de pobreza evangélica, porém outra parte tinha horror e desprezo, desconfiando de quem eles realmente poderiam ser.



Essa reação dual das pessoas era consequência de um contexto em que surgiam, junto com a criação das ordens mendicantes, diversos grupos tidos como heréticos. Desta maneira, tendo consciência de tal cenário e não sabendo quem eram os religiosos que chegaram no reino, não somente parte da população estranhou, como o próprio rei quis analisá-los de perto para dar sua permissão de continuar em seu território.

Você sabia?

Alguns escritores relatam que S. Francisco teria feito uma viagem, provavelmente entre 1213 e 1214, da Itália aos reinos da Península Ibérica, destacando principalmente sua passagem em Portugal, que inicialmente tinha como intuito final o martírio em Marrocos. Porém, mesmo não sendo comprovado totalmente, destaca-se que para os historiadores e os franciscanos portugueses essa provável passagem do santo era essencial para legitimar a presença dos menores em Portugal, iniciando o legado lusitano franciscano.

Desta maneira, no momento do encontro dos menores com o monarca, além de mostrarem a carta enviada por São Francisco e a regra da Ordem, a Rainha D. Urraca presente também no local convenceu o rei D. Afonso II não somente a aceitar a Ordem franciscana em Portugal, como também de dar permissão para que se construíssem dois conventos, um em Guimarães e outro em Lisboa.

Após esse evento os franciscanos portugueses construíram um amor grande a rainha. Logo, apoiando-se na divisão de dois em dois, como São Francisco orientou seus seguidores, Frei Gualter e seu companheiro foram para Guimarães, e frei Zacharia e o outro frade para Lisboa. Desta forma, englobando outras cidades como veremos a seguir, a sequência de estabelecimento franciscano nas cidades em Portugal segue tal ordem: Alenquer, Guimarães, Lisboa e Coimbra.

Nessas cidades os menores se estabeleceram em ermidas, hospitais e albergarias apartados das vilas, mas sempre atuando em suas caridades, pregações e trabalhos no ambiente urbano.

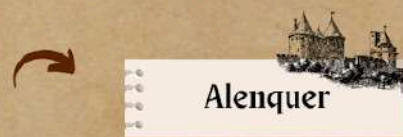
Em muitos casos esses locais instalados foram frutos de doações, principalmente dos monarcas.

Assim, em um cenário de transformações e conflitos políticos e religiosos, os franciscanos conseguiram interligar de forma natural os seus ideais com as novas demandas religiosas da época. Permitindo assim, a aproximação com o poder temporal, ou seja, reis e membros das cortes. Ademais, a instalação franciscana não somente marcou a paisagem urbana portuguesa, impactando o religioso local, como também influenciou todo o social lusitano pela carga e significado político exercido pelos sermões e pregações desses religiosos.



É importante pontuar também que foram os próprios franciscanos os responsáveis pelo desenvolvimento da devoção por S. Francisco em diversos locais que estavam e se estabeleciam. Tal atuação, presente em variadas hagiografias da época, é explicada pelo caráter universal que os menores deram ao fundador, apresentando como um santo não de apenas uma localidade, mas de todas as cidades. Junto a isso, destaca-se também que inicialmente os maiores sucessos da ordem se davam nas cidades menores, atuando mais rapidamente nos trabalhos caritativos e de pregação.

Ok, entendi como os menores tiveram sucesso no reino, mas como ocorreu essa instalação nas primeiras cidades? Da pra conhecer um pouco do Portugal medieval através dessa narrativa mesmo?



Estavam indo então as duas duplas para as respectivas cidades quando frei Zacharias e seu companheiro, a caminho de Lisboa, recebem um recado da irmã do rei, infanta D. Sancha, solicitando que venham visitar e se instalar na vila de Alenquer, onde era senhora e dona, indo então em direção a ela.

Assim, logo após chegarem, foram instados pela infanta na ermida da virgem santa Cathariana que era um pouco distante da vila, porém, mesmo assim, atuaram no trabalho de caridade e pregação para a população. Anos depois, em 1222, D. Sancha cede um paço (conhecida como o local onde as pessoas de poder e o rei moravam em varias localidades) em Alenquer, realizando a mudança dos os menores para lá.



**O fato da Sancha ser senhora de Alenquer esta interligado as doações que D. Sancho I realizou e D. Afonso II discordou, havendo conflitos entre os irmãos? O resultado desse conflito impactou a instalação dos menores na vila?**

À D. Sancha, no segundo testamento de Sancho I em 1210, é concedida o senhorio de Alenquer. Porém, essa doação à filha, juntamente com outras direcionadas aos outros filhos do monarca, resultou em um conflito de D. Afonso II com os irmãos, que

discordava das possessões dadas pelo seu pai, por ser patrimônios da coroa e não algo pessoal que pode distribuir. Dentre os irmãos, apenas Teresa e Sancha se envolveram com o conflito diretamente, pedindo ao Papa a confirmação dos bens, sendo aceita através de uma bula de outubro de 1211. Todavia, o conflito continuou por um período, encerrando com outra intervenção papal.

Logo, a partir dos exemplos dos filhos de D. Sancho I (Afonso II, Sancha e, como veremos, Infante D. Pedro), podemos identificar o impacto significativo que a Ordem franciscana teve em Portugal, no qual de maneira rápida, já nos seus primeiros momentos, tiveram grandes relações e despertaram muita afeição na monarquia portuguesa. Além disso, através da instalação franciscana em Alenquer também foi possível explorar mais profundamente os impactos dos conflitos entre os irmãos em relação as posses do pai, algo que refletirá o poder de Sancha na vila e, conseqüentemente, a recepção dos menores no local pela infanta.



No mesmo ano que frei Zacharias se apresentou e se estabeleceu em Alenquer, em 1216, frei Gualter chegava na vila de Guimarães. Como foi permitido pelo rei, os menores se instaram e fundaram um convento em um pequeno eremitério no local chamado de Vila Verde, perto de Guimarães. Nesta vila, a partir principalmente das atuações

de frei Gualter, os menores ficaram conhecidos pelos auxílios nos hospitais acerca dos cuidados de medicina e serviço com a alma, através de oração e conversas, realizados para com os enfermos.

Sendo assim, os menores que de início geraram estranheza nos moradores, logo ganharam grande afeição e admiração deles, pedindo assim para que viessem para mais perto do muro da vila. Acontecimento esse ocorrido após 55 anos vividos na ermida apartada da vila, ou seja, somente em 1271. Até conseguirem permissão do poder eclesiástico de Guimarães e fosse realizado o benzimento da primeira pedra do novo convento ficaram em uma albergaria (uma espécie de hotel).

Porém, esta nova mudança e a tentativa de criação de um novo convento mais perto da vila foi marcada por tribulações e dificuldades dadas pelo arcebispo de Braga e o deão da vila, influenciando no adiamento do início da construção e sua fundação. Tais atuações extremas, como a proibição de dar esmolas aos menores, continuaram até a intervenção de D. Afonso III (1248-1279), pedindo para que voltassem a vila depois de serem expulsos pelos religiosos. Assim, após vários confrontos, é lançada a primeira pedra do convento de São Francisco de Guimarães em 22 de fevereiro de 1282.



Todavia, além de Guimarães, outras vilas e cidades, como Leiria e Porto, sofreram os mesmos impedimentos do clero na instalação dos menores.

Tais conflitos e atribulações são envoltos num contexto onde os membros do clero tinham medo de perder seus postos de ofício, celebrações e confissões para os menores. Isso em vista o sucesso da ordem no reino nos diversos locais em que se instalavam e passavam.

Se a finalidade de auxiliar a instalação e manutenção do aspecto monástico direcionava para reafirmar a posse e o poder do território recém conquistado, agora o objetivo era consolidar o poder monárquico nos núcleos urbanos através de suas intervenções, organizando e unificando o espaço. Porém, esse objetivo bateu de frente muitas vezes com o poder e a influência já construída da nobreza e o clero em alguns locais, como vimos nesse ultimo caso franciscano.



Com o intuito de cumprir com o prometido e atuar na cidade que D. Afonso II tinha dado permissão para se estabelecerem, frei Zacharias e outros companheiros menores no ano de 1217 partem de Alenquer e chegam em Lisboa para principiar um novo convento português. O lugar escolhido e dado por D. Afonso II para o estabelecimento do convento se chamava "Môte fragofo", espaço esse despovoado na época e apartado da vila, perto do Rio Tejo. Neste mesmo espaço estava presente também a venerada ermida de Nossa Senhora dos Mártires, criada por Afonso Henriques, após conquista Lisboa em 1147, para os cristãos estrangeiros que ajudaram na batalha contra os mouros.

Junto a isso, uma das maiores crônicas que tratam dessa narrativa franciscana, chamada de História Seráfica, escrita por Manoel da Esperança em 1656, relata que no ato de criação dessa ermida o 1º rei português também falou que no território, posteriormente, se criaria um convento que Deus fosse louvado, sendo representado pela ermida e logo após atuada pelos menores Tendo conhecimento disso, o mesmo rei que deu permissão para os menores fundarem um convento em Lisboa neste espaço, ajudou para que corresse as obras. Por sua vez, em 1246 já tinha se principiado uma igreja franciscana maior em Lisboa. Mas, como vamos discutir mais posteriormente, a aproximação da história da Ordem com a história do reino, utilizada por muitos escritores, era algo essencial para reafirmar a importância dos menores no território lusitano no decorrer dos séculos.

**Mas por que seria tão importante juntar a história dos menores com a conquista da cidade de Lisboa? A cidade era muito importante para o reino?**



A instalação dos menores nesse território se torna tão significativo assim pois, destacando o caráter marcante da conquista de Lisboa, seja pela representação das cruzadas e a guerra em si em torno do território, fortalecendo o elemento "reconquistador" dos cristãos Ibéricos, ou seja por um dos pontos definidores para Afonso Henriques ser reconhecido como rei pelo Papa através das análises de seus feitos, a cidade se torna uma área excepcional para a construção da identidade portuguesa em termos historiográficos.

É fundamental destacar também que a criação de ermida está inserida em um contexto bem maior de fixação do território. Assim, após a conquista de Lisboa, dominada pelos muçulmanos desde 719, em um esforço para povoar, estabelecer prontamente instituições de poder no reino e dedicar elementos aos mortos no momento da tomada do território, D. Afonso Henriques funda uma ermida dedicada à Virgem e ao mártir São Vicente, no caminho para uma das saídas mais percorridas da cidade, edificando posteriormente um mosteiro de cônegos regrantes. Juntamente a isso, funda também, como já citado, a Ermida dos mártires, sendo doada anos depois por D. Afonso II aos menores para se estabelecerem na cidade.

Ainda assim, o estabelecimento franciscano em Lisboa na ermida não se insere em um contexto em que o território já estava definido e sem conflitos. Logo, a instalação dos menores além de beber do desenvolvimento da cidade em termos econômicos e urbanos, também coincide com um momento significativo para a consolidação de Lisboa no recém reino independente, sendo ela: a conquista de Alcácer do Sal. A cidade ficava perto de Lisboa e era controlada também pelos muçulmanos, sendo utilizada como um local estratégico comercialmente e territorialmente para eles. Desta forma, tendo o aspecto urbano como algo essencial para atuação franciscana, a conquista, desenvolvimento urbano e povoamento realizados pelos primeiros monarcas nesse contexto influenciaram diretamente um maior dinamismo no estabelecimento e na atuação pregadora e caritativa mendicantes dos menores.

À vista de todos esses elementos e da narrativa apresentada acerca da instalação franciscana, Esperança utilizando da história de Afonso Henriques ter, no momento da fundação da Ermida, falado que no mesmo espaço se criaria um convento, sendo contemplado pelos franciscanos, mostra aos leitores que ele acredita que o legado dos menores e seu estabelecimento em Portugal já tinha sido escrito desde os tempos do primeiro rei português, mesmo antes da Ordem ter sido ainda formada.

Diversos fatores, como a perda de documentos ao longo do tempo - causadas, por exemplo, em função das inúmeras inundações que o convento sofreu - dificultam a escrita da história do convento de São Francisco de Coimbra.



Coimbra



Porém, felizmente pelas documentações presentes no mosteiro das clarissas - ramo feminino dos franciscanos - sabemos, por exemplo, que Santo Antonio iniciou o noviciado em 1220.

O sítio que lhes foi dado para a fundação do primeiro convento em Coimbra, concedido por D. Afonso II, era uma ermida de Santo Antão Abade, tendo uma distância referente a quatro léguas da vila, sendo um lugar pobre e pequeno. Assim, mesmo sendo pequeno e humilde, o convento franciscano de Coimbra antes de mudarem de lugar em 1247 não somente atuou significativamente em seus trabalhos caritativos, como também recebeu religiosos muito conhecidos, como Santo Antônio de Lisboa e os 5 mártires franciscanos.

Os 5 mártires Franciscanos de Marrocos e Antônio de Lisboa.



Com desejo de expandir a Ordem para outros territórios e atuar na evangelização, S. Francisco envia da Itália em direção a Marrocos, entre Maio e Junho de 1219, um grupo de frades, sendo eles: Bernardo de Carbio (natural de Carbio, conhecido pelo dom da pregação e conhecedor da língua árabe), frei Pedro de Santo Geminiano (diácono e natural de Geminiano), frei Acursio e frei Adjunto, ambos frades leigos, frei Otto (sacerdote) e frei Vital (sacerdote e pregador) que não continuou a viagem por ter ficado adoecido quando passaram por Aragão.

Ao chegarem em Portugal no ano de 1220, na cidade de Coimbra, foram recebidos pela rainha D. Urraca e se acomodaram temporariamente no hospício do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Acredita-se que foi nessa estadia que os menores tiveram contato com o monge agostinho Fernando Martins de Bulhões, o futuro Santo António de Lisboa. Após passarem por Coimbra e outras cidades portuguesas foram em direção a marrocos, passando por Sevilha.

Em Sevilha continuam suas pregações. E após pregarem numa mesquita, como punição, são enviados para o Marrocos. Dom Pedro Fernandez de Castro, um nobre castelhano, tomando conhecimento do sucedido, rapidamente se disponibilizou para os acompanhar, entregando-lhes ao o Infante Dom Pedro, irmão do rei D. Afonso II, que estava no território neste momento, recebendo-os com grande devoção.



A cidade que o infante estava e acolheu os cinco frades franciscanos chama a cidade de Marraquexe, ou a cidade vermelha, sendo ela de mando Almôada e comandada pelo califa lúcufe II ou Yusuf al-Mustansir (morte em 1224) que teve seu reinado de 1213 a 1223.

Continuando suas atuações evangelizadoras e de pregação, os menores são presos e soltos diversas vezes, mas isso acaba quando o califa almôada Yusuf al-Mustansir, conhecido por Miramolim de Marrocos, decide puni-los com a pena de morte em 12 de janeiro de 1220. Recuperando grande parte do corpo dos menores, o infante D. Pedro com seus companheiros voltam para Portugal com o intuito de levar tais relíquias na cidade

de Coimbra, como já havia desejado. Contudo, durante a caminhada param em Astorga, Galiza, e o infante Dom Pero fica lá por não ser bem recebido em Portugal pelas brigas que tinha com seu irmão e rei D. Afonso II. Assim, as relíquias chegam em 1220, sendo colocadas para veneração dos fiéis no altar da capela que Dom Afonso II mandara erguer na igreja de Santa Cruz.

Entretanto, quem ganhou reconhecimento no momento como o grande responsável pela transladação do corpo, utilizando a narrativa para adquirir maior visibilidade, foi D. Afonso II.

**Mas como podemos conhecer mais Portugal, a Península Ibérica e o contato com os mouros através dessa narrativa?** →

Juntando em um mesmo contexto a luta e a pregação contra os muçulmanos, o martírio se torna um elemento significativamente importante tanto na ação, quanto no imaginário, utilizando da narrativa do martírio, por exemplo dos 5 mártires, para fortalecer ainda mais a legitimação da guerra realizada e a valorização daqueles que morreram na "reconquista" do território ibérico, algo que gerou o desejo de outros religiosos irem até o Norte da África também e alcançarem o mesmo fim.

Além disso, as relíquias dos mártires franciscanos foram inseridas em uma grande disputa por posto que implicava em aumento de poder e prestígio para a casa e o reino que as abrigassem.

## Reflexão

Logo, o estabelecimento franciscano em Portugal no século XIII, escrito através de crônicas, é um grande norteador para mergulharmos nesse reino que buscava consolidar seu poder frente ao inimigo externo - Islã - e ao mesmo tempo vivenciava internamente disputas entre diferentes grupos.

## Referências e indicações de leitura

- ESPERANÇA, Manoel. *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*. Lisboa: 1656-1721. 2 v. Disponível em: . Acesso em mai. 2021.
- ANDRADE, Maria Filomena; FONTES, José Luís. Povoar e enquadrar Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa da Lisboa medieval (séculos XII-XIV). *Medievalista Online*, 32 | 2022.
- BRANDÃO, João Bosco Ferreira. *Os Franciscanos e o poder régio em Portugal no século XV: a oficialização da assistência no reinado de D. João II (1438-1445)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- COELHO, M. F. C. . Sancha de Portugal. In: SOUZA, Guilherme; NASCIMENTO, Renata. (Org.). *Dicionário: cem fragmentos biográficos*, 1ed.Goiânia: Tempestiva, 2020, v. 1, p. 355-360.
- DUARTE, Teresinha Maria. *Os frades menores e o clero português do começo do século XIII*. 2005. *Emblemas*.Revista do Departamento de História e Ciências Sociais - CAC-UFG.
- FILHO, Flávio Ferreira Paes. *A centralização do poder com D. Dinis e os conchelos transmontanos*. Goiânia. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás, 1998.
- GIMENEZ, José Carlos. *As representações dos Muçulmanos durante a tomada de Lisboa pelos Cristãos (1147)*. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, 2014, p. 53-65.
- MAERKI, T. . Testemunhos da passagem de S. Francisco de Assis por Portugal: revisão e novas perspectivas. *VIA SPIRITUS (PORTO)*, v. 26, p. 105-123, 2019.
- MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. *Realeza, Episcopado e Vida Religiosa em Portugal: O Estabelecimento da Ordem Franciscana (Séculos XIII E XIV)*. In: *Notandum*, S. Paulo / Porto. Ano XII - N. 21, p. 1-138, set./dez. 2009.
- MARADO, Catarina Almeida. *Arquitetura mendicante e cidade medieval: a formação e os impactos dos sistemas urbanísticos conventuais em Portugal (séc. XIII-XV)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.
- MIATELLO, André Luis Pereira. *A representação do espaço urbano na hagiografia medieval franciscana (compilatio assisiensis e memoriale in desiderio animae): perspectivas de uma política social mendicante*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MIATELLO, André Luis Pereira . Quando o pregador ensina a governar: a literatura política dos frades mendicantes nos reinos ibéricos (séc. XIII). *Revista Diálogos Mediterrânicos*, v. 5, p. 94-117, 2013.
- OLÁIA, Inês Sofia Lourenço. *Território e poder entre duas vilas da Estremadura: Aldeia Galega e Alenquer na Idade Média*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2019.
- PACHECO, Milton Pedro Dias. *Os protomártires do Marrocos da Ordem de São Francisco*. *Revista lusófona de ciências das religiões*. Campo Grande, n. 15, p. 85-108, 2000.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso. *O Convento de São Francisco do Porto na Idade Média: arquitetura, liturgia e devoção*. CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2009, p. 143-150.
- TACCONI, Ana Paula Magalhães. *A Crisandade e os Mortos: o martírio e as reliquias dos mártires do Marrocos (Portugal, Século XIII)*. In: TEODORO, Leandro Alves; TACCONI, Ana Paula Tavares Magalhães (orgs.). *A formação de reinos virtuosos (sécs. XII-XVIII)*. Florianópolis: EdUFSC, 2022, p. 10-31.
- TEIXEIRA, Vítor. *Os Frades Menores em Portugal desde 1217*. *Archivo Ibero-Americano* 77, n.º 284 (2017): 161-220.
- TEREÑO, Maria do Céu Simões; MONTEIRO, Maria Filomena. *San Francisco en el arte y en la literatura*. PELÁEZ DEL ROSAL, Manuel (Org.). Córdoba: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2020.



## Explorando os franciscanos portugueses em sala de aula

### Ideias para discutir o conteúdo

A narrativa dos franciscanos no reino português no século XIII não está presente no currículo BNCC. Porém, apresentar tanto o espaço ibérico, quanto os franciscanos, inseridos nesse contexto de conflitos é fundamental para os alunos ampliarem seus conhecimentos sobre Idade Média, demonstrando a importância e a presença de ambos para o contexto.

## Fonte em sala de aula



A principal fonte trabalhada na dissertação de mestrado foi o primeiro volume da obra História seráfica da ordem dos frades menores de S. Francisco na província de Portugal, escrita por Manoel da Esperança em 1656, disponível na "Biblioteca Nacional de Portugal" <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/>. A obra em si se encontra no seguinte link: <https://purl.pt/20706/4/>.

Porém, sabendo da dificuldade em utilizar essa fonte em sala de aula, pela linguagem e pelo número de páginas, o professor poderá explorar a obra a partir do jogo produzido acerca do tema tratado nesse livro e que será apresentado a seguir. Estando presente na carta chamada "fonte histórica", os alunos e professor poderão analisar a fonte através de perguntas, abrindo margem, em um outro momento ou na hora do jogo mesmo, de esmiuçar questões de ano, autor, contexto de produção e o próprio conteúdo que fará os estudantes entenderem ainda mais o próprio cenário português medieval e moderno. As discussões completas e aprofundadas acerca da fonte está presente na dissertação de mestrado presente no site dos livros.

## Proposta de atividade - Jogo "Poder e religião"

- Limite de jogadores ou grupo de jogadores: 2 (dois)

Os peões podem ser qualquer objeto de preferência

- Além das casas verdes e rosas, obrigatoriamente deve-se fazer uma pergunta tanto de verdadeiro ou falso, ou de pergunta aberta, valorizando sempre a autonomia do aluno no estudo sem reforçar a educação memorialística e sem reflexão, quando o jogador passar nas casas de cor marrom e bege. Tais perguntas serão formuladas pelos professor através da análise de quais conteúdos foram estudados e discutidos pelos alunos no decorrer do uso dos livros. Porém, tais questões serão bem aproveitadas se forem usadas para tratar de temas gerais da Idade Média e Península Ibérica, uma vez que as outras cartas tratarão do tema específico dos franciscanos em Portugal, mesmo que tal discussão esteja sempre fazendo referência aos elementos gerais do contexto apontados.

Exemplos de perguntas abertas:

Por que os reinos cristãos combatiam os muçulmanos?

Existe conflito entre o rei e os outros poderes, como clero e nobreza?

Península Ibérica é formada por quais países hoje em dia?

### Passo a passo do jogo:

- Cada jogador deve escolher um dos dois caminhos.
- Ainda na casa "Início" o jogadores já devem responder uma pergunta.
- Independente da casa e carta (verde, rosa ou marrom/bege) se acertar a pergunta deve-se avançar somente 1 casa e se errar continua onde está.
- Obrigatoriamente, quando parar nas respectivas cidades (Alenquer, Lisboa, Guimaraes e Coimbra) e figuras históricas (S. Antônio e mártires) deve-se pegar a carta respectiva e ler o que esta escrito.
- O primeiro jogador que sair primeiro de Lisboa deve escolher um dos caminhos a seguir. Logo, o outro jogador deverá seguir o caminho contrário. Exemplo: Jogador 1 escolheu o caminho dos mártires, logo o jogador 2 quando sair da cidade de Lisboa deve seguir no caso de S. Antônio.
- Ganha quem chegar primeiro.

O jogo é uma forma didática de tratar acerca do estabelecimento franciscano em Portugal no século XIII, articulando suas discussões e sua narrativa com aspectos gerais do contexto medieval, especialmente religioso, e o cenário Ibérico. Além disso, sabendo a ausência do tema na BNCC, o jogo se apresenta como uma forma de reforçar o dinamismo medieval, pois no ato de avançar e andar pelas casa do tabuleiro o aspecto não estático dos sujeitos medievais se faz presente e torna evidente o fluxo de pessoas não somente dentro de Portugal, como de forma geral no globo, como os próprios franciscanos realizaram indo para diversos locais.

### Tabuleiro:

A imagem em tamanho ideal para impressão e uso está disponibilizado no site dos livros.



## Cartas:

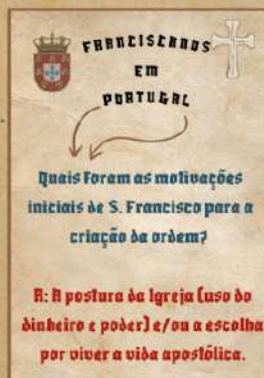
As cartas a seguir, com exceção das que tratam das cidades e personagens históricos, são somente representativas para entender o jogo. Todas as acetos, quanto as presentes aqui, tanto as demais estarão disponíveis no site dos livros.

### Carta Bônus:

#### Capa da carta



#### Frente da carta



Diferente da casa comum (cor marrom e bege) que terão perguntas realizadas pelo professor sobre Idade Média e espaço ibérico medieval baseado nos livros anteriores e nas aulas realizadas, a carta bônus apresentará perguntas sobre o tema do terceiro livro "Franciscanos em Portugal no século XIII". Em relação as respostas, serão apresentadas nas cartas bônus e fonte histórica possíveis explicações e palavras que o aluno pode falar e o professor considerar, sempre lembrando a importância de valorizar o aprendizado do estudante através da reflexão em que ele realizou do conteúdo e não procurar respostas exatas.

### Fonte histórica:

#### Capa da carta



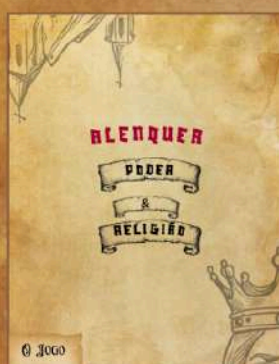
#### Frente da carta



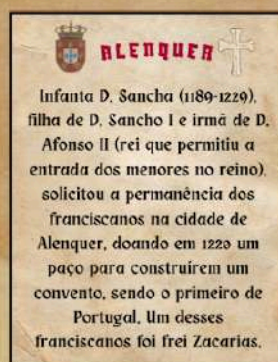
A leitura dessa carta, ou seja, dos trechos da fonte, deverá ser realizado pelo professor, auxiliando no entendimento do que está escrito, uma vez que estará em português de Portugal do século XVII. A escolha por deixar o trecho sem tradução é realmente desenvolver uma atividade de análise de fonte, fazendo o aluno entender que a obra faz parte de outra temporalidade e não algo atual.

### Alenquer

#### Capa da carta

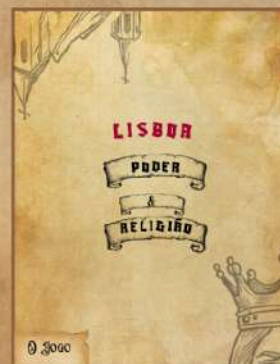


#### Frente da carta

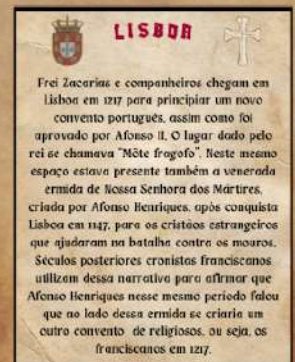


### Lisboa

#### Capa da carta

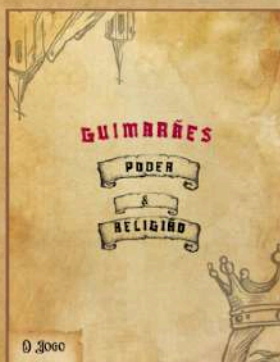


#### Frente da carta

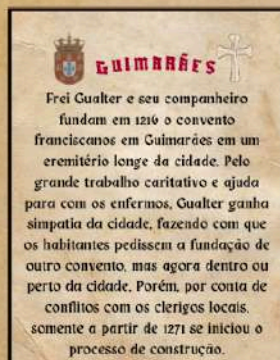


### Guimarães:

Capa da carta

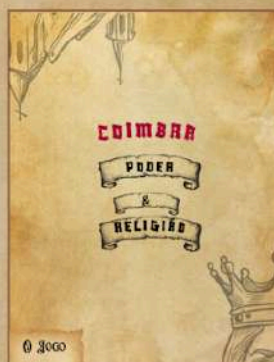


Frente da carta

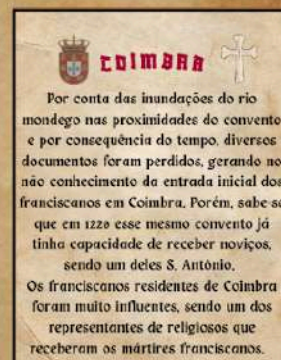


### Coimbra:

Capa da carta

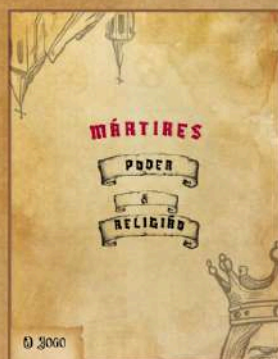


Frente da carta



### Mártires:

Capa da carta

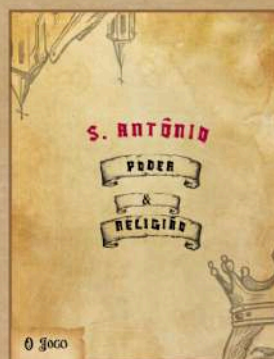


Frente da carta

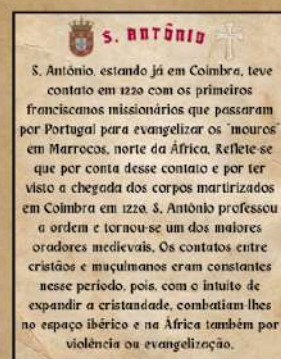


### S. Antônio:

Capa da carta



Frente da carta



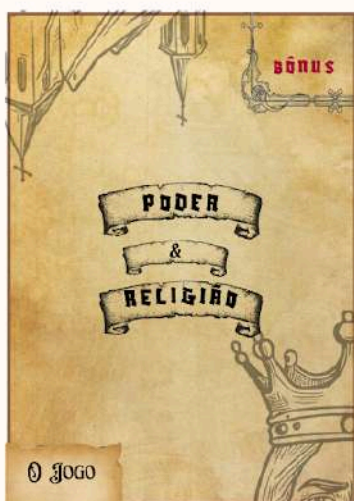
O tabuleiro e as cartas podem ser tanto impressas em papel cartão ou cortar papelão ou cartolina, imprimir na folha de sulfite e colar. Lembrando sempre de imprimir a quantidade de capa (parte de trás das cartas) em relação ao número de cartas que tiver e for imprimir, para depois fazer a colação das duas faces.





E-mails de contato:

gian.telles@sou.unifal-mg.edu.br,  
giancarlotelless@gmail.com ou  
denise.nascimento@ufff.br



Bom trabalho!



**FRANCISCANOS**  EM PORTUGAL 



Quais foram as motivações iniciais de S. Francisco para a criação da ordem?

**R: A postura da Igreja (uso do dinheiro e poder) e/ou a escolha por viver a vida apostólica.**

**FRANCISCANOS**  EM PORTUGAL 

Por que houve estranhamento de grande parte das pessoas que viram os menores pela 1ª vez com aparência pobre?

**R: O contexto de combate a heresia. Alguns grupos também seguiam o ideal de pobreza;**

**FRANCISCANOS**  EM PORTUGAL 



Por que havia combate a heresia no século XIII?

**R: Por irem contra os ideais da igreja; ou/e pela igreja não legitimar a ação desses grupos.**

**FRANCISCANOS**  EM PORTUGAL 



Por que era interessante para a Igreja legitimar algumas ordens, como franciscana e dominicana?

**R: Acabar a comoção da população que estavam criticando a igreja; ou/e usar essas ordens de exemplo para os herejes.**

**FRANCISCANOS**  EM PORTUGAL 



Quem foi o criador da Ordem franciscana e enviou os 4 frades para Portugal em 1216?

**R: Francisco; Francisco de Assis; São Francisco.**

**FRANCISCANOS**  EM PORTUGAL 



O ideal de pobreza apostólica dos menores, abdicando da riqueza e poder está relacionado a que contexto? Como era a instituição Igreja Católica nesse período?

**R: Usos e abusos da Igreja acerca do dinheiro e poder.**

**FRANCISCANOS**  EM PORTUGAL 

Além do rei e da nobreza, qual era a instituição ou figura que tinha muito poder e influência na época?

**R: Igreja católica; Igreja; Papa; ou qualquer figura relacionada ao clero que o aluno responder.**

**FRANCISCANOS**  EM PORTUGAL 

Na Idade Média para alguém se tornar rei ou um território se tornar reino era importante ter a aprovação de quem?

**R: Igreja católica; Igreja; Papa.**



Há autores que afirmam a passagem de S. Francisco em Portugal em sua viagem para Marrocos, território dos muçulmanos. Por que muitos religiosos queriam ir para a África? O que objetivavam fazer com os mouros?

**R: Evangelização; expansão da ordem ou da cristandade.**



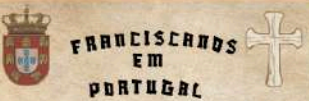
Por que era tão importante o rei dar aprovação para a Ordem continuar no reino?

**R: Para não serem confundidos com heréticos; ou/e ter proteção e ajuda do monarca.**



Por que era tão importante São Francisco ter passado por Portugal e fundado o primeiro convento?

**R: A história franciscana em Portugal começa com o criador da ordem.**



Cite pelo menos 1 cidade que os franciscanos se instalaram primeiro em Portugal.

**R: Alenquer; Coimbra; Lisboa e Guimarães.**



Por que os franciscanos ficavam em ermidas, hospitais e albergarias?

**R: Própria doação do local feita a eles; ou/e ficar mais próximos dos pobres, viajantes etc.... ou/e a pobreza dos locais; ou/e impedimento de terceiro de se instalarem em outros locais.**



Portugal, no momento de chegada dos franciscanos no reino, estava totalmente organizado territorialmente e politicamente? Fazia muito tempo que o reino se tornou independente?

**R: Portugal estava recém independente. Os reis tentavam organizar o reino frente os interesses dos diversos grupos.**



D. Sancha, senhora de Alenquer, tinha conflito com seu irmão D. Afonso II sobre a posse de territórios. Por que muitos reis discordavam e não davam os privilégios a nobreza, membros da coroa e clero?

**R: Pelos excessos que muitas figuras de poder tinham na época. Fruto dos primeiros momentos de independência do reino, quando foram distribuídos diversos privilégios.**





A atuação franciscana voltada a pobreza se apoiava em quais trabalhos cotidianos?

**R: Caridade; esmola; auxílios cotidianos; ajuda com os enfermos; pregação.**





Por que era tão importante que o rei, família do monarca e outras figuras de poder ajudassem os franciscanos, doando terras, dando esmolas e possibilitando proteção?

**R: Com as ajudas os menores se sentiam pertencentes ao reino e sabiam que teriam apoio dessas figuras se ocorresse algum impedimento ou dificuldade.**

 FRANCISCANOS EM PORTUGAL 



Em Guimarães figuras do clero impediram a fundação de um novo convento franciscano, colocando diversas atribulações. Por que o clero, em alguns casos, desaprovava a presença dos menores?

**R: Medo de serem substituídos; ou/ e maior popularidade dos menores em questão religiosa.**

 FRANCISCANOS EM PORTUGAL 



Por que algumas cidades tinham tanta influência e poder de grupos e sujeitos religiosos?

**R: Doações realizadas a anos atrás e influência grande da religioso no reino construída desde o primeiro rei.**

 FRANCISCANOS EM PORTUGAL 



Ao conquistar Lisboa, Afonso Henriques funda ermidas ao redor da cidade. Qual era o objetivo disso?

**R: Povoamento para proteger e consolidar o território conquistado.**

 FRANCISCANOS EM PORTUGAL 

O projeto de povoamento era realizado para proteger o território conquistado de quem?

**R: Muçulmanos; Mouro; Islâmicos.**

 FRANCISCANOS EM PORTUGAL 

Por que os reinos cristãos chamavam os muçulmanos de infiéis e inimigos da fé?

**R: Por não seguir a religião cristã e não seguir os preceitos do cristianismo.**

 FRANCISCANOS EM PORTUGAL 



Por que era tão importante os franciscanos estarem relacionados a história de conquista de Lisboa?

**R: O primeiro rei legitimar a presença da Ordem antes mesma dela ser fundada; Lisboa ser uma cidade importante para Portugal, pois após sua conquista Afonso se intitulou rei.**

 FRANCISCANOS EM PORTUGAL 

Havia alguns conflitos entre ordens, tanto religiosa, quanto mendicantes. Qual era o motivo?

**R: Atuação caritativa e de esmolas, assim como a pregação e o cuidado aos enfermos. Por essa atuação muitas vezes havia competição e impedimentos.**

 FRANCISCANOS EM PORTUGAL 

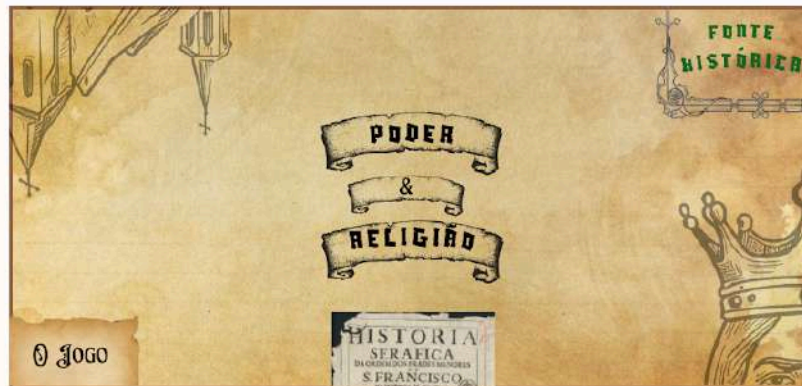
Se tornar Mártire era algo santo no contexto de "reconquista" e luta contra os muçulmanos porque?

**R: Nos olhos cristãos: combate e evangelização dos inimigos da verdadeira fé e defesa da cristandade.**

 FRANCISCANOS EM PORTUGAL 

Portugal e D. Afonso II ter recebido e ficado com as relíquias dos mártires foi importante por que?

**R: Demonstrar Portugal como combatente dos inimigos de fé e defensora da cristandade. Desta forma, além das visitas a relíquias, o apoio religioso se apresenta como outro elemento definidor da independência do reino.**



**Manoel da Esperança - 1656**  
**Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal**

"Caindo em Portugal este grão pequeno de mostarda, tendo a semente evangélica, produziu tão grande planta que cobriu a terra, onde nasceu neste canto de Europa, dilatou com muita força seus ramos por todas as outras partes do mundo, Ásia, América e África. E posto que muitas folhas cairão e alguns garfos quebrarão, ficou contudo tão formosa e tão grande, que nenhuma outra lhe faz sombra." (História Seráfica, Prelúdio V, p. 15, tradução nossa)

**Considerando o sucesso dos menores em variados locais, a que se trata esse trecho?**

**R: Expansão franciscana para varias partes do mundo; evangelização; Mesmo começando pequenos logo cresceram muito e se espalharam pelo mundo.**

**Manoel da Esperança - 1656**  
**Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal**

"Apertado dos desejos de martírio este Serafim humano despediu-se da Itália para pregar a fé de Cristo na Espanha, deixando tão pequena a sua religião dos Menores, que quando muito, teria cinco anos de idade [...]" (História Seráfica, liv. 1, cap. I, v. 1, p. 41, tradução nossa).

**Q trecho trata do momento em que S. Francisco em seu caminho para Marracos passa pela Península Ibérica, fundando conventos e conhecendo o território. Qual era o objetivo de S. Francisco e outros religiosos nessas viagens?**

**R: Evangelização; Combate aos muçulmanos; expansão da cristandade ou/ e do ideal da ordem em específico.**

**Manoel da Esperança - 1656**  
**Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal**

"Mas como pareciam homens mortos por reza da penitencia, e vinham amortalhados num pedaço de burel, sendo um habito grosseiro e remendado, o qual era estranho em muitas terras, a alguns causava horror e a outros admiração. Alguns se lhes mostravam devotos, muitos os tinham por loucos e outros fugiam deles, receando que debaixo daquelas peles de ovelha estivesse alguns lobos carniceros [...]" (História Seráfica, liv. 1, cap. VII, v. 1, p. 60, tradução nossa)

**Além da aparência que por si só já gera estranheza, por que houve estranhamento de grande parte das pessoas que viram os menores**

**R: Grupos considerados hereges pela igreja e que tinham a mesma aparência pobre, em sua maioria.**

Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

“Entraram pois em Coimbra, onde o Rei D. Afonso II os mandou examinar, analisando se eram fiéis e religiosos ou hereges e inimigos da fé [...]” (História Seráfica, liv. 1, cap. VIII, v. 1, p. 62, tradução nossa).

Por que havia combate e perseguição dos hereges e “inimigos da fé”

R: R: Por não seguiam a religião cristã que depois de muitos séculos consolidou seu poder tanto de força guerreira, quanto de influencia em mandos e desmandos no território europeu medieval.

Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

“A Infanta os recebeu como a anjos do céu [...]” (História Seráfica, liv. 1, cap. X, v. 1, p. 67, tradução nossa) – “Admirava o desprezo do mundo, se afeiçoando aos poucos deles.” (História Seráfica, liv. 1, cap. X, v. 1, p. 68, tradução nossa).

A Infanta D. Sancha, sendo mulher muito religiosa, recebeu com grande amor os franciscanos por conta dos ideais espirituais que eles representavam. O que eram a vida apostólica que os menores seguiam?

R: Imitação da vida de Jesus e seus apóstolos, fazendo caridade, pregando, dando e recebendo esmola e abdicando de todo prazer mundano, seja poder, seja dinheiro.

Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

“Não era ainda acabado o ano de 1216 quando o santo frei Zacharias alcançou da devotíssima Infanta a ermida da virgem, e mártir santa Catharina, na qual ele principiou o convento. Ficava um pouco abaixo da mesma vila, junto da corrente do seu rio [...]” (História Seráfica, liv. 1, cap. XI, v. 1, p. 68, tradução nossa).

Como vemos no trecho acerca da instalação dos menores em Alenquer em 1216, eles ficavam muitas vezes em ermidas e albergarias longe da vila. Por que?

R: Própria doação do local feita a eles; ou/e ficar mais próximos dos pobres, viajantes etc...; ou/e a pobreza dos locais; ou/e impedimento de terceiros (clero por exemplo)

Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

“Quando subiam á vila pera pedirem esmola despejavam-se das casas e enchiam-se as ruas, pois todos queriam ver estes novos apóstolos de Cristo, os quais entraram em Alenquer para salvação de muitos.” (História Seráfica, liv. 1, cap. XI, v. 1, p. 69, nossa tradução).

Por que a esmola era uma ação tão importante para os franciscanos?

R: Pela sua aproximação com a pobreza, sendo um elemento essencial para experienciar uma vida apostólica humilde de santidade.

Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

"[...] e assim como os homens do mundo se envergonham de não serem muito ricos, eles se prezavam de serem pobres evangélicos e de andarem descalços, & remendados" (História Seráfica, liv. 1, cap. XIII, v. 1, p. 85, tradução nossa).

Por que a espiritualidade de vida voltada a pobreza era tão conflitante com a própria postura da igreja naquele momento?

R: Por que a igreja tinha um poder e uma influencia muito grande, acumulando riquezas.

Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

"Todos os hospitais estavam na conta deles, não para os governarem, mas para servirem aos pobres do Senhor." - "Varriam as suas enfermarias, faziam as camas, curavam as suas chagas, temperavam a comida, assistindo-lhes em tudo o que era necessário de limpeza e de regalo." (História Seráfica, liv. 1, cap. XXXX, v. 1, p. 140, tradução nossa).

Esse trecho trata sobre o que?

R: Trabalho caritativo e de ajuda aos enfermos nos hospitais realizados pelos franciscanos.

Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

"Como em outras ocasiões que nos aviam molestado na diocese de Braga, onde as coisas chegaram a tal estado que não tinha liberdade, nem os frades pera pedirem esmola, nem os devotos de acudirem a suas necessidades. (História Seráfica, liv. 1, cap. XXXXII, v. 1, p. 143, tradução nossa) "

Lembrando das dificuldades do estabelecimento franciscano em Guimarães, esse trecho trata sobre o que?

R: Os impedimentos colocados por alguns membros do clero ao estabelecimento franciscano na cidade. Tinham medo de serem substituídos nos cargos religiosos e sociais.

Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

"O rei D. Afonso III que governava Portugal se mostrou tão ofendido que mandou eles logo voltarem de onde tinham sido lançados." (História Seráfica, liv. 1, cap. XXXXIII, v. 1, p. 145, tradução nossa)

Por que a intervenção do rei em assuntos que impactavam negativamente a ordem franciscana era tão importante?

R: Ter o apoio do rei era importante pois, além de terem proteção, legitimavam a presença deles no reino.

Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

"Achamos aqui a venerada ermida de Nossa Senhora dos Mártires, junto da qual fizemos casa, desempenhando com ela o reino na satisfação de uma promessa do rei D. Afonso Henriques, a saber de fundar nesta local, onde também cristãos estrangeiros o ajudaram a combater a cidade senhoreada dos mouros, um convento de religiosos, em que Deus fosse louvado, como da outra parte se fez o de S. Vicente." (História Seráfica, liv. 2, cap. I, v. 1, p. 186)

↳ **Por que era tão importante os Franciscanos estarem relacionados a história de conquista de Lisboa?**

**R: O primeiro rei legitimar a presença da Ordem antes mesmo dela ser fundada; Lisboa ser uma cidade importante para Portugal, pois após sua conquista Afonso se intitulou rei.**

Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

"Sabemos porém que já este de Coimbra era fundado e tinha comodidade para receber noviços no ano de 1220 porque entrou nele santo Antônio para fazer noviciado; e posto que não começou a povoar-se no de 1216 [...]" (História Seráfica, liv. 2, cap. XXVIII, v. 1, p. 260, tradução nossa)

↳ **Santo Antônio foi conhecido como um homem muito estudioso e grande orador. Lembrando a atuação franciscana de pregação e contato com as diversas populações, em que sentido a oratória e o estudo ajudaria os menores?**

**R: A evangelização necessita de estudo acerca das questões religiosas e também uma ótima oratória. Além disso, tais elementos faziam os menores ensinarem os leigos as questões religiosas, algo que não chegaram a grande população pobre.**

Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

"Neste hospício pobre coberta de telhas de baixa qualidade se agasalharam em nossa companhia os cinco Mártires de Marrocos quando vinham de Itália. Depois foram para Alenquer, seguindo logo após para a África." (História Seráfica, liv. 2, cap. XXVIII, v. 1, p. 261)

↳ **Por que na história do reino a presença dos 5 mártires de Marrocos, tanto em vida, quanto mortos através das relíquias, foi importante para Portugal?**

**R: Demonstrar Portugal como combatente dos inimigos de fé e defensora da cristandade. Desta forma, além das visitas a relíquias, o apoio religioso se apresenta como outro elemento definidor da independência do reino.**

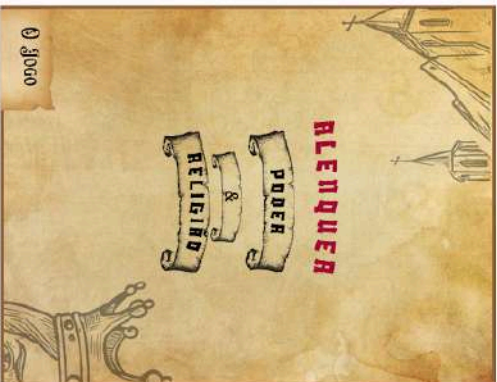
Manoel da Esperança - 1656

Historia Seráfica da Ordem dos frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal

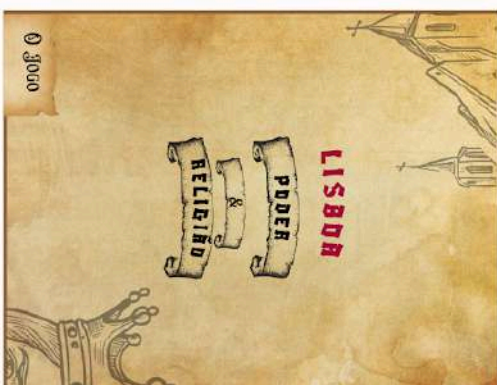
"[...] no ano de 1219 repartiu os seus frades pelo mundo para reformar fiéis e converter infiéis [...]" (História Seráfica, liv. 3, cap. V, v. 1, p. 287)

**O trecho acima fala sobre o momento em que S. Francisco envia a Marrocos os frades, ocorrendo o martírio deles. Como vimos no trecho e ao longo da crônica, os muçulmanos são chamados de infiéis e cruéis, violentando os cristãos que só queriam "ajuda-los". Eles legitimavam religiosamente o combate aos mouros como? O ato de eliminar outro povo só porque tem outra crença é certo?**

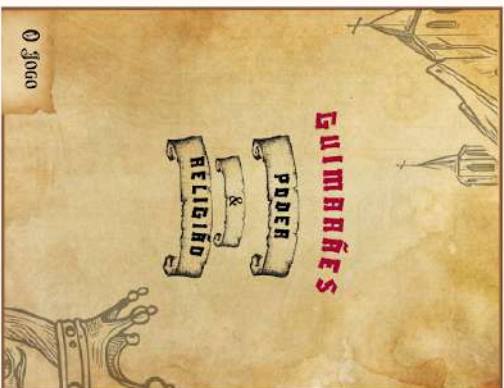
**R: Através da guerra justa a Igreja legitimava o combate afirmando que a violência era em prol de Deus, da fé e da cristandade. Nisso, os combatentes cristãos pagavam os seus pecados indo para as batalhas.**



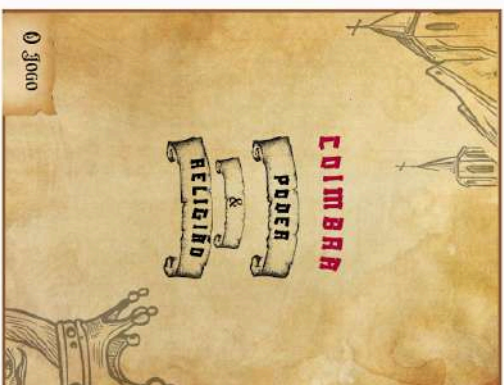
Infanta D. Sancha (1189-1229), filha de D. Sancho I e irmã de D. Afonso II (rei que permitiu a entrada dos menores no reino), solicitou a permanência dos franciscanos na cidade de Alenquer, doando em 1220 um paço para construir um convento, sendo o primeiro de Portugal. Um desses franciscanos foi frei Zacarias.



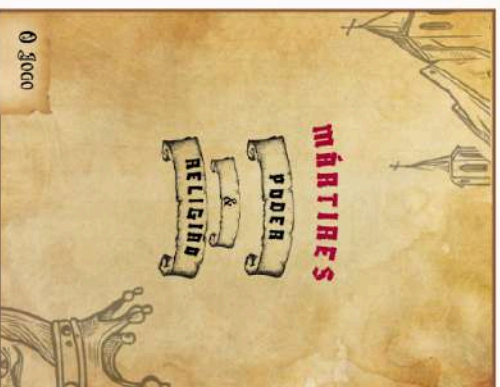
Frei Zacarias e companheiros chegam em Lisboa no ano de 1217 para iniciar um novo convento português, assim como foi aprovado por Afonso II. O lugar dado pelo rei se chamava "Mãe frango". Neste mesmo espaço estava presente também a venerada ermida de Nossa Senhora dos Mártires, criada por Afonso Henriques, após conquista Lisboa em 1147, para os cristãos estrangeiros que ajudaram na batalha contra os mouros. Séculos posteriores cronistas franciscanos utilizam dessa narrativa para afirmar que Afonso Henriques nesse mesmo período falou que ao lado dessa ermida se criaria um outro convento de religiosos, ou seja, os franciscanos em 1217.



Frei Guadter e seu companheiro fundam em 1216 o convento franciscano em Guimarães em um eremitério longe da cidade. Pelo grande trabalho caritativo e ajuda para com os enfermos, Guadter ganha simpatia da cidade, fazendo com que os habitantes pedissem a fundação de outro convento, mas agora dentro ou perto da cidade. Porém, por conta de conflitos com os clérigos locais, somente a partir de 1271 se iniciou o processo de construção.



Por conta das inundações do rio Mondego nas proximidades do convento e por consequência do tempo, diversos documentos foram perdidos, gerando no não conhecimento da entrada inicial dos franciscanos em Coimbra. Porém, sabe-se que em 1220 esse mesmo convento já tinha capacidade de receber novíços, sendo um deles S. António. Os franciscanos residentes de Coimbra foram muito influentes, sendo um dos representantes de religiosos que receberam os mártires franciscanos.

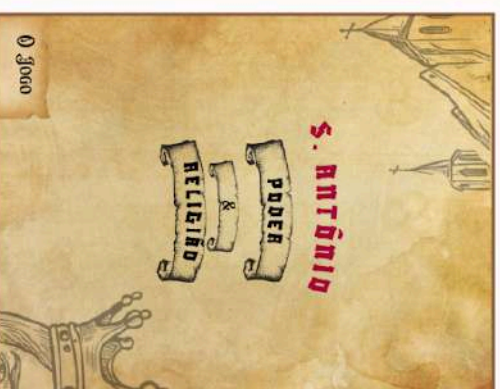


0 30000



Sendo os primeiros missionários enviados por Francisco das terras dos muçulmanos, frei Bernardo, Ota, Pedro, Acúrsio e Adjunto, se tornaram figuras importantes no carisma franciscano e na espiñritualidade de martírio, crescendo nesse contexto medieval. Em sua caminhada até Marrócos, norte da África, os 5 mártires passaram por Portugal, tendo contato com a monarquia portuguesa e os franciscanos lusitanos. Suas relíquias ficaram no mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra Portugal

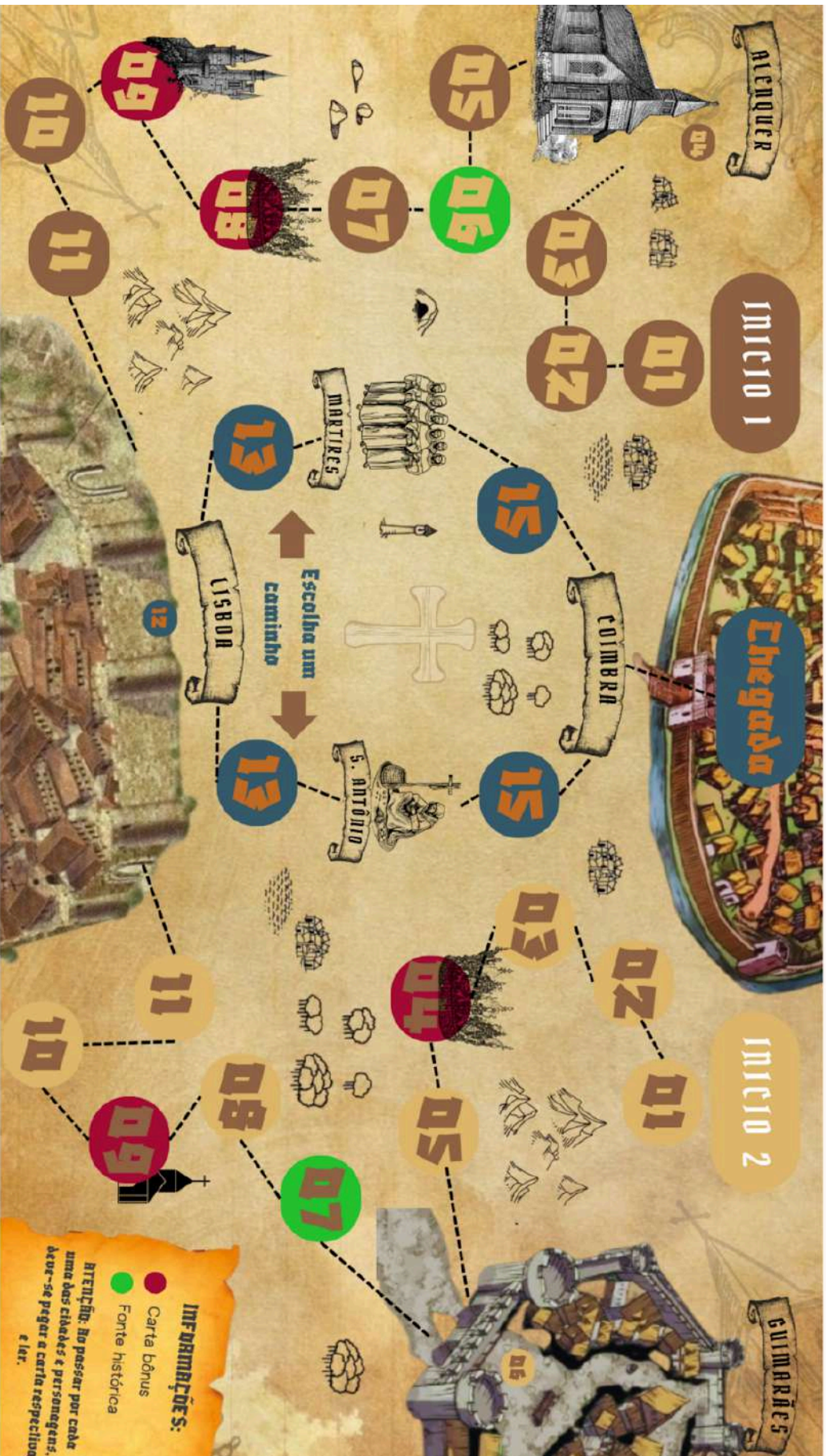
**RUINDE I CRSA**



0 30000



S. Antônio, estando já em Coimbra, teve contato em 1224 com os primeiros franciscanos missionários que passaram por Portugal para evangelizar os "mourcos" em Marrócos, norte da África. Reflete-se que por conta desse contato e por ter visto a chegada dos corpos martirizados em Coimbra em 1229, S. António professou a Ordem e tornou-se um dos maiores oradores medievais. Os contatos entre cristãos e muçulmanos eram constantes nesse período, pois, com o intuito de expandir a cristandade, combatiam-lhes no espaço ibérico e na África também por violência ou evangelização.



**INFORMAÇÕES:**

- Carta bônus
- Fonte histórica

**ATENÇÃO:** Ao passar por cada uma das cidades e personagens, deve-se pagar a carta respectiva e ler.

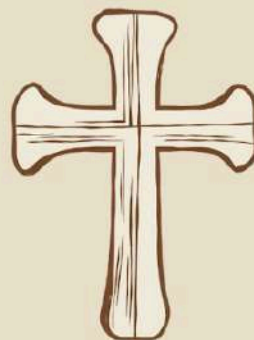
Volume 4



Franciscanos e o poder régio  
Português



UM ESTUDO ACERCA DOS FRANCISCANOS EM  
PORTUGAL NO SÉCULO XIII



GIAN CARLO CAMILO TELLES



# Franciscanos e o Poder

Espiritualidade

e

Influência

Os franciscanos conseguiram ter mais sucesso dentro do reino ao longo do século? Se sim, como podemos interpretar o ideal de vida apostólica nesse cenário?

Assim como vimos, a trajetória de vida de São Francisco está apoiada em uma ação constante de ruptura. Rompe com o dinheiro que tinha, com a vida laica, com o pai e inicia sua dedicação a uma vivência religiosa ao estilo de Jesus Cristo e seus apóstolos distanciando dos vícios humanos e dos bens materiais.



Entretanto, os posteriores seguidores de seu carisma, intitulados de franciscanos, não são simples produtos do que pensava e fazia o seu fundador pois, em um contexto de entrada constante de adeptos de variados pensamentos e temporalidades, as contribuições exercidas pelo santo continuam sendo valorizadas, porém as atuações são reinterpretadas, alteradas e até discordadas.



Desta maneira, atuações e articulações desses seguidores nos primeiros anos da fundação gerava a necessidade de interpretar e refletir a própria espiritualidade franciscana, pensada inicialmente como um grupo pobre, humilde e de pouca influência. Logo, os estabelecimentos dos frades em variadas localidades geraram, como vimos, a intervenção inevitável tanto do poder real, quanto do eclesiástico, principalmente em um contexto em que a presença de um grupo religioso de articulações próprias poderia ser entendido como herético ou como uma ordem de grande importância para a evangelização e expansão do catolicismo, como o caso franciscano após a sua institucionalização realizada pelo Papa Inocência III.

O sucesso franciscano em seu estabelecimento em Portugal no século XIII, como vimos a partir dos escritos de Manoel da Esperança, foi acompanhado do auxílio de parte da nobreza, da coroa e também da população lusitana. E desta forma, não somente algumas figuras específicas franciscanas ganharam grande notoriedade e influência no decorrer dos séculos que se seguiram, como a própria ordem e seus conventos representaram uma presença forte no reino português, fazendo parte da própria história do território.

Logo, os contatos diversos realizados entre os franciscanos e as figuras de influência portuguesa no início de seu estabelecimento, havendo doações, interferências e considerações significativas, continuou e até se intensificou com o decorrer dos séculos.



Cargos ocupados pelos franciscanos

A rainha Santa Isabel (1271-1336), esposa do rei D. Dinis (1261-1325), sendo uma pessoa reconhecida pela sua santidade e bondade para com os pobres teve os seguintes três confessores franciscanos: Fr. João de Alcanim, Fr. João Paes e Fr. Salvado.

O ato de se confessar era importante nesse período? E o que representaria um franciscano ocupar esse cargo?

O cargo e o ato sagrado de confissão tinham sofrido grandes mudanças no concílio de IV Latrão

em 1215, passando de algo que era um ato público, realizado somente uma vez na vida, para uma questão obrigatória e privada, podendo realizar quantas vezes queria, tornando assim o cargo de confessor uma posição de grande importância na sociedade cristã medieval ocidental. Neste caminho, além de representar um elemento santo e de extrema importância no que se referia a busca pela salvação, pois a pessoa expunha o seu erro e se arrependia, o ato de falar seu pecado também criava uma maior aproximação com Deus, fazendo o indivíduo se sentir mais tranquilo e próximo da vida eterna após sua morte. Porém, a confissão privada serviu também para o controle e observação dos comportamentos sociais de cada membro da sociedade, sabendo os pecados e os atos que poderiam gerar uma consequência não muito aceitável.

Porém, sendo um ato de grande significância espiritual, a confissão não era realizada somente pela população.

Como deixou aparente no caso da Rainha Santa Isabel, os monarcas e a nobreza como um todo tinham confessores próprios. Desta forma, confessando acerca de diversas questões, o monarca inevitavelmente pede conselhos e expõe casos sobre seu governo, algo que representa um poder imenso para o confessor pois, além de saber de todas suas fraquezas, poderia dar opiniões sobre essas articulações da coroa.

Logo, por ser um cargo que exigia um nível espiritual grande e que gerasse confiança, religiosos que tinham piedade, integridade de costumes e prudência foram prioritariamente escolhidos para ocupar tais posições, sendo os franciscanos um desses religiosos mais escolhidos.



Além deste cargo, os franciscanos ocuparam outros diversos postos muito significativos: D. Afonso III teve como clérigo e tesoureiro João Moniz e no terceiro testamento de D. Dinis, realizado em 20 de junho de 1322, expõe como testamenteiros Gonçalo Pereira (daião do Porto e seu clérigo) e frei Ioanne (seu confessor e capelão). Também ocuparam o cargo de professores nas primeiras universidades portuguesas. Desta forma, a influência e o poder franciscano no cenário régio português mostrava-se forte e ampla.

Mas como que ficava o estilo de vida apostólica que abdica de todos os bens mundanos e despreza o poder e o dinheiro?

Não havia nenhum indício que evidenciava o anseio de Francisco de criar uma Ordem e muito menos de ser um agrupamento significativamente forte e influente, algo, como já vimos, alterado principalmente pela atuação da Igreja Católica de institucionalização para que não fossem identificados como hereges.



Porém, a entrada constante de religiosos na Ordem de variados contextos e pensamentos ao longo da já primeira década de desenvolvimento dos franciscanos gerou uma crise interna, sendo demonstrada com as escritas da segunda e da terceira regra, dando destaque a terceira que estava presente a junção dos dois princípios mendicantes em conflito.

Tal crise é ilustrada especialmente pela ocorrência de um Capítulo Geral em 1219 com irmãos influentes da Ordem, momento em que Francisco estava no Egito, no qual foram promulgadas constituições relativas à permissão aos estudos e à posse de livros, gerando, por sua vez, revolta dos frades mais antigos. Após Francisco de Assis retornar à Itália foram aprovadas algumas resoluções em conformidade com ele, sendo um dos atos das mais importantes a direção da Ordem cedida a Pedro Cattani e depois para Elias de Cortona. Desta forma, o Santo ainda em vida renuncia à presidência da Ordem, mesmo representando ainda um líder espiritual e o legislador da comunidade. Desta maneira, a Ordem após esses conflitos foi se modificando e se alterando, principalmente nas questões relativas à pobreza e abdicção dos bens materiais, não somente na Itália, mas como em variadas localidades, sendo atravessada pela cultura e experiências do local, como em Portugal.

Anos depois da morte de São Francisco, Inocêncio IV em 1245, através da bula *Ordinem restrian*, determinava a aproximação dos frades aos estudos algo indispensável e determinou que os religiosos poderiam receber dinheiro, mas por trabalho de outra pessoa. Estabeleceu também outras articulações que modificaram ainda mais os princípios iniciais da Ordem e facilitou a entrada desses frades nos variados campos.

Todavia, Ana Paula (2010) disserta que não podemos efetuar julgamentos a esses outros frades, afirmando serem traidores de Francisco, pois as mudanças sofridas no cenário e contexto de atuação da Ordem a fez preservar alguns elementos, mas também modificar, "Dessa forma, não se deve confundir Francisco e o franciscanismo, sendo que este último receberia uma série de contribuições, a partir de perspectivas diversas." (Magalhães, 2010, p. 50-51)

Logo, a própria atuação franciscana no reino lusitano e sua entrada em cargos de confiança, visto como contrários ao princípio de Francisco, deve ser analisada com um olhar que identifica a trajetória da Ordem como fruto de um processo histórico atravessado e impactado pelos sujeitos neles presentes e os contextos diversos nele inseridos, havendo, por isso, modificações, conflitos de pensamentos entre os frades e até permanência de elementos ditos essenciais.

**Além dos já citados, os franciscanos ocuparam outros cargos durante os demais reinados no século XIII? Teve monarcas que ajudaram eles doando e auxiliando na construção de conventos?**

#### **D. Sancho II:**

Ainda enquanto rei de Portugal, em seu primeiro testamento sem data e local relatados, D. Sancho II (1209-1248) tendo grande amor pelos pregadores franciscanos de Santarém deixou para eles 300.000 morabitinos e pediu para que toda madeira de Lisboa e de outros lugares do reino fosse doada para eles, para as obras dos conventos que ele próprio tinha iniciado.

Todavia, a influência franciscana e o contato com o poder régio não ficaram apenas presentes neste período medieval.

Atuando enquanto professores, confessores e entre outros cargos como já vimos, os franciscanos em sua espiritualidade de pregação e evangelização se instauraram em variados locais do globo, chegando até nos territórios da América juntamente com os colonos portugueses. Com a atuação catequética de contato com os indígenas, os franciscanos, assim como outras ordens, ajudaram nas primeiras missões no novo território, servindo como "braço" da Igreja para levar o catolicismo às novas terras e seus povos, continuando tal presença significativa com atuações diferentes no decorrer dos séculos.

Já a presença franciscana em Portugal nos séculos posteriores a Idade Média, como já fica aparente no fato de estarem presentes na colonização portuguesa, foi crescendo cada vez mais tanto em construções de conventos em outras cidades, quanto no aumento do número de adeptos.

Em relação a isso, Vitor Teixeira (2017) afirma que por conta desse crescimento no território português os franciscanos exerceram "[...] uma ação e influência determinantes na formação da identidade cultural e religiosa do País." (Teixeira, 2017, p. 194).

#### **D. Afonso III:**

D. Afonso III (1210-1279), solicita próximo de sua morte a realização de seu testamento em 9 de dezembro de 1271.

Neste documento percebe-se muitas doações para instituições e Ordens religiosas, sendo ou não uma demonstração de arrependimento pelas tensões e conflitos tidos para com a Igreja. Logo, doou 100 libras ao menores de Santarém, Coimbra, Lisboa e de Porto. Ademais, para o mosteiro de Santa Clara de Santarém que ele foi fundador dava todos os anos 300 libras de ouro para alimentação, sendo bastante dinheiro para a época.

#### **D. Dinis:**

Já D. Dinis (1261-1325) além de ter terminado o convento de Portalegre (começado por seu pai), em uma de suas atuações durante o reinado também criou a Universidade de Coimbra em 1290 com a confirmação do Papa, no qual ambas figuras, principalmente o Papa Nicolau IV, atribuíram o estudo de Teologia aos dominicanos e aos franciscanos, nos seus respectivos conventos. Além disso, no testamento do monarca, realizado em 8 de abril do ano 1299, deixa aos menores e às clarissas da vila de Santarém, 400 libras.



## Reflexão

Portanto, identifica-se que sendo religiosos que tem em seu carisma a abdicação do poder e da riqueza, vivendo somente para Deus e atuando na ajuda aos pobres e enfermos, os franciscanos, intencionalmente ou não, se constituíram enquanto uma ordem influente não somente em Portugal, como no ocidente europeu e em todas as localidades em que se fixaram, impactando tanto o religioso, quanto o cultural e o social através de suas pregações e evangelizações. Por consequência, o ideal de vida apoiada na mendicância e no amor em Deus, tanto defendida por São Francisco, atravessou o tempo e o espaço, formando uma identidade e assumindo um caráter universal, principalmente por ter em seu carisma a pobreza e a exclusão social junto ao processo urbano, algo ainda muito presente.

### Referências e indicações de leitura

- BRANDÃO, João Bosco Ferreira. Os Franciscanos e o poder régio em Portugal no século XV: a oficialização da assistência no reinado de D. João II (1438-1445). 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- MACEDO, José Rivair. Os Manuais de Confissão Luso-Castelhanos dos Séculos XIII-XV. AEDOS, Porto Alegre, UFRGS, p. 18-33, 2009.
- MAGALHÃES, A.P.T. : Os Franciscanos e a Igreja na Idade Média: A Arbor vitae crucifixae Iesu de Libertino de Casale. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2010. v. 1. 334p .
- MARQUES, João Francisco. Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses das duas Primeiras Dinastias: espiritualidade e política. Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literatura, Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, p. 53-60. 1993.
- MOTA, António Brochado da. Testamentos régios - primeira dinastia (1109 - 1383). Dissertação (Mestrado em História Medieval), Universidade de Lisboa, Portugal, 2011.
- SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Controvérsias sobre a pobreza: franciscanos e jesuítas e as estratégias de financiamento das missões no Brasil colonial. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, vol.27, n.53, jan./jun. 2014, p. 27-48.
- SANTOS, Edgar Araújo Alves dos. Franciscanos no Brasil: uma história silenciada. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- SILVA, V. A. G. . FRANCISCO DE ASSIS E A POBREZA FRANCISCANA: A FUNDAÇÃO DE UM DISCURSO. História, Questões e Debates , v. 22, p. 147-168, 2005.
- TEIXEIRA, Vitor. Os Frades Menores em Portugal desde 1217. Archivo Ibero-Americano 77, n° 284 (2017): 161-220.

## Explorando "Poder e religião" através dos menores em sala de aula

Tanto a discussão propriamente dita apresentada nesse livro, quanto a atividade a seguir, a primeira vista não parecem ser utilizáveis em sala de aula se for levar em consideração a BNCC e outros currículos de educação. Porém, não somente esse tema pode ser uma continuação do livro 3, dando seguimento da exemplificação desses sujeitos dinâmicos medievais, como também a discussão da relação religião e política abre margem para ser trabalhado não apenas na disciplina de história, sendo possível tratar do assunto em uma perspectiva da sociologia, pensando a estrutura de nossa sociedade através das influências religiosas, ou até do ensino religioso, a depender dos objetivos e dos métodos utilizados.

## Atividade - Análise de fontes e de recursos didáticos

O objetivo dessa atividade é gerar nos alunos a reflexão acerca dos impactos do religioso nos diversos campos do político, social e cultural. Para isso, a seguir serão apresentadas fontes históricas e recursos didáticos de duas temporalidades que juntas mobilizam essa reflexão de forma significativa. Assim, enquanto o século XII/XIII apresentará elementos voltados a questão franciscana e a influência religiosa no mando dos reis, o século XXI englobará a discussão da presença do religioso no nosso político, demonstrando como essa relação não é um elemento estritamente medieval, mas sim de variadas temporalidades.

### Século XII/XIII:

Recurso didático - Trecho de Le Goff, retirado do livro *A civilização do Ocidente medieval*, discorrendo acerca da postura franciscana de abdição do dinheiro e poder, vivendo somente em prol do amor ao próximo e do amor a Deus:

"Em 1206, o filho de um rico comerciante de Assis, Francisco, parece tomar o mesmo caminho. Um grupo em torno dele, no início doze "irmãozinhos", "frades menores", tem como única preocupação, pela prática da humildade e da pobreza absoluta à qual provê a mendicidade, ser um fermento de pureza num mundo corrompido." (LE GOFF, 2010, p. 68-69)

Fonte histórica - Trechos retirados da crônica *História Seráfica da Ordem dos frades menores na província de Portugal (1656-1721)*, escrito por Manoel da Esperança e Fernando de Soledade, tratando dos franciscanos que ocuparam cargos em Portugal:

"João Moniz, Clerigo, & Thefourreiro do illuftrifimo Rei de Portugal [...]" (*História Seráfica*, liv. 2, cap. II, v. 1, p. 188)

Santa Isabel (1271-1336) "[...] teve tres Confeffores, Fr. Joaõ de Alcanim, Fr. Joaõ Paes, & Fr. Salvado, que foy Bispo de Lamego [...]" (*História Seráfica*, liv. 3, Proemio XI, v. 3 p. 28), sendo eles franciscanos.

Fonte histórica - *Manifestis Probatum*: Bula emitida pelo Papa Alexandre III, a 23 de Maio de 1179 que declarou o condado Portucalense independente do Reino de Leão, e D. Afonso Henriques, o seu soberano. O seguinte trecho trata sobre a legitimidade divina que o rei tem que ter e os deveres de governança sempre alinhado os preceitos da igreja católica.

"Alexandre, Bispo, Servo dos Servos de Deus, ao Caríssimo filho em Cristo, Afonso, Ilustre Rei dos Portugueses, e a seus herdeiros, 'in perpetuum'"

Está claramente demonstrado que, como bom filho e príncipe católico, prestaste inumeráveis 4 serviços a tua mãe, a Santa Igreja, exterminando intrepidamente em porfiados trabalhos e proezas militares os inimigos do nome cristão e propagando diligentemente a fé cristã, assim

deixaste aos vindouros nome digno de memória e exemplo merecedor de imitação. Deve a fé Apostólica amar com sincero afecto e procurar atender eficazmente, em suas justas súplicas, os que a Providência divina escolheu para governo e salvação do povo. Por isso, Nós, atendemos às qualidades de prudência, justiça e idoneidade de governo que ilustram a tua pessoa, tomamo-la sob a proteção de São Pedro e nossa, e concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu excelso domínio o reino de Portugal com inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste conquistaste das mãos dos Sarracenos e nos quais não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos.

Século XXI  
(Brasil);

Fonte histórica - DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890. Essa lei determinou que o Brasil era laico, ou seja, que não tem uma religião oficial.

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Recurso didático - reportagem do jornal "Veja", escrito por Rodolfo Capler e publicado em 28/07/2021, com o nome "A bancada evangélica e seu projeto de poder". Essa reportagem que analisa a penetração das Igrejas Evangélicas no cenário político nacional abre margem para discutir as limitações e articulações da lei do estado laico brasileiro.

Os evangélicos começaram a se envolver na política brasileira na década de 1960, por meio da denominação O Brasil para Cristo, que à época, elegeu um deputado federal em 1961 e um estadual em 1966. Entretanto, as igrejas evangélicas só passaram a ter presença efetiva em nosso sistema político na década de 1980, com uma maior inclusão de parlamentares cristãos em 1986, com o fim do Regime Militar e início da Constituinte.

Naquele período, a Igreja Assembleia de Deus foi a força propulsora da organização política dos evangélicos, se organizando desde a cúpula para lançar um deputado em cada unidade da federação. Emplacando o slogan "irmão vota em irmão", as igrejas evangélicas (em sua maioria pentecostais), entraram de "corpo e alma" no jogo político. A formação de uma Bancada Evangélica só viria a ter preeminência no cenário político nacional no início da década de 1990, quando a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) formulou um plano político estruturado fazendo uma interface entre a Igreja e a Política por meio da aquisição (1989) da Rede Record de Televisão e Rádio e de sua utilização como ponte de comunicação com as massas. Por meio dos programas da TV Record os pastores midiáticos representantes da IURD e de outros grupos pentecostais e neopentecostais, começaram a abordar mais fortemente pautas políticas.

A partir de 2003, esse processo se intensificou com a fundação da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional - FPE (popularmente conhecida como Bancada Evangélica), que segundo levantamentos da Câmara dos Deputados, em 2019, possuía o expressivo número de 203 parlamentares vinculados a sua base.

Ancorada no projeto de poder político idealizado pelo bispo Edir Macedo - que em seu livro O plano de poder: Deus, os cristãos e a política, discorre sobre a importância de haver evangélicos na política e os conchama a se envolverem na vida pública como paladinos do bem -, a Frente Parlamentar Evangélica emerge defendendo seus principais interesses: a manutenção de seus privilégios - isenção tributária e concessões de TVs e rádios e o avanço de pautas conservadoras, como a proibição do aborto (mesmo para os casos legalmente previstos pela Constituição), a proibição da discussão sobre gênero, prevenção da homofobia nas escolas e o retrocesso de direitos de grupos vulneráveis, como os travestis e transexuais.

A influência da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional é tema que merece um olhar atento de toda a sociedade, porquanto, é um processo político e social que apresenta, em seu cerne, a aproximação de uma extrema direita reacionária com um projeto de poder que se desenha por uma parcela significativa das Igrejas Evangélicas, cujo número de fiéis e de parlamentares no Congresso vem crescendo a cada nova legislatura.

Para a reportagem completa sem cortes, acessar: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/a-bancada-evangelica-e-seu-projeto-de-poder>

#### Como fazer:

A análise de fonte pode ser realizada tanto entregando aos grupos todas as fontes e recursos para o exercício, quanto separando as temporalidades, no qual uns ficam somente com os materiais do século XII/XIII enquanto outros ficam com o do século XXI. Todavia, independente de como será realizado o exercício, é significativo no final da atividade os alunos fazerem uma discussão a partir do que foi analisado. Para a análise o professor pode levantar algumas questões para mobilizar a discussão, sempre, é claro, valorizando também as outras reflexões e dúvidas apresentadas por eles.

#### Segue exemplos de perguntas:

- 1- Qual relação você percebe entre as fontes e recursos do século XII/XIII e XXI?
- 2- Você acredita que o aspecto religioso tem que estar alinhado a questão política? Por que? Esse religioso engloba todas as religiões ou somente a cristã?
- 3- Como vimos na bula do Papa, o rei era escolhido por Deus e com isso deveria governar sob os preceitos religiosos. Você percebe alguma relação disso com os tempos atuais? Os cristãos preferem candidatos políticos alinhados a suas crenças e atitudes?
- 4- Você acha que o Brasil segue firmemente a normativa de estado laico?
- 5- Há diversidade religiosa e de sujeitos (homossexuais, negros, mulheres e entre outros) no Brasil atual? Se sim, devemos no ato de criação de leis e direitos pensarmos nessa diversidade e agirmos frente as questões individuais, mas também gerais, desses diversos sujeitos ou devemos agir somente em favor de um grupo através de seus próprios preceitos?
- 6- A entrada dos franciscanos nos cargos gera um impacto religioso, político, social e cultural em longo prazo localmente?
- 7- Pensando no caso franciscano, a religião pode influenciar, e influenciou, a estrutura de nossa sociedade e consegue ter voz significativa no poder político? De que forma?

E-mails de contato:

gian.telles@sou.unifal-mg.edu.br.  
giancartotelles@gmail.com ou  
denise.nascimento@ufff.br

**Bom trabalho!**

Volume 5



História local:

PODER E RELIGIÃO

UM ESTUDO ACERCA DOS FRANCISCANOS EM  
PORTUGAL NO SÉCULO XIII



GIAN CARLO CAMILO TELLES



# História Local

A influência contemporânea do religioso através do caso franciscano

Como foi tratado no livro 4, os franciscanos se constituíram enquanto uma ordem influente e poderosa não somente em Portugal, mas em diversas localidades e temporalidades. Além disso, o ideal de vida defendida por São Francisco ainda é hoje muito valorizado reconhecido.

Tal apontamento pode ser ilustrado pela própria escolha do nome do anterior Papa, intitulado de Francisco (2013-2025). Através da reportagem produzida pela BBC news Brasil em 16 de março de 2013 é exposto que Jorge Mario Bergoglio escolheu o nome por querer "uma igreja pobre e para os pobres" e por ter ouvido a solicitação do arcebispo emérito de São Paulo Cláudio Hummes de não se esquecer dos pobres. Desta maneira, podemos analisar a ainda presença e influência do santo quando o assunto é pobreza, caridade e abdicção dos bens materiais.

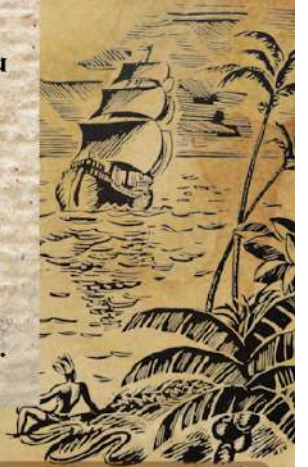
O religioso nos variados campos, moldando os comportamentos e impactando na nossa forma de ver e viver o mundo, seja representado por algum rupo religioso ou pela própria instituição, não é algo restrito a grande influência papal medieval, perpassando, desta forma, todos os séculos chegando até os dias de hoje.

Dessa maneira, franciscanos, dominicanos, Igreja Católica como uma instituição e até os protestantes não representam somente o ato espiritual em si de buscar maior aproximação com o espiritual e refletir suas próprias atitudes a partir de suas crenças. O religioso engloba algo a mais, ele significa e impacta todos aqueles que são atravessados pelas suas atuações, seja pelo simples ato de ir a Igreja e ouvir o representante aconselhar, ou seja pelo impacto forçado no nosso cotidiano e na formação do nosso próprio país fruto de uma narrativa de colonização e da influência religiosa, exercida principalmente pelo poder Católico.

A religião é um elemento que está inserido em variados contextos sociais, temporalidades e localidades que influencia práticas e comportamentos de variados grupos, estabelecendo padrões de vivências através da ressignificação que é realizada de suas práticas ao longo do tempo. E nesse aspecto atual não somente o catolicismo entre em pauta, destacando também as igrejas evangélicas e entre outras religiões que também geram esse impacto.



Juntamente a isso, identificando o campo de disputas para se estabelecer enquanto representações hegemônicas, a Igreja Católica, em conjunto com a cultura portuguesa, exerceu forte influência no território brasileiro, impactando nossas atuais articulações, comportamentos, postura e entendimento político, havendo sempre a necessidade de inserir o campo religiões nas discussões de leis, e até na própria estrutura do país, como o desenvolvimento dos espaços e das cidades brasileiras que carregam essa influência e tornou-se naturalizada como apresenta Miotto (2018) em sua pesquisa sobre o aspecto católico na criação do município de Jesuítas (PR).



Desta maneira, assim como no caso franciscano que vai impactando os diversos campos através de suas atuações e cargos, o catolicismo e seu impacto no Brasil desde a colonização, formando uma estrutura forte até os dias de hoje, se fazem presentes não somente em elementos que escancaram essa articulação, como bancada evangélica no parlamento ou pessoas eleitas representantes do catolicismo e de igrejas protestantes que constantemente fazem referência a trechos bíblicos para se discutir leis, mesmo sendo desde 1891 um estado laico, como também em aspectos corriqueiros do cotidiano e da própria formulação dos espaços.

Miotto (2018) apresenta que essa influência está materializada em nomenclaturas de ruas, escolas, hospitais, assim como representada em monumentos, praças e entre outros espaços do ambiente urbano que mostram essa hegemonia de memória exercida pela religião frente a outros personagens históricos e eventos que são silenciados.

Além disso, a pesquisa da autora gera reflexões acerca de outros elementos que por serem naturalizados não percebemos, como por exemplo:

Igreja Católica no centro de várias cidades, estando na praça principal.

Festas de temas religiosos, como a junina e natal em que ocorre a união da comunidade para se festejar.

Todos esses elementos por sua vez, inseridos desde a infância, refletem em uma criação de uma memória coletiva, de identidade e de pertencimento a uma cidade, grupo ou família, fortalecendo ainda mais o aspecto estrutural da questão.

Portanto, a atuação religiosa, sendo ela inicialmente pequena e de pretensões humildes, como os franciscanos, ou sendo ela já bem construída como a Igreja Católica e os protestantes, seja na Idade Média, seja na contemporaneidade, tem seus impactos locais ou globais. Desta maneira, levando a espiritualidade caritativa, humilde e pobre de São Francisco, os franciscanos nos mais variados cargos que se estabeleceram impactaram todo um campo social, cultural e religioso português e em todo território em que se estabeleceram, configurando, juntamente com a instituição católica, uma formulação hegemônica de influência que reverbera até os dias atuais.



## Referências e indicações de leitura

- CAMURÇA, MARCELO ; SILVEIRA, E. J. S. ; ANDRADE, Péricles . Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. HORIZONTE : REVISTA DE ESTUDOS DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (IMPRESSO) , v. 57, p. 975-1001, 2020.
- Miotto, Franciele Siqueira. Os caminhos da fé em Jesuítas: identidade e memórias de ontem e de hoje. Campo Mourão, P: UNESPAR, 2018.

## Explorando religião e história local em sala de aula

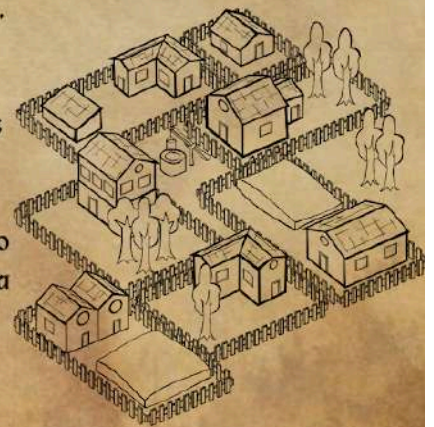
Assim como a quarto livro, a discussão da presença religiosa em nossa estrutura social é algo significativamente debatida em diversas áreas das ciências humanas. Desta forma, além de trabalhar nas disciplinas de sociologia e história no ensino fundamental e médio, realizando junto ao tema discussões de identidade, patrimônio e memória, uma vez que essa influência perpetuou desde a colonização, esse aspecto pode ser abordado também no ensino fundamental dos anos iniciais, pois história local está estabelecida enquanto conteúdo para estudo.

## Atividade - história local e roteiro

Essa atividade tem por objetivo fazer o aluno refletir o seu espaço, no caso a cidade, a partir da pesquisa e da análise ativa. Assim, almejando fazer o aluno colocar um sentido nos conteúdos dos livros, trazendo o tema para as suas vidas, essa atividade almeja gerar a discussão de como o aspecto religioso, seja representado pelas religiões cristãs, seja por outras, impacta significativamente não somente os sujeitos que compõem esse grupo, como também toda uma estrutura e organização do espaço urbano e suas significações.

Para alcançar tal objetivo será realizada uma pesquisa pelos alunos acerca desse aspecto religioso nas cidades em que moram. Assim, inicialmente o professor, após discutir as questões apresentadas nesse livro, poderá fazer uma visita com a turma a alguma Igreja que demonstre essa influência religiosa, tendo como um exemplo alguma Igreja Católica que se encontra no centro da cidade e que representa um local importante para grande parte da população.

seja por ir a missa, seja por frequentar a praça. Ou, havendo a impossibilidade da visitação, o professor poderá realizar também uma pesquisa mostrando nomes de ruas, escolas e outras instituições que fazem referência a personagens religiosos, exemplos de Igrejas nos centros das cidades, festividades e entre outros elementos, tanto da cidade em que estão inseridos, quanto de outras cidades, como São Paulo. Tal exercício inicial é importante pois introduzirá o aluno nessa discussão através de exemplos e a partir do contato, no caso da visita.





A atividade pode ocorrer de formas diferentes a depender do número de grupos e consequentemente do número de temas que podem ser pesquisados. Essa questão de número de grupos pode variar principalmente se a cidade for pequena ou grande, havendo uma possibilidade maior de Igrejas e outros elementos a serem pesquisados, ficando a critério do professor e alunos tal divisão. No mais, a discussão de religião e história local pode ser divididas para cada grupo da seguinte forma:

**1- Influência das Igrejas:**

- Igreja católica central; (Ex: grupo 1)
- Igreja católica em determinado bairro; (Ex: grupo 2)
- Igreja Evangélica em determinado bairro; (Ex: grupo 3)

**2- Nome de ruas, escolas e instituições relacionado a questão religiosa; (Ex: grupo 4)**

**3- A presença do religioso no político - vereadores, prefeitos e entre outros ao longo dos anos que fazia ou faz referência a alguma religião. Por exemplo: "Vereador pastor ..." ou falando que governará sob os preceitos da crença seguida por essa pessoa e representará determinada religião em todo o ofício. Neste caso o grupo poderá expandir sua pesquisas a outras cidades ou de forma geral tratar de presidentes, governadores e entre outros. (Ex: grupo 5)**

**4- História da cidade, sua criação e desenvolvimento, percebendo a presença religiosa nesse processo. O grupo também poderá fazer referência a própria história do Brasil acerca da colonização e a presença do catolicismo nesse contexto. (Ex: grupo 6)**

De forma específica cada grupo deve priorizar na análise:

**1- Grupos sobre influência da igreja:**

- A história de criação e construção da igreja ou do lugar que representa essa questão religiosa na cidade;
- A presença da igreja ou do lugar para as pessoas de modo geral, frequentadoras ou não, em determinados lugares, havendo a possibilidade de realizar entrevistas e realizar um trabalho de história oral. Ou seja, "o que a praça da igreja católica que eu frequento representa para mim?" ou "o que tal igreja evangélica no meu bairro representa para mim? Eles fazem festividades, ações de caridade ou atuações de reivindicação política que podem impactar?";
- Os líderes que compõem essa igreja ou lugar, havendo a possibilidade de realizar uma entrevista também.

**2- Grupo sobre os nomes das ruas, escolas e instituições:**

- História das pessoas que foram escolhidas para representar determinados lugares;
- Refletir se a pessoa que dá o nome ao lugar representa algo para as pessoas que frequentam ou compõem esse espaço.
- Refletir o porque da escolha dessa pessoa: Grande parte dessas pessoas são de qual religião? Existe pessoas históricas e importantes de outras religiões que poderiam ser homenageadas assim também? Quais são elas?

**3- Grupo sobre religioso no político:**

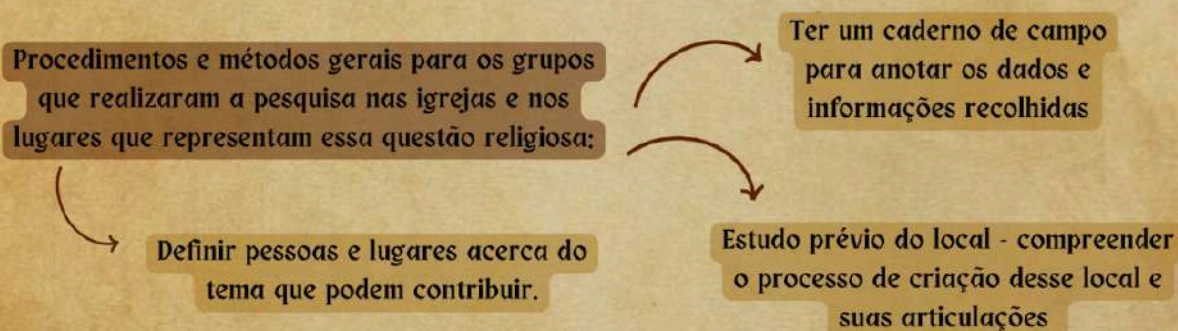
- Quem são essas pessoas? O que elas fizeram ou fazem em prol da religião delas? Essas pessoas barraram alguma lei e avanço que englobava outra religião ou algum sujeito que ele

e sua crença discordava? (Por exemplo: direitos LGBT'S, direito das mulheres, como aborto, e entre outros).

- O que vocês acham dessa articulação entre religião e política? O que acham da lei que instituiu o estado laico?

#### 4- Grupo da história da cidade ou/e do Brasil:

- Houve supremacia religiosa nesse processo? Ou seja, determinada religião exercendo o maior poder local.
- Se houve essa supremacia, ocorreu também exclusão, preconceito ou negação de outra religião?
- Qual foi a atuação de determinada religião, grupo religioso ou instituição para a criação da cidade ou/e do Brasil? Ela impactou aspectos em quais áreas?



No final da atividade o professor poderá mobilizar uma apresentação em que cada grupo vai expor o que analisou e coletou. Os seguintes elementos são muito significativos para aprofundar o contato deles para com um tema, podendo ser utilizados pelo professor para os alunos responderem no momento da apresentação: Por que da escolha do tema? Por que é importante fazer esse trabalho com esse tema envolvendo seus dados apresentados? Se for de interesse do professor, após as apresentações, pode-se realizar alguma exposição na escola com os dados ou fazer um livro pequeno sobre o tema que tenha essas informações dos alunos ou até uma visita com a turma nos lugares que os grupos pesquisaram.



E-mails de contato:

[gian.telles@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:gian.telles@sou.unifal-mg.edu.br),  
[giancartotelles@gmail.com](mailto:giancartotelles@gmail.com) ou  
[denise.nascimento@ufjf.br](mailto:denise.nascimento@ufjf.br)

**Bom trabalho!**